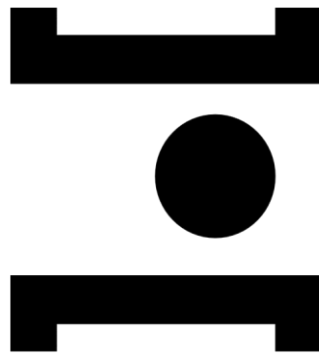


INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM
Escola Superior de Educação



**POLITÉCNICO
DE SANTARÉM**

**Promover a Educação para a Cidadania num Centro Escolar
(1ºCEB)**

Dissertação

Mestrado em Ciências da Educação/Administração Educacional

Autor

Paulo Armando da Cunha Silvestre

Orientação:

Professora Doutora Luísa Delgado

Março, 2026

Dedicatória

Para a mãe que continua presente no meu coração. Para o pai pela sua paciência.

Agradecimentos

A Professora Doutora Luisa Delgado pelo seu empenho e dedicação.

Às minhas colegas que participaram nas entrevistas.

Acrónimos/Siglas

ABP: Aprendizagem Baseada em Problemas

CEE: Comunidade Económica Europeia

DGE: Direção Geral da Educação

ECD: Educação para a Cidadania Democrática

ECG: Educação para a Cidadania Global

EDH: Educação em Direitos Humanos

ENED: Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

LBSE: Lei de Bases do Sistema Educativo

ME: Ministério da Educação

ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU: Organizações das Nações Unidas

OCDE: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico

PASEO: Perfil do Aluno à Saída da Escola Obrigatória

PE: Plano Educativo

PLNM: Português Língua Não Materna

PPP: Projeto Político-Pedagógico

SMART: *Specific, Measurable, Achievable, Relevant e Time-based*

SWOT: *Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats*

UE: União Europeia

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância

Resumo:

A Educação para a Cidadania tem-se revelado um pilar essencial na formação de cidadãos ativos e conscientes, especialmente nas primeiras etapas da educação básica. Esta dissertação tem como objetivo explorar a implementação da Educação para a Cidadania no 1º Ciclo do Ensino Básico, destacando a importância de promover valores como responsabilidade social, sustentabilidade ambiental e direitos humanos desde cedo. O estudo foca-se em estratégias pedagógicas aplicáveis, bem como nos desafios e oportunidades que surgem na integração deste tema nas práticas educativas diárias. A análise fundamenta-se em referências nacionais e internacionais, como as diretrizes da OCDE, da União Europeia e da ONU, evidenciando a importância de uma abordagem transversal que envolva a escola, a comunidade e as famílias. Conclui-se que a escola, enquanto espaço de formação, tem um papel decisivo na construção de sociedades mais democráticas e inclusivas, sendo a Educação para a Cidadania essencial na preparação dos alunos para uma participação responsável na sociedade.

Palavras-chave: Educação para a Cidadania, 1º Ciclo do Ensino Básico, Responsabilidade Social, Sustentabilidade, Direitos Humanos, Práticas Pedagógicas, Educação Básica, Participação Cívica.

Title *Promoting Citizenship Education in a School Center (1st Cycle of Basic Education)*

Abstract

Citizenship Education has proven to be an essential pillar in the formation of active and conscious citizens, especially in the early stages of basic education. This dissertation aims to explore the implementation of Citizenship Education in the 1st Cycle of Basic Education, highlighting the importance of promoting values such as social responsibility, environmental sustainability, and human rights from an early age. The study focuses on applicable pedagogical strategies as well as the challenges and opportunities that arise in integrating this topic into daily educational practices. The analysis is based on national and international references, such as the guidelines from the OECD, the European Union, and the UN, emphasizing the importance of a transversal approach that involves the school, the community, and families. It concludes that the school, as a formative space, plays a decisive role in building more democratic and inclusive societies, with Citizenship Education being essential in preparing students for responsible participation in society.

Key-words: *Citizenship Education, 1st Cycle of Basic Education, Social Responsibility, Sustainability, Human Rights, Pedagogical Practices, Basic Education, Civic Participation.*

Conteúdo

DEDICATÓRIA	2
AGRADECIMENTOS	2
RESUMO:.....	4
ABSTRACT.....	5
LISTA DE TABELAS.....	7
1 - INTRODUÇÃO	8
2 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	10
2. 1. - A Educação para a Cidadania nas Instituições Internacionais	25
2.1.1. - A União Europeia	265
2.1.2. - O Conselho da Europa	18
2.1.3. - A Organização das Nações Unidas	21
3 - A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA EM PORTUGAL	24
3.1. - Origens e Evolução Inicial	24
3.2. - Mudanças e Expansão Curricular	24
3.3. - Integração Interdisciplinar	25
3.4. - Abordagens Pedagógicas e Metodologias	25
3.5. - Desafios e Perspetivas Futuras	26
3.6. - A Evolução	26
3.7. - Legislação Portuguesa	32
3.8. - As Principais Orientações do Ministério da Educação	32
3.9. - A Educação para a Cidadania no 1º Ciclo	34
3.10. - A Importância da Educação para a Cidadania no 1º Ciclo	37
3.11. - Modelos de Educação para a Cidadania no 1º Ciclo	38
4 - O 1º CICLO, A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA E A ARTICULAÇÃO	40
4.1. - Articulação e a Educação para a Cidadania no 1º Ciclo	41
4.2. - A Multidisciplinaridade, a Pluridisciplinaridade, a Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade	48
5 - OS MANUAIS ESCOLARES NO 1º CICLO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA	50
5.1 - Forma de Exploração Temática	51
6 - A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR E A SUA COMUNICAÇÃO	53
6.1. - Organização Escolar, Funcionamento e Comunicação Entre os Níveis Hierárquicos	56
6.2. - Procedimentos e Formas de Comunicação	58
6.3. - Aplicação Prática	59

7 - DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA	60
7.1. - Estudo de Caso	64
7.2. - Análise Interpretativa das Entrevistas com Docentes: Perspetivas sobre a Educação para a Cidadania no 1.º Ciclo	67
7.3. - Análise Interpretativa da Entrevista com a Coordenadora de Departamento	74
7.4. - Síntese Interpretativa das Perspetivas dos Docentes e da Coordenadora de Departamento	79
8 - CONCLUSÃO	88
8.1. -Plano de Ação Estratégica para a Educação.....	89
8.2. - Plano de Ação Estratégica para a Educação para a Cidadania no 1º Ciclo.....	91
BIBLIOGRAFIA.....	104
INDÍCE DE ANEXOS.....	110
Anexo A - Entrevistas Docentes.....	111
Entrevista nº 1.....	111
Entrevista nº 2.....	116
Entrevista nº 3.....	121
Entrevista nº 4.....	128
Entrevista nº 5.....	133
Entrevista nº 6.....	137
Anexo B - Entrevista da Coordenadora de Departamento.....	142
Anexo C - Análise Interpretativa das Convergências, Divergências e Oportunidades de Melhoria - Entrevistas.....	148
Anexo D - A Multidisciplinaridade, a Pluridisciplinaridade, a Interdisciplinaridade e a Transdisciplinaridade na Educação para a Cidadania no 1º Ciclo.....	155
Lista de Tabelas.....	7
Tabela nº1- Domínios de Educação para a Cidadania por Ciclos.....	61
Tabela nº 2 - Análise comparativa das convergências, divergências e oportunidades de melhoria entre as perspetivas dos Docentes e da Coordenadora de Departamento	154

1 - INTRODUÇÃO

A Educação para a Cidadania tem vindo a assumir uma importância crescente no panorama educativo nacional e internacional, especialmente num momento em que a sociedade enfrenta desafios complexos decorrentes de crises económicas, sociais e ambientais. Num mundo em constante transformação, a necessidade de formar cidadãos conscientes, críticos e participativos tornou-se mais premente do que nunca.

A Educação para a Cidadania é, por isso, reconhecida como um dos pilares fundamentais para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

Neste contexto, torna-se essencial que a abordagem à cidadania se inicie o mais precocemente possível no percurso escolar. É na infância que se formam os alicerces da personalidade, dos valores e dos comportamentos. Assim, proporcionar às crianças oportunidades de aprendizagem que promovam a responsabilidade, o respeito, a solidariedade, a literacia ambiental e a participação democrática é um investimento na construção de uma cultura cidadã duradoura. Educar para a cidadania é, antes de mais, criar condições para que os alunos compreendam o mundo que os rodeia e desenvolvam competências para nele intervir de forma ética, crítica e construtiva.

A Educação para a Cidadania, como as restantes áreas do conhecimento, deve também ela assumir um papel importante na missão da Escola.

A Escola, enquanto instituição educativa por excelência, desempenha um papel determinante neste processo. Para além da sua função instrutiva, assume uma missão formadora de cidadãos ativos e responsáveis. O ambiente escolar constitui um espaço privilegiado para o exercício da cidadania, onde se ensaiam práticas de convivência democrática, de resolução de conflitos, de cooperação e de respeito pela diversidade. É, por isso, imprescindível que a Educação para a Cidadania esteja integrada no quotidiano pedagógico da escola, numa lógica transversal, intencional e contínua.

O presente estudo incide sobre a promoção da Educação para a Cidadania no 1.º Ciclo do Ensino Básico, com enfoque na realidade de um Centro Escolar. Procura-se compreender de que forma este domínio pode ser abordado de forma eficaz desde os primeiros anos de escolaridade, tendo em conta as orientações curriculares, as práticas pedagógicas existentes e os desafios colocados pelos contextos educativos

atuais. A escolha deste ciclo de ensino justifica-se pela sua relevância formativa, uma vez que é nesta etapa que se sedimentam os valores fundamentais para a vida em sociedade.

Assim, esta dissertação visa contribuir para o debate em torno da Educação para a Cidadania, apresentando propostas práticas e teóricas que possam fortalecer a formação cidadã nas escolas, alinhando-se aos objetivos nacionais e internacionais de desenvolvimento sustentável e inclusão social.

2 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

A Educação para a Cidadania ganha cada vez mais espaço no nosso dia a dia e assume cada vez mais um papel importante, estando presente diariamente nas mais diversas situações pessoais, sociais, ambientais, políticas e económicas.

A Educação para a Cidadania, reveste-se de uma enorme importância face à conjuntura social, ambiental, económica e política que vivemos atualmente. Para Ferreira (2013, p. 21) "a turbulência económica que se faz sentir no mundo ocidental impulsionou grandes alterações comportamentais (...) as novas exigências chegaram de forma abrupta, e grande parte da população não estava preparada para enfrentar, muito menos para educar as crianças para os novos desafios. Mas o grau de exigência e de responsabilidade dos mais novos será ainda maior daqui para a frente. Se existe alguma certeza no futuro, após a atual crise, é a de que os cidadãos vão ter de ser mais responsáveis de forma individual e em temáticas que até aqui delegavam no Estado (como saúde e reforma)".

A Educação para a Cidadania acaba por fornecer aos alunos um conjunto diversificado de entendimentos e de relações fundamentais para uma vida equilibrada: saber estar, saber pensar, saber refletir e saber administrar. A Educação para a Cidadania proporciona, também, aos alunos, o desenvolvimento de uma linguagem necessária, para que se sintam confiantes e conduzam a sua vida social, política, económica, ambiental e financeira de uma forma saudável.

A *Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986*, no seu artigo 7º, alude que a Escola deve administrar um ensino ligado com a realidade dos alunos. Devendo a mesma:

- a) Assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses que lhes garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, memória e espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social;
- e) Proporcionar a aquisição dos conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos ou a inserção do aluno em esquemas de formação profissional, bem como facilitar a aquisição e o desenvolvimento de métodos e

instrumentos de trabalho pessoal e em grupo, valorizando a dimensão humana do trabalho;

f) Fomentar a consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspetiva de humanismo universalista, de solidariedade e de cooperação internacional;

g) Desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, língua, história e cultura portuguesas;

h) Proporcionar aos alunos experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e sócio afetiva, criando neles atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos de família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante;

i) Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária. (*Lei de Base do Sistema Educativo*, ME, 1986, pp. 31-32)

Apesar de a Educação para a Cidadania, enquanto elemento educativo, não constituir um conteúdo recente nas escolas, importa recordar que, numa fase inicial, era designada por *Formação Cívica* e, posteriormente, por *Educação Cívica*. Só em Maio de 2017, assume a denominação plena de Educação para a Cidadania, após o Ministério da Educação ter editado e publicado *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* (ME, 2017). Este documento veio dar um suporte legal ao *Decreto-Lei nº 139/2012* (p. 3476), no qual "pretende-se que a educação para a cidadania enquanto área transversal seja passível de ser abordada em todas as áreas curriculares, não sendo imposta como uma disciplina isolada obrigatória, mas possibilitando às escolas a decisão da sua oferta", com uma posterior alteração inserida no *Decreto-Lei nº 91/2013* (p. 4015), que invoca que no currículo a Oferta complementar (1 hora) deve segundo a alínea a) ter em conta as "Atividades a desenvolver em articulação, integrando ações que promovam, de forma transversal, a educação para a cidadania e componentes de trabalho com as tecnologias de informação e comunicação." ou seja chamando a atenção para um maior empenho na abordagem à Educação para a Cidadania.

Partindo das *Linhas Orientadoras da Educação para a Cidadania* (DGE, 2013), documento que define os princípios e domínios estruturantes desta área educativa, constata-se que estas reportam à dimensão da Educação para a Cidadania,

sublinhando que esta deve ser entendida como um eixo transversal e integrador do currículo. "Enquanto processo educativo, (...) visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo." E ainda salienta que "A escola constitui um importante contexto para a aprendizagem e o exercício da cidadania e nela se refletem preocupações transversais à sociedade, que envolvem diferentes dimensões da educação para a cidadania, tais como: educação para os direitos humanos; educação ambiental/desenvolvimento sustentável; educação rodoviária; educação financeira; educação do consumidor; educação para o empreendedorismo; educação para a igualdade de género; educação intercultural; educação para o desenvolvimento; educação para a defesa e a segurança/educação para a paz; voluntariado; educação para os media; dimensão europeia da educação; educação para a saúde e a sexualidade." (*Linhas Orientadoras da Educação para a Cidadania*, DGE, 2013, p. 1).

Em articulação com o que foi anteriormente exposto, importa regressar ao *Decreto-Lei n.º 139/2012*, o qual constitui um marco fundamental na definição da estrutura e gestão curricular dos ensinos básico e secundário. O seu artigo 15º (p. 3478), refere que as escolas devem desenvolver projetos que visem a formação pessoal e social dos seus alunos em várias áreas do saber, incluindo a Educação para a Cidadania. Posteriormente, o *Decreto-Lei n.º 91/2013* (p. 4015, Anexo I) salienta que os professores devem dinamizar atividades que promovam a Educação para a Cidadania. Esta oferta, embora de carácter obrigatório, não possui conteúdos definidos nem se encontra associada a metas curriculares específicas a atingir pelos alunos. Compete, assim, ao professor promover atividades de natureza interdisciplinar e multidisciplinar, recorrendo, para tal, às *Linhas Orientadoras da Educação para a Cidadania* (DGE, 2013). Esta integra-se nas componentes do currículo, através de uma hora semanal de Oferta Complementar, destinada ao desenvolvimento de competências pessoais, sociais e cívicas.

A dimensão da Educação para a Cidadania é relativamente recente nos currículos, sendo já mencionada, ainda que de forma pouco explícita, na *Lei de Bases do Sistema Educativo – Lei nº 46/86*, de outubro de 1986, a qual determina como princípio geral que o "sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da

personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho." (*Lei de Base do Sistema Educativo*, ME,1986, pp. 4-5). Desta forma podemos concluir que é dever da escola proporcionar aos seus alunos o máximo de experiências e o contacto com diferentes temáticas a fim de os tornar adultos mais conscientes.

O ensino da Educação para a Cidadania poderá permitir aos alunos, cidadãos do futuro, a confiança necessária para a tomada de decisões pessoais ou sociais relacionadas com a sua gestão pessoal, desenvolvendo capacidades de criar soluções para os diversos problemas da humanidade, gerir ativos de diversas ordens ambientais ou financeiros e adaptar-se mais facilmente situações adversas e inesperadas. Na *Organização Curricular e Programa do Ensino Básico – 1º Ciclo* (DGE, 2004, p. 12) é estabelecido como um dos objetivos gerais, "Criar as condições para o desenvolvimento global e harmonioso da personalidade, mediante a descoberta progressiva de interesses, aptidões e capacidades que proporcionem uma formação pessoal, na sua dupla dimensão individual e social." para além de "desenvolver valores, atitudes e práticas que contribuam para a formação de cidadãos conscientes e participativos numa sociedade democrática" e dentro destes objetivos são elencado como objetivo específico "Criar as condições para o desenvolvimento global e harmonioso da personalidade, mediante a descoberta progressiva de interesses, aptidões e capacidades que proporcionem uma formação pessoal, na sua dupla dimensão individual e social." (*Organização Curricular e Programa do Ensino Básico – 1º Ciclo*, DGE, 2004, p. 15) além de "Garantir a informação adequada à compreensão do significado e das implicações do nosso relacionamento com outros espaços socioculturais e económicos e suscitar uma atitude responsável, solidária e participativa.", (*Organização Curricular e Programa do Ensino Básico – 1º Ciclo*, DGE, 2004, p. 15), o que está de acordo com tudo o que foi anteriormente exposto. A abordagem a esta temática, a Educação para a Cidadania, considera-se bastante pertinente visto que a mesma vem mencionada em diversos documentos difundidos pelo Ministério da Educação ou através de decisões governamentais.

2.1. - A Educação para a Cidadania nas Organizações Internacionais

A promoção da Educação para a Cidadania junto de crianças e jovens é amplamente reconhecida por organismos internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). De acordo com o *Referencial de Educação Financeira da Direção-Geral da Educação* (DGE, 2013, p. 5), esta deve ser entendida como uma educação ao longo da vida, iniciando-se desde a escolaridade obrigatória, promovendo a Literacia Financeira como meio de capacitação para decisões conscientes, responsáveis e informadas.

A OCDE, embora não disponha de relatórios exclusivamente dedicados à Educação para a Cidadania, integra este domínio em documentos como os relatórios *Education at a Glance*, que analisam competências essenciais à formação de cidadãos ativos e críticos. A edição de 2018 evidencia o impacto das desigualdades socioeconómicas no percurso educativo, com filhos de pais menos escolarizados a enfrentarem menores probabilidades de sucesso académico e profissional. Revela ainda persistentes desigualdades de género, com as mulheres a apresentarem melhores resultados escolares, mas piores condições no mercado de trabalho, e dificuldades acrescidas dos migrantes adultos no acesso à educação e ao emprego, devido à proficiência linguística e ao não reconhecimento de qualificações.

O relatório de 2020 evidencia que os sistemas educativos mais eficazes são aqueles que promovem simultaneamente a equidade, a inclusão, a participação cívica e o desenvolvimento de competências sociais e emocionais, assumindo a educação como um fator central de coesão social (OECD, 2020). Esta perspetiva reforça a relevância da Educação para a Cidadania, particularmente no 1.º Ciclo do Ensino Básico, enquanto espaço privilegiado para a formação de cidadãos ativos, críticos e responsáveis, em consonância com os princípios do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 e com as orientações das políticas educativas nacionais e internacionais.

Já o relatório de 2021 reforça a centralidade da equidade como pilar da qualidade educativa, mostrando que o contexto socioeconómico influencia significativamente o desempenho dos alunos, independentemente do género ou da origem. Salaria também que os alunos de meios desfavorecidos tendem a optar por vias profissionalizantes e que os indivíduos sem o ensino secundário completo enfrentam maiores dificuldades de empregabilidade. Reitera ainda os desafios enfrentados por migrantes na conclusão da escolaridade e na integração laboral.

O relatório de 2024 aprofunda a discussão sobre a igualdade de oportunidades e justiça social, identificando como fatores críticos o género, o estatuto socioeconómico, o local de nascimento e a região de residência. Sublinha que a promoção da equidade é essencial para garantir a plena participação de todos os cidadãos na sociedade, princípio central da cidadania ativa.

Neste sentido, a OCDE valoriza uma Educação para a Cidadania que capacite os alunos a desenvolver valores democráticos, como os direitos humanos, a justiça social, a responsabilidade cívica e a tolerância, indo além da transmissão de conhecimentos, promovendo atitudes e comportamentos que reflitam esses princípios. Enfatiza também a importância das competências sociais e emocionais, como o pensamento crítico, a empatia e a cooperação, bem como a literacia digital e mediática, fundamentais para uma participação cidadã responsável na era digital.

A Educação para a Cidadania, segundo a OCDE, deve fomentar a inclusão, o respeito pela diversidade e a dignidade humana, preparando os alunos para se tornarem cidadãos ativos, informados e comprometidos com a construção de sociedades democráticas, justas e sustentáveis.

Para além da OCDE, a União Europeia (UE), o Conselho da Europa (CE) e a Organização das Nações Unidas (ONU) reconhecem a Educação para a Cidadania como um eixo central das suas agendas políticas e educativas. A *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* (ME, 2017, p. 5) reflete essa influência, ao considerar estes organismos como referências estruturantes na definição das políticas públicas de educação em Portugal.

2.1.1. - A União Europeia

Sendo Portugal um pleno membro da União europeia não nos espanta que cumpra as normas e as diretivas emanada por esta instituição sobre este assunto.

Ao longo das últimas décadas, a União Europeia (UE) tem colocado um foco crescente no ensino da Educação para a Cidadania, reconhecendo a importância de formar cidadãos conscientes e informados para participar ativamente na sociedade democrática. A evolução do ensino da Educação para a Cidadania na União Europeia tem sido impulsionada por diversos fatores e tem passado por várias mudanças significativas.

Segundo Ribeiro (2014, p. 13) "Nas últimas décadas, o campo das políticas educativas juntamente com investigação desenvolvida nos domínios do currículo e da participação cívica e política têm atribuído um lugar de destaque à educação para a cidadania na promoção da democracia europeia. Esta situação tem sido influenciada sobretudo por duas ordens de razão. A primeira é de ordem macropolítica e prende-se com o objetivo político de se construir uma cidadania europeia baseada na ideia de "uma grande Europa caracterizada por diferenças culturais, diferentes conceções económicas, realidades naturais diferentes, mas unida pelo sentimento de pertencer a uma civilização comum".

Inicialmente, a noção de Cidadania na União Europeia era mais centrada nos direitos e nos deveres dos cidadãos em relação à integração europeia, enfatizando a liberdade de movimento, direitos de voto e outros aspetos ligados à Cidadania Europeia. No entanto, ao longo do tempo, houve um reconhecimento crescente da importância de incluir valores democráticos, direitos humanos, tolerância, inclusão e diversidade como pilares fundamentais da educação para a cidadania. Ribeiro (2014, p. 13) considera que estas alterações tiveram os seus alicerces na "existência de uma intenção política europeia em combater situações e fenómenos antidemocráticos, bem como a importância de se fomentar uma cidadania ativa nos jovens para a construção e sustentação das sociedades democráticas, não é, portanto, surpreendente que a educação para a cidadania tenha emergido na Europa como uma prioridade nos currículos escolares."

Por isso mesmo não será de estranhar que a União Europeia tenha desenvolvido diversos documentos e iniciativas para promover a educação para a cidadania nos seus Estados-Membros. O *Referencial Dimensão Europeia da Educação* (2016), disponibilizado pela Direção-Geral da Educação destaca a importância de integrar a dimensão europeia na Educação para a Cidadania, promovendo valores como a diversidade cultural e a participação democrática. Estes documentos refletem o compromisso da União Europeia em promover uma educação que capacite os cidadãos a participarem ativamente na sociedade, valorizando a diversidade e os valores democráticos. O relatório a *Educação para a Cidadania nas Escolas da Europa* (2017), elaborado pela rede Eurydice o qual fornece uma visão abrangente das políticas nacionais relacionadas com a educação para a cidadania nas escolas europeias, abordando aspetos como a organização curricular, métodos de ensino, participação ativa dos alunos e formação de professores. A *Resolução do*

Parlamento Europeu sobre a aplicação de medidas de educação para a cidadania (2022), este documento enfatiza a importância de incluir a educação para a cidadania em todos os níveis de ensino, adaptando-a às características e necessidades específicas dos alunos.

Uma das principais mudanças na política educacional da União Europeia foi a inclusão dos temas da Educação Cívica nos currículos escolares nos seus estados membros. As instituições educacionais têm sido incentivadas a integrar a Educação para a Cidadania em disciplinas existentes, como a História, as Ciências Sociais, a Educação Moral e Cívica, entre outras, ou mesmo através de disciplinas específicas dedicadas a esses temas. Além das alterações expostas anteriormente outros programas e iniciativas transnacionais foram desenvolvidos para promover a educação para a cidadania na União Europeia. Projetos de intercâmbio estudantil, programas de educação não formal, como o programa Erasmus+, e campanhas de conscientização têm desempenhado um papel importante na promoção da compreensão intercultural, no desenvolvimento de competências sociais e na promoção da participação ativa dos jovens na sociedade.

A tecnologia também tem desempenhado um papel crescente no ensino da Educação para a Cidadania na União Europeia. Plataformas online, recursos educacionais digitais e ferramentas de aprendizagem interativas têm sido utilizados para envolver os estudantes, facilitar o acesso à informação e promover o debate e a troca de ideias sobre questões cívicas e sociais.

No entanto, apesar dos avanços, ainda existem desafios a serem enfrentados na promoção efetiva da Educação para a Cidadania na União Europeia. Questões como a padronização dos currículos, a formação adequada de professores, a inclusão de grupos marginalizados e a avaliação dos resultados educacionais continuam a ser áreas de preocupação e debate.

Tomando como referência Portugal estas mudanças ao nível da Educação para a Cidadania tem decorrido principalmente sob diversas influências determinadas por "períodos sociopolíticos que se fizeram sentir quer a um nível interno, como foi por exemplo a queda do regime ditatorial em 1974 que deu início a uma fase política democrática que procurou (pelo menos inicialmente) transpor para o campo da educação uma ideologia educativa de carácter mais emancipatório e crítico em substituição do carácter doutrinador e apolítico estimulado pelo anterior regime; quer a um nível externo, como foi a integração na União Europeia e a forte ênfase que ela

colocou na década de 1990 sobre a construção de uma cidadania democrática e europeia. O percurso que a educação para a cidadania realizou em Portugal evidencia explicitamente a relação direta que ela teve com esses dois níveis de influência. Desde logo pelas diferentes designações que ao longo do tempo se atribuíram à área dedicada à promoção e desenvolvimento de competências sociais, cívicas e políticas dos/as jovens (e.g., Formação Pessoal e Social; e Educação para a Cidadania)." (Ribeiro, 2014, pp. 13-14).

Em resumo, a evolução do ensino da Educação para a Cidadania na União Europeia reflete uma mudança de paradigma, passando de uma abordagem mais centrada nos direitos associados à Cidadania Europeia para uma perspetiva mais ampla, incorporando valores democráticos, direitos humanos e inclusão social como elementos fundamentais na formação dos cidadãos europeus do futuro.

2.1.2. - O Conselho da Europa

O Conselho da Europa é uma organização internacional que visa promover a cooperação entre os países europeus em questões políticas, sociais, jurídicas e culturais. Fundado em 1949, é uma organização separada da União Europeia (UE), embora compartilhe muitos dos mesmos países membros. O Conselho da Europa é composto por 47 Estados membros, incluindo praticamente todos os países europeus, com exceção de Belarus (Bielorrússia) e do Vaticano.

O Conselho da Europa é responsável pela redação e supervisão da implementação da *Convenção Europeia dos Direitos Humanos*, a qual estabelece padrões para os direitos humanos e liberdades fundamentais em toda a Europa. Além disso, promove a igualdade de gênero, a proteção de minorias e o combate à discriminação em todas as suas formas. Cabe ao Conselho da Europa promover a democracia, o Estado de Direito e as boas práticas governamentais em toda a Europa, além de monitorizar as eleições nos seus Estados membros. Ainda oferece assistência na reforma constitucional e legal e trabalha para fortalecer as instituições democráticas. Viabiliza a cooperação cultural e educacional entre seus Estados membros, desenvolvendo políticas e programas para promover a diversidade cultural, o diálogo intercultural e a aprendizagem ao longo da vida. Incrementa a cooperação jurídica entre os seus Estados membros, incluindo a harmonização de leis e práticas judiciais, a luta contra o crime organizado e a corrupção, e o fortalecimento do acesso

à justiça e dos direitos das vítimas. Trabalha para proteger os direitos das crianças e promove o seu bem-estar em toda a Europa. Fomenta políticas e programas para combater o abuso infantil, promovendo a participação das crianças na sociedade e garantindo a aplicação eficaz dos direitos das crianças.

Essas são apenas algumas das áreas em que o Conselho da Europa está envolvido. No entanto a sua missão principal é promover uma Europa baseada nos princípios da democracia, dos direitos humanos e do Estado de Direito, buscando garantir a paz e a estabilidade na região.

Tendo em conta o exposto anteriormente o Conselho da Europa tem sido uma das principais organizações internacionais a promover a Educação para a Cidadania Democrática e os Direitos Humanos. Através de diversos documentos e recomendações, essa entidade fornece diretrizes para os Estados-membros sobre como implementar políticas e práticas educativas voltadas para a cidadania ativa, a democracia e os direitos fundamentais. A *Carta do Conselho da Europa sobre Educação para a Cidadania Democrática e Educação em Direitos Humanos* (2010), documento que estabelece os princípios orientadores para a implementação da *Educação para a Cidadania Democrática* (ECD) e da *Educação em Direitos Humanos* (EDH) nos Estados membros do Conselho da Europa. A Carta reconhece estas formas de educação como instrumentos fundamentais para a promoção de sociedades democráticas, coesas e inclusivas, defendendo a integração da ECD/EDH nos currículos escolares, na formação docente e na vida escolar em geral. O *Referencial de Competências para uma Cultura Democrática* (2016), que propõe um modelo estruturado de competências necessárias para que os indivíduos possam participar de forma eficaz e responsável em sociedades democráticas. Organizado em torno de quatro dimensões, valores, atitudes, competências e conhecimentos e compreensão crítica, o documento oferece orientações para a conceção curricular, avaliação e formação de educadores. O *Manual de Educação para a Cidadania Democrática e Direitos Humanos – “Compass”* (2016), é uma ferramenta prática desenvolvida pelo Conselho da Europa para apoiar a educação não formal em ECD e em EDH. Apresenta uma variedade de atividades pedagógicas destinadas a promover a reflexão crítica, a participação ativa e o respeito pelos direitos humanos entre jovens. O manual é amplamente utilizado em contextos educativos formais e informais em toda a Europa. O *Referencial de Competências para uma Cultura Democrática* (2018), vem em complemento ao documento de 2016, este volume oferece orientações

práticas para a aplicação do modelo de competências em contextos educativos concretos. Fornece exemplos de implementação curricular, estratégias de ensino-aprendizagem e métodos de avaliação, facilitando a operacionalização do referencial nas escolas e na formação de professores. A *Declaração de Lisboa sobre Educação e Cidadania Global* (2019), adotada na Conferência dos Ministros da Educação dos Estados membros do Conselho da Europa, reafirma o compromisso com a promoção da Educação para a Cidadania Global como uma resposta aos desafios contemporâneos, como a globalização, a migração e as alterações climáticas. Destaca a importância da educação na construção de sociedades justas, sustentáveis e interculturais. O *Relatório sobre Educação para a Cidadania Digital* (2019), explora as implicações da cidadania no contexto digital, propondo um quadro de referência para o desenvolvimento de competências digitais associadas à participação democrática, ao pensamento crítico e à literacia mediática. O documento sublinha a necessidade de capacitar os cidadãos, especialmente os jovens, para exercerem os seus direitos e deveres num ambiente digital de forma ética e segura. Todos estes documentos destacam a necessidade de integrar a Educação para a Cidadania nos currículos desde cedo. A sua abordagem deve ser transversal, promovendo o respeito pelos direitos humanos e incentivando o pensamento crítico e a participação ativa das crianças na Escola e na comunidade, fazendo uso de metodologias ativas, como projetos colaborativos, debates e simulações, são recomendadas para estimular a cidadania na prática.

A Educação para a Cidadania no Conselho da Europa visa promover valores democráticos, direitos humanos, diversidade cultural e inclusão social através do sistema educacional. O Conselho da Europa, sendo uma organização internacional que visa promover a cooperação entre os países europeus em questões políticas, sociais e culturais, reconhece a importância da educação para fortalecer a coesão social e promover uma sociedade democrática.

A Educação para a Cidadania no Conselho da Europa baseia-se nos princípios da educação democrática, que incluem o desenvolvimento do pensamento crítico, a promoção da participação cívica, o respeito pelos direitos humanos e a valorização da diversidade. Esses princípios são incorporados nos sistemas educacionais dos países membros do Conselho da Europa por meio de políticas, programas de estudo e formação de professores.

O Conselho da Europa desenvolveu uma série de instrumentos e recursos para apoiar a implementação da Educação para a Cidadania, incluindo currículos, materiais educacionais, diretrizes e programas de formação de professores. Além disso, promove o intercâmbio de boas práticas entre os países membros e realiza atividades de sensibilização e capacitação para educadores e professores.

O objetivo final da Educação para a Cidadania no Conselho da Europa é capacitar os cidadãos para participar ativamente na vida democrática, contribuir para a construção de sociedades mais justas e inclusivas e fortalecer os valores fundamentais da democracia e dos direitos humanos. Num mundo cada vez mais interconectado e diversificado, a promoção da cidadania ativa e responsável é fundamental para enfrentar os desafios globais e construir um futuro sustentável.

2.1.3. - A Organização da Nações Unidas

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem desempenhado um papel de destaque na promoção da Educação para a Cidadania, integrando-a nos seus esforços para alcançar os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS) definidos na *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (2015)*¹, em especial o ODS 4, que visa garantir uma educação de qualidade, inclusiva, equitativa e promotora de aprendizagem ao longo da vida.

A ONU defende uma Educação para a Cidadania baseada nos direitos humanos, na justiça social e na igualdade, como expresso no artigo 26 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948) e na *Declaração sobre a Educação e Formação em Direitos Humanos* (2011). Promove a cultura de paz, a tolerância, o respeito pela diversidade e a resolução pacífica de conflitos, incentivando a participação democrática e o empenho cívico. Aborda ainda questões como a sustentabilidade ambiental e a literacia digital e global, essenciais para formar cidadãos capazes de agir responsabilmente num mundo interdependente.

A UNICEF, agência da ONU focada nos direitos das crianças, reforça a importância da Educação para a Cidadania ao capacitar os mais jovens para

¹Título do documento original: *Transformar o Nosso Mundo - Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (2015)*.

compreenderem os seus direitos e deveres, promovendo a participação ativa na tomada de decisões que afetam as suas vidas. A *Convenção sobre os Direitos da Criança* (1989)² constitui o seu principal referencial, complementado por relatórios e guias publicados pela UNICEF Portugal³ que abordam práticas educativas inclusivas, cidadania e desenvolvimento sustentável⁴.

A UNICEF promove valores como a igualdade, a diversidade e o respeito pelos direitos humanos, incentivando o desenvolvimento de competências sociais e emocionais como a empatia, a cooperação e a resolução de conflitos. Reconhecendo os desafios da globalização, a organização valoriza a alfabetização global e digital, preparando crianças e jovens para compreender e intervir criticamente nas questões contemporâneas, contribuindo para sociedades mais justas e sustentáveis.

A UNESCO, por sua vez, destaca-se na promoção da *Educação para a Cidadania Global (ECG)*, com enfoque na democracia, direitos humanos, igualdade de género, diversidade cultural e sustentabilidade ambiental. Através de documentos orientadores como *Educação para a Cidadania Global: Preparando Alunos para os Desafios do Século XXI* (2014), *Tópicos e Objetivos de Aprendizagem* (2015), *A Abordagem da UNESCO* (2015), o *Manual do Estudante* (2022) e o *Projeto Cidadanizar* (2023), são propostas estratégias para integrar a ECG nos currículos escolares.

A UNESCO defende a formação de cidadãos críticos, informados e comprometidos, valorizando a participação democrática, a resolução pacífica de conflitos e o desenvolvimento de competências interpessoais. A organização também

² Disponível no site da UNICEF.

³ A UNICEF Portugal disponibiliza diversos recursos relacionados à educação para a cidadania e direitos humanos. Por exemplo, o *Guia para Escolas - Tenho Voto na Matéria* visa apoiar as escolas na reflexão sobre direitos humanos, participação, cidadania e democracia. Além disso, o *Manual de Apoio à Prática* apresenta fundamentos e experiências práticas de escolas comprometidas com os direitos da criança. Recomendo consultar a Plataforma Escolas UNICEF para ter acesso a esses e outros materiais relevantes.

⁴ *Relatório Anual 2021-Educação*. Este relatório destaca as iniciativas da UNICEF para garantir o direito à educação durante a pandemia, incluindo orientações para a reabertura segura das escolas e materiais de apoio para a comunidade escolar. *Relatório Anual UNICEF 2020*. Este relatório detalha as ações da UNICEF em 2020 para promover e proteger os direitos das crianças, incluindo iniciativas na área da educação. *Manual para as Escolas pelos Direitos da Criança da UNICEF Portugal*: Este manual fornece orientações para as escolas promoverem os direitos das crianças, utilizando os princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança para orientar políticas e programas educativos.

realça a educação para a paz e a educação para a sustentabilidade, estimulando o compromisso com temas globais como as alterações climáticas, a pobreza e a justiça social.

Assim, ONU, UNICEF e UNESCO convergem na valorização da Educação para a Cidadania como ferramenta essencial para a construção de sociedades mais inclusivas, participativas, equitativas e sustentáveis, alinhando-se com os princípios dos direitos humanos e da cooperação internacional.

3 - A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA EM PORTUGAL

Ao longo dos anos, o ensino da Educação para a Cidadania em Portugal tem vindo a registar uma evolução significativa, acompanhando as transformações sociais, políticas, económicas e educacionais do país. A integração da Educação para a Cidadania nos currículos escolares portugueses tem ganho crescente relevância junto das entidades educativas, afirmando-se como um dos pilares fundamentais na formação integral dos alunos. Esta área contribui para o desenvolvimento de competências que promovem uma participação mais consciente, responsável e ativa na sociedade e na vida democrática.

3.1. - Origens e Evolução Inicial

No contexto português, o ensino da Educação para a Cidadania remonta a diversas reformas educacionais, mas foi "Somente em 1986, com a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) n.º 46/86 de 14 de outubro, que se verificam alterações significativas na política educativa portuguesa – um ano simbolicamente marcante para Portugal que, depois de assinar o tratado de adesão em 12 de junho de 1985, quando se torna (em 1986) membro de facto da CEE. Com a introdução da LBSE n.º 46/86 ampliasse para nove anos a escolaridade obrigatória e define-se como um dos objetivos centrais da educação a promoção de cidadãos livres, ativos e críticos." (Ribeiro, 2014 p.15). Inicialmente, e numa primeira fase a disciplina de *Formação Cívica* foi introduzida nas escolas como um espaço curricular dedicado à transmissão de conhecimentos sobre direitos, deveres e valores associados à cidadania. Esta disciplina visava, principalmente, a formação moral e cívica dos estudantes. Posteriormente, o conceito evoluiu para a designação de *Educação Cívica*, vindo, mais tarde, a consolidar-se na sua forma atual de Educação para a Cidadania.

3.2. - Mudanças e Expansão Curricular

Com o tempo, houve uma mudança de paradigma no ensino da cidadania em Portugal. A disciplina de *Formação Cívica* evoluiu para uma abordagem mais abrangente, incorporando questões de direitos humanos, igualdade de gênero, diversidade cultural, ambientalismo, entre outros temas relevantes para a formação integral dos alunos.

3.3. - Integração Interdisciplinar

Atualmente, a Educação para a Cidadania encontra-se integrada de forma transversal nas diferentes áreas do currículo, com especial incidência na Educação Pré-Escolar e no 1.º Ciclo do Ensino Básico. Nos restantes Ciclos de Ensino e no Ensino Secundário, esta dimensão assume uma presença mais disciplinar, sendo abordada em áreas como História, Geografia, Filosofia ou Educação Moral e Religiosa, entre outras. Nessas disciplinas, são trabalhados temas relacionados com os direitos e deveres, a participação cívica e os valores democráticos, promovendo o desenvolvimento do pensamento crítico, reflexivo e ético dos alunos.

De acordo com a *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* (ME, 2017), a Educação para a Cidadania deve constituir-se como uma área de aprendizagem transversal e integradora, orientada para a formação de cidadãos ativos, conscientes, solidários e responsáveis, capazes de contribuir para uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

3.4. - Abordagens Pedagógicas e Metodologias

As práticas pedagógicas têm igualmente evoluído, procurando adotar metodologias de ensino mais participativas, dinâmicas e centradas no aluno. Abordagens como a aprendizagem baseada em problemas, o trabalho de projeto, os debates, as simulações e as atividades práticas são frequentemente utilizadas para promover a reflexão crítica, o pensamento autónomo e o envolvimento dos alunos em temáticas de natureza cívica e social.

Neste sentido, a integração de projetos interdisciplinares, multidisciplinares, pluridisciplinares e transdisciplinares tem vindo a consolidar-se como uma estratégia essencial para a promoção de aprendizagens significativas e contextualizadas. Estas metodologias encontram respaldo nos princípios orientadores do *Perfil dos Alunos à*

Saída da Escolaridade Obrigatória (ME, 2017), que valoriza a autonomia, a responsabilidade, o pensamento crítico e a cidadania ativa como pilares da formação integral do aluno. De igual modo, a *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* (ME, 2017) defende a adoção de práticas pedagógicas inovadoras e cooperativas que favoreçam a participação dos alunos na construção de uma cultura democrática e inclusiva, alicerçada em valores de respeito, solidariedade e justiça social.

3.5. - Desafios e Perspetivas Futuras

Apesar dos progressos alcançados, persistem ainda diversos desafios, nomeadamente a necessidade de uma formação contínua e consistente dos docentes, que lhes permita abordar de forma adequada e crítica os temas relacionados com a cidadania. Mantêm-se igualmente como preocupações centrais a avaliação do impacto e dos resultados das práticas de Educação para a Cidadania, bem como a garantia de uma efetiva inclusão de todos os alunos, assegurando a igualdade de acesso, de oportunidades e de participação.

Em termos gerais, o ensino da educação para a cidadania no sistema educacional português tem evoluído de uma perspetiva mais tradicional e centrada em valores para uma abordagem mais ampla, interdisciplinar e participativa, visando formar cidadãos críticos, informados e comprometidos com uma sociedade democrática e inclusiva.

Esse desenvolvimento reflete o compromisso de Portugal em preparar os jovens para enfrentar os desafios contemporâneos, promovendo a consciência cívica e a participação ativa na construção de uma sociedade mais justa e plural.

3.6. - A Evolução

À luz da análise anteriormente desenvolvida, constata-se que a Educação para a Cidadania tem conhecido uma evolução progressiva no contexto do sistema educativo português, marcada por sucessivas etapas e adaptações destinadas a responder às transformações sociais e aos desafios contemporâneos. Foi a partir da reforma curricular de 1986 que se iniciou um processo de transformação profunda no sistema educativo português, enquadrado num período de rápidas e significativas mudanças sociais, políticas e culturais em Portugal, ano em que o país assina o

acordo formal de entrada na CEE, que o Ministério da Educação de então, sob a égide de João de Deus Pinheiro, inicia uma ampla reestruturação do ensino português. Será neste momento de mudança que se estabelece pela primeira vez, "a criação de uma área transversal de Formação Pessoal e Social. Esta área, à semelhança de outras propostas inovadoras, materializou-se numa organização curricular assente na criação da Área-Escola (integrando a componente de Educação Cívica no 3.º ciclo), nas formações transdisciplinares que incluíam a disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social, nas Atividades de Complemento Curricular e nas Atividades de Apoio Pedagógico (ALONSO et al., 2001). Apesar da inovação que esta proposta representou no seu tempo, a sua operacionalização fracassou por motivos de natureza diversa. Contudo, tornaram-se evidentes as preocupações com a Educação Cívica e a Formação Pessoal e Social, quer como áreas autónomas, quer como formação transversal ao currículo." (Dias, 2020, pp.178-179). No entanto passado seis anos o Ministério da Educação publica o *Documento Orientador das Políticas para o Ensino Básico* (ME,1998), o qual sintetizava os aspetos a considerar na reorganização curricular do ensino básico, sublinhando que a escola precisava de se assumir como um espaço privilegiado de Educação para a Cidadania, de forma integrada e articulada. Sustentada, em grande medida, pelas conceções de 1988, a *Reorganização Curricular de 2001*, promovida pelo Ministério da Educação, surgiu "com um discurso preocupado com as questões da cidadania, prevendo a criação de áreas curriculares não disciplinares como a Área de Projeto e a Formação Cívica. O currículo nacional passou a ser pensado em torno do desenvolvimento de competências (gerais e específicas), integrando o conhecimento, as capacidades e as atitudes e valores, no sentido da construção de um conhecimento para a ação ou dos saberes em uso (ABRANTES, 2001)". (Dias, 2020, p.179). Ribeiro (2014, p.22) salienta que "O diploma consagra a educação para a cidadania, o domínio da língua portuguesa e a valorização da dimensão humana do trabalho, bem como a utilização das tecnologias da informação e comunicação como formações transdisciplinares, no âmbito do ensino básico, abordando de forma integrada a diversificação das ofertas educativas, tomando em consideração as necessidades dos alunos, definindo um quadro flexível para o desenvolvimento de atividades de enriquecimento do currículo."

Entre os anos de 2008 e 2009 intensificou-se uma discussão sobre a configuração da *Formação Cívica* que até então "funcionava como uma disciplina autónoma e como área transversal ao currículo" (Dias, 2020, p.179). Ainda em 2009

Portugal iniciou um novo processo de alinhamento com orientações do Conselho da Europa e da União Europeia, com a finalidade de construir uma Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED).

Todo este processo evolutivo culminará no ano de 2011 com a publicação do *Decreto-Lei n.º 50/2011* que para Ribeiro (2014, p. 24) se afirma como "o segundo momento em que se procedia a alterações significativas ao Decreto-Lei n.º 6/2001. Com este diploma era "criada a disciplina de Formação Cívica no 10.º ano, com vista a reforçar a formação nas áreas da educação para a cidadania, para a saúde e para a sexualidade" (Decreto-Lei n.º 50/2011, p. 2097). Estendia-se, portanto, a formação cívica para além do ensino básico, contudo optava-se por uma lógica disciplinar, parecendo indicar que a sua criação num nível superior de ensino (que privilegia a relação entre a aquisição estruturada de saberes cognitivo-académicos e os resultados escolares) justificava a alteração do seu estatuto. Uma alteração que, estamos em crer, resultava mais uma vez (tal como a disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social introduzida pelo Decreto-lei n.º 286/89 de 29 de agosto) de uma interpretação desajustada do papel da formação cívica, que não podia ser resumido à mera transmissão de valores e à dimensão ética (cf. Menezes, 1998), contrariamente ao que sugere a decisão de lhe atribuir o estatuto de disciplina."

Em junho de 2011 é apresentada uma *Proposta Curricular para o Ensino Básico e Secundário - Educação para a Cidadania*, coordenado por Maria Emília Brederode Santos, a pedido da Ministra da Educação Isabel Alçada⁵. Esta proposta segundo os autores deveria responder "às necessidades de formação dos jovens neste domínio, acompanhasse as tendências atuais e as recomendações a nível da União Europeia e organizasse as sucessivas medidas avulsas tomadas sob pressão de necessidades sociais sem resposta no currículo em vigor e acumuladas, como sugestões ou já mesmo como compromissos, nas Áreas Curriculares Não Disciplinares (ACND), ao longo da última década." (*Proposta Curricular para o Ensino Básico e Secundário - Educação para a Cidadania*, 2011, p. 3).

Este estudo estabelece três dimensões para o conceito de cidadania:

- *Cidadania enquanto princípio de legitimidade política;*
- *Cidadania como construção identitária;*

⁵Apesar da publicação do documento seja junho de 2011, a coordenadora salienta na introdução que recebeu o pedido da Ministra da Educação em fevereiro de 2010.

- *Cidadania como conjunto de valores.* (Proposta Curricular para o Ensino Básico e Secundário - Educação para a Cidadania, 2011, p. 4)

Para além do conceito de cidadania encontramos plasmado neste documento as linhas orientadoras a serem seguidas: Vivências de Cidadania, Processo de definição de currículo, A criança como cidadão e O papel das escolas no desenvolvimento curricular. Além destas linhas orientadoras também é feita alusão às Competências dos alunos a desenvolver ao longo dos Ensinos Básico e Secundário, tais como: Descentração e empatia, Pensamento crítico e criativo, Comunicação e Argumentação e por fim Participação. É ainda de salientar a referência feitas a Educação Inclusiva como elemento estrutural de ensino e de cidadania, para além da menção de documentos universais de relevância como: *A Convenção dos Direitos das Crianças* (ONU) e a *Convenção Europeia dos Direitos Humanos* (UE).

Não será de estranhar que em agosto deste mesmo ano de 2011, seja feita uma alteração formal ao *Decreto - Lei nº 6/2001*, antecipado pelo *Decreto - Lei nº 94/2011* que "No entanto, não viria a introduzir nenhuma mudança relevante relativamente à forma como a educação para a cidadania estava determinada." (Ribeiro, 2014, p. 24).

Será em 2012 com a publicação do *Decreto - Lei nº 139/2012*, que se estabelecem importantes implicações para o ensino da Educação para a Cidadania em Portugal, conduzindo a uma revisão curricular do ensino Básico e Secundário que ainda hoje permanece, apesar da introdução de algumas alterações decorridas das mudanças de política verificadas com as alternâncias governativas.

No que concerne a Educação para a Cidadania a grande alteração verificou-se com o fim da área de *Formação Cívica* como o espaço privilegiado para o desenvolvimento da Educação para a Cidadania, para a circunscrever à mera referência de área transversal que é "passível de ser abordada em todas as áreas curriculares, não sendo imposta como uma disciplina isolada e obrigatória, mas possibilitando às escolas a decisão da sua oferta nos termos da sua materialização disciplinar autónoma." (*Decreto Lei 139/2012*, p. 3476).

A existente autonomia das escolas/agrupamentos permite a estas instituições o "desenvolver projetos e atividades que contribuem para a formação pessoal e social dos alunos, designadamente educação cívica, educação para a saúde, educação financeira, educação para os média, educação rodoviária, educação para o consumo,

educação para o empreendedorismo e educação moral e religiosa, de frequência facultativa." (*Decreto Lei 139/2012*, p. 3479).

Para Ribeiro (2014, p. 24) o *Decreto - Lei 139/2012* conduz a uma espécie de marginalização da Educação para a Cidadania apesar da mesma estar supostamente presente no currículo, mas ao mesmo tempo não "se encontra nomeada nas matrizes curriculares determinadas pelo diploma." em oposição por exemplo com a Educação Moral e Religiosa que apesar de ser facultativa tem saliência nas matrizes curriculares.

Segundo Ribeiro (2014, pp. 24-25) tal situação induz "que a educação para a cidadania para não ser nomeada deve ter uma relevância ainda mais discreta do que aquela que está subjacente ao carácter de facultativo. Estamos em crer que o presente diploma concretiza uma 'eliminação subtil' da educação para a cidadania na estrutura curricular, ao atribuir-lhe (à falta de melhor designação para ilustrar a sua ténue presença no diploma, que parece antecipar a possibilidade da sua completa ausência em posteriores diplomas) um carácter quasi-fantasmagórico."

Tendo em conta esta debilidade e subjetividade não é de estranhar que a publicação do *Decreto - Lei nº 55/2018* venha estabelecer a componente do currículo de Cidadania e Desenvolvimento, integrando-a nas matrizes de todas as ofertas educativas e formativas. No entanto o *Decreto - Lei nº 55/2018* deixa em aberto as estratégias a utilizar por cada escolas/agrupamentos na implementação da Educação para a Cidadania, apesar desta omissão o mesmo documento salienta que as instituições educativas devem cumprir com as seguintes alíneas:

- a) Os domínios, os temas e as aprendizagens a desenvolver em cada ciclo e ano de escolaridade;
- b) O modo de organização do trabalho;
- c) Os projetos a desenvolver pelos alunos que concretizam na comunidade as aprendizagens a desenvolver;
- d) As parcerias a estabelecer com entidades da comunidade numa perspetiva de trabalho em rede, com vista à concretização dos projetos;
- e) A avaliação das aprendizagens dos alunos;
- f) A avaliação da estratégia de educação para a cidadania da escola. (*Decreto - Lei nº 55/2018*, p. 2934)

Mais uma vez é salientado a transversalidade da Educação para a Cidadania, bem como a articulação disciplinar e a abordagem da sua natureza transdisciplinar. É

no entanto deixado em aberto a forma como a mesma é aplicada, sugerido que as escolas/agrupamentos sigam as seguintes variantes:

- a) A oferta como disciplina autónoma;
- b) A prática de coadjuvação, no âmbito de uma disciplina;
- c) O funcionamento em justaposição com outra disciplina;
- d) A abordagem, no âmbito das diferentes disciplinas da matriz, dos temas e projetos, sob coordenação de um dos professores da turma ou grupo de alunos. (*Decreto - Lei nº 55/2018, p.2934*)

Embora a sua consolidação tenha sido marcada por alguns constrangimentos e por uma certa discrição inicial, a Educação para a Cidadania tem progressivamente consolidado a sua importância no panorama educativo português. Tal reconhecimento resulta da relevância dos múltiplos domínios que abrange, entre os quais se destacam a educação financeira, a educação para o consumo, a educação para o empreendedorismo e a educação para a segurança e defesa nacional, que se articulam, em igual plano de importância, com a educação para os direitos humanos, a educação ambiental, a educação rodoviária, a educação para o desenvolvimento e a educação para a igualdade de género. Não podemos desassociar que a Educação para a Cidadania esta em sintonia e em paralelismo com a realidade social, económica, ambiental e política em que vivemos atualmente sendo em simultâneo um reflexo da sociedade contemporânea. Por isso mesmo a Educação para a Cidadania é importante e é primordial "no que se refere à construção de aprendizagens (de ordem cívica, política, económica e moral) para uma participação livre e democrática dos indivíduos quer no espaço público e coletivo, quer no espaço privado e individual; mas também no que se refere à atribuição de sentido e de significado individual, social e cultural aos conhecimentos academicamente estruturados transmitidos pela escola, bem como à utilização responsável desses mesmos conhecimentos no quotidiano da vida cívica e política dos indivíduos." (Ribeiro, 2014, p. 25).

De acordo com a análise desenvolvida, evidencia-se que em Portugal a Educação para a Cidadania tem sido progressivamente incluída nos currículos escolares. Inicialmente, esse ensino era mais implícito, integrado em disciplinas como História, Geografia, Estudo do Meio, Educação Moral e Religiosa Católica e outras, sem uma estruturação específica. A partir de 2001, foi implementado no Currículo

Nacional do Ensino Básico, que incluía a área curricular não disciplinar de Formação Cívica⁶.

A *Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986*, juntamente com o *Decreto - Lei nº 55/2018*, introduziram a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento como uma componente fundamental no currículo escolar, desde o pré-escolar ao ensino secundário. Esta disciplina visa promover competências relacionadas com a cidadania, direitos humanos, igualdade de género, interculturalidade, entre outros temas relevantes.

Com a introdução da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, houve uma ênfase na formação de professores para que estes estivessem capacitados para abordar esses temas de forma adequada e eficaz em sala de aula. Além do conhecimento factual, a Educação para a Cidadania passou a dar ênfase ao desenvolvimento de competências sociais e emocionais nos alunos, visando prepará-los para uma participação ativa e construtiva na sociedade. A tendência atual é para uma abordagem interdisciplinar, onde os temas de cidadania são integrados de forma transversal em várias disciplinas, possibilitando uma aprendizagem mais contextualizada e abrangente.

A evolução na Educação para a Cidadania reflete a preocupação em formar cidadãos mais conscientes, críticos e participativos na sociedade, equipando-os com ferramentas e conhecimentos que os ajudem a enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Essa evolução também reflete os valores e princípios defendidos pela legislação educacional em Portugal.

3.7. - Legislação Portuguesa

Em Portugal, a educação para a cidadania é uma área importante e está inserida no currículo escolar. Alguns marcos legais relevantes para a educação para a cidadania incluem:

1. *Lei de Bases do Sistema Educativo*: Define os princípios gerais da educação em Portugal, incluindo a formação para a cidadania como um dos objetivos do sistema educativo.

⁶ Foi uma primeira tentativa de organizar conteúdos específicos relacionados com a cidadania e valores sociais.

2. *Currículo Nacional*: Estabelece competências a serem desenvolvidas ao longo da escolaridade, incluindo áreas específicas relacionadas à educação para a cidadania.
3. *Despacho Normativo n.º 10-A/2021*: Define o perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, incluindo competências ligadas à cidadania, como a participação democrática, o respeito pelos direitos humanos e a responsabilidade cívica.
4. *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ME, 2017)*: Estabelece diretrizes e metas para promover a educação para a cidadania em diferentes níveis de ensino.

Estes são alguns exemplos de legislação que fundamenta e direciona a educação para a cidadania em Portugal. Estes documentos fornecem orientações e estruturas para que as escolas possam desenvolver programas e atividades que promovam a formação cívica dos alunos.

3.8. - As Principais Orientações do Ministério da Educação

As orientações do Ministério da Educação em Portugal para a Educação para a Cidadania estão alinhadas com as políticas educacionais e curriculares do país, no entanto, como verificamos anteriormente, em alguns momentos sofrem a influência de normas pedagógicas e educativas de entidades internacionais de cariz político, sociais, económicas e educacionais. A sua aplicação é preconizada em diversos documentos oficiais internos ou externos de cariz informativo, despachos-normativos, de lei ou decreto de lei como salientamos anteriormente.

De um modo abrangente, constata-se que, o Ministério da Educação concebe a Educação para a Cidadania como uma componente transversal, integrada tanto nas áreas curriculares como nas atividades extracurriculares, desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário. Este conceito enfatiza o desenvolvimento de competências fundamentais, tais como o pensamento crítico, o diálogo intercultural, a ética, a responsabilidade social e a participação cívica. As orientações ministeriais destacam a importância de abordar temas como a diversidade cultural, a de género, a religiosa, a económica e a social, com o objetivo de criar ambientes escolares mais inclusivos e respeitosos. A integração de conteúdos relacionados à cidadania em

várias disciplinas é incentivada, promovendo uma educação transversal e contextualizada. O Ministério encoraja a interação entre a escola, a família e a comunidade local, visando fortalecer a participação ativa dos alunos na sociedade. Em 2017, o Ministério da Educação apresentou a *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*, consolidando um quadro orientador para a operacionalização da cidadania no sistema educativo português. Este documento, junto com outros referenciais publicados posteriormente, serve como material de apoio e complemento para as atividades letivas na área da Educação para a Cidadania.

Mais informações podem ser encontradas em: Referenciais de Educação para a Cidadania (<https://cidadania.dge.mec.pt/documentos-referencia>)

As orientações emanadas dos documentos específicos do Ministério da Educação devem ser interpretadas como instrumentos de referência para os docentes e para as instituições de ensino, no sentido de orientarem a conceção e a implementação de programas educativos destinados à promoção da Educação para a Cidadania. Tais orientações visam potenciar a formação cívica e o desenvolvimento da consciência social dos alunos, promovendo uma cidadania ativa, responsável e comprometida com os valores democráticos.

3.9. - A Educação para a Cidadania no 1º Ciclo

O Sistema Educativo Português estrutura-se em três níveis de ensino: a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário. O Ensino Básico tem a duração de nove anos e organiza-se em três ciclos sequenciais: o 1.º Ciclo (1.º ao 4.º ano), o 2.º Ciclo (5.º e 6.º anos) e o 3.º Ciclo (7.º ao 9.º ano). Já o Ensino Secundário tem a duração de três anos, correspondendo ao 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto, a escolaridade obrigatória em Portugal estende-se até aos 18 anos de idade ou até à conclusão de 12 anos de escolaridade, o que garante que todos os alunos frequentem, de forma progressiva, as três etapas do Ensino Básico e o Ensino Secundário, concluindo assim o seu percurso formativo.

A *Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986* (LBSE), foi um ponto de viragem no sistema educativo português, que apesar tudo, ainda hoje continua a marcar e a determinar o quotidiano dos alunos, dos professores e das Escolas. A LBSE foi um

dos primeiros documentos oficiais a referenciar a importância que a educação cívica e a formação moral deve ter nos alunos. Não se pode ignorar o impacto que a educação cívica e a formação moral têm no desenvolvimento de hábitos de civildade, além da sua contribuição para a formação de cidadãos livres, responsáveis e ativos na vida democrática e comunitária. Por isso não devemos estranhar, a forma como foram estruturados alguns dos seus artigos, tendo sempre em mente um modelo de civildade e de moralidade, cujo o reflexo encontramos plasmado nos seus princípios gerais sobretudo no artigo 2.º, pontos 4 e 5: "O sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho", sendo que, uma das funções da escola é promover o desenvolvimento de "cidadãos livres, responsáveis, autónomos, solidários, com espírito democrático e pluralista, respeitadores dos outros e das suas ideias, abertos ao diálogo e à livre troca de opiniões, capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem no progresso e transformação da sociedade". (*Lei de Bases do Sistema Educativo*, ME, 1986, pp. 4-5)

O artigo 7.º da *Lei de Bases do Sistema Educativo* (ME, 1986) acentua a importância da Educação para a Cidadania, referindo que cabe à Escola, enquanto entidade formativa, pública e educativa:

- b) Assegurar uma formação geral onde estejam interligados, de forma equilibrada, o saber e o saber-fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano;
- n) Proporcionar, em liberdade de consciência, a aquisição de noções de educação cívica e moral. (*Lei de Bases do Sistema Educativo*, ME, 1986, pp. 30-31)

Com base no que foi anteriormente exposto, pode afirmar-se que a Educação para a Cidadania, no 1.º Ciclo do Ensino Básico, constitui uma área fundamental para o desenvolvimento integral dos alunos, promovendo competências de natureza social, ética, cívica e democrática. Esta vertente educativa procura sensibilizar as crianças para os valores da democracia, do respeito mútuo, dos direitos humanos, da igualdade de género, da solidariedade e da cooperação, entre outros princípios essenciais à vida em comunidade.

No contexto do 1.º Ciclo do Ensino Básico, a Educação para a Cidadania é, geralmente, integrada de forma transversal nas diferentes áreas curriculares, como o Estudo do Meio, o Português, a Matemática, as Expressões Artísticas e a Expressão Físico-Motora, entre outras. Esta abordagem interdisciplinar permite que os alunos contactem com os temas da cidadania de forma contextualizada, prática e significativa, favorecendo a construção de atitudes responsáveis e participativas no quotidiano escolar e social.

Tal orientação vai ao encontro do preconizado na *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* (ME, 2017), que defende a integração transversal da cidadania no currículo, valorizando o papel da escola como espaço privilegiado de formação de cidadãos ativos, conscientes e comprometidos com os valores democráticos e os direitos humanos.

Alguns dos temas frequentemente abordados na Educação para a Cidadania no 1º Ciclo incluem:

1. Valores éticos e morais: Promover o respeito, a empatia, a tolerância, a solidariedade e a responsabilidade individual e social.
2. Direitos humanos e igualdade: Sensibilizar os alunos para a importância dos direitos humanos, igualdade de género, inclusão e combate à discriminação.
3. Participação cívica: Estimular o sentido de pertença à comunidade, o respeito pelas regras e normas sociais, bem como o envolvimento em atividades cívicas.
4. Ambiente e sustentabilidade: Consciencializar os alunos sobre a importância da preservação do meio ambiente e promover práticas sustentáveis.
5. Noções de Democracia: Introduzir conceitos básicos de democracia, como a importância do diálogo, do respeito pela opinião dos outros e da participação ativa na sociedade.
6. Literacia Financeira: Abrange temas como o planeamento financeiro, a poupança, o consumo consciente, o investimento, o crédito e gestão de riscos, proporcionando aos estudantes ferramentas para tomar decisões financeiras informadas e éticas.

O principal objetivo da Educação para a Cidadania consiste em formar alunos conscientes, críticos e participativos, capazes de intervir de forma responsável e informada na sociedade. Esta formação visa promover o compromisso com os valores

democráticos, os direitos humanos e a sustentabilidade, contribuindo assim para a construção de uma comunidade mais justa, solidária e inclusiva.

Esta perspetiva está em plena consonância com o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (ME, 2017), que define a cidadania e a participação como áreas transversais essenciais ao desenvolvimento integral dos alunos. O documento sublinha a importância de formar cidadãos autónomos, responsáveis e solidários, preparados para enfrentar os desafios contemporâneos e para contribuir ativamente para a consolidação de uma sociedade democrática, inclusiva e sustentável.

A cidadania ativa e a participação democrática são fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade plural e justa. No contexto da Educação para a Cidadania, tais conceitos são essenciais não apenas para a formação de indivíduos conscientes dos seus direitos e deveres, mas também para o fomento de práticas de participação efetiva nas decisões políticas e sociais. Este trabalho explora como a promoção dessas práticas no 1.º Ciclo do Ensino Básico contribui para a construção de cidadãos críticos e comprometidos com o bem-estar coletivo.

3.10. - A Importância da Educação para a Cidadania no 1º Ciclo

A educação para a cidadania no 1º ciclo é fundamental e assume uma importância sem par. Não podemos esquecer que o 1º Ciclo, apart do Pré-escolar, são os primeiros graus de aprendizagens, mas também os primeiros momentos de socialização entre crianças da mesma idade e com adultos fora do ambiente social da família e das amizades sociais. Os primeiros anos de escolaridade constituem, simultaneamente, um período de assimilação de diversos conhecimentos e de aquisição de regras de convivência social, tanto entre pares como entre crianças e adultos. É nesta fase inicial do desenvolvimento que se revela mais propícia a interiorização de valores fundamentais de cidadania, permitindo moldar comportamentos, atitudes e modelos de vida em sociedade pautados pela harmonia, pelo respeito ambiental e pela valorização pessoal e do outro.

A Educação para a Cidadania no 1º Ciclo assume um papel de grande relevância, destacando-se por ajudar a construir a base ética e moral das crianças, promovendo valores como o respeito, a tolerância, a solidariedade e a justiça desde cedo. Capacita as crianças a interagirem de forma saudável e construtiva com outras pessoas, desenvolvendo habilidades de comunicação, de cooperação e de empatia.

Incentiva os alunos a compreenderem e a participarem ativamente na comunidade, estimulando o sentido de responsabilidade e de contribuição para o bem-estar coletivo. Ao abordar a diversidade e o respeitar as diferenças, a Educação para a Cidadania no 1º ciclo contribui para a criação de ambientes escolares inclusivos e acolhedores para todos. Oferece as crianças ferramentas essenciais para que as estas possam compreender e enfrentar os desafios sociais, éticos, morais e financeiros que encontrarão ao longo da vida. Ao educar para a cidadania, as escolas contribuem para a formação de cidadãos críticos, conscientes dos seus direitos e dos seus deveres, elementos fundamentais para a criação de uma sociedade democrática e participativa.

A cidadania ativa envolve a participação do indivíduo em processos que afetam a vida pública, seja através da ação política, do empenhamento em organizações sociais ou da tomada de decisões que visam o bem comum. A participação democrática, por sua vez, está intimamente ligada ao exercício do direito de votar, mas também à participação contínua na vida cívica e na construção das normas sociais. Esses conceitos são cruciais para a educação que visa preparar cidadãos para a democracia.

3.11. - Modelos de Educação para a Cidadania no 1º Ciclo

O 1º Ciclo apresenta especificações que o tornam diferente do 2º e do 3º Ciclos e do Secundário. Em primeiro lugar é marcado pela monodocência, um só docente para todas as áreas curriculares e não curriculares. Em segundo lugar, sobressai a flexibilização do currículo, a qual confere ao docente a possibilidade de ajustar as práticas pedagógicas à realidade concreta da sua turma, articulando-as com os conteúdos programáticos e com as necessidades educativas dos alunos. Em terceiro lugar, destaca-se a relativa liberdade do docente na gestão da sua carga horária, permitindo-lhe organizar o tempo de forma flexível e ajustada ao seu planeamento diário e às necessidades de aprendizagem dos alunos. Por último, o facto de o professor do 1.º Ciclo lecionar a uma única turma e acompanhar o mesmo grupo de alunos ao longo de vários anos possibilita uma maior proximidade pedagógica e afetiva. Essa continuidade favorece não apenas a construção de relações sólidas entre docente e alunos, mas também um contacto mais estreito e colaborativo com as famílias, promovendo uma ação educativa mais coesa e integrada.

As dinâmicas próprias do 1º Ciclo, aliadas à transversalidade da Educação para a Cidadania, oferecem ao docente uma liberdade significativa para abordar este tema da forma mais adequada ao contexto educativo. Essa flexibilidade explica a diversidade de abordagens utilizadas para trabalhar a Educação para a Cidadania no 1º Ciclo, incluindo o desenvolvimento de projetos com temas relevantes para a comunidade local ou global, permitindo que os alunos explorem questões cívicas reais e proponham soluções criativas. A promoção de atividades práticas que envolvam os alunos em situações do mundo real, como debates, simulações de processos democráticos, visitas a instituições públicas, entre outras experiências enriquecedoras. O Desenvolvimento da capacitação nos alunos para identificar problemas sociais e desenvolver habilidades colaborativas e construtivas para encontrar soluções eficazes. O estímulo à colaboração entre alunos, incentivando o trabalho em grupo para resolver desafios sociais e promover valores cívicos. A Integração de reflexões sobre valores éticos e morais no dia a dia escolar, abordando questões como a justiça, a igualdade, a solidariedade e a responsabilidade. Essas abordagens destacam a riqueza e a versatilidade da Educação para a Cidadania, permitindo que ela se adapte aos diferentes contextos e necessidades dos alunos no 1º Ciclo.

Cada tipo de abordagem pode ser adaptada de acordo com as necessidades e as características específicas dos alunos e das comunidades escolares. Combinar diferentes abordagens pode ser benéfico para proporcionar uma Educação para a Cidadania mais abrangente e eficaz no 1º ciclo.

As metodologias que incentivam a participação dos alunos nas decisões escolares e nas discussões sobre questões sociais são estratégias eficazes para a promoção de uma cidadania ativa. Isso foi evidenciado nos relatos dos docentes, que apontaram que, ao dar voz aos alunos, estimulam-se comportamentos de responsabilidade e empenhamento democrático.

Considerando os desafios e as oportunidades identificadas, é imperativo que as escolas adotem estratégias mais integradas de fomento à cidadania ativa e à participação democrática, por meio de práticas pedagógicas que incentivem a reflexão crítica e a ação conjunta. Isso não só contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, mas também fortalece a democracia em sua forma mais inclusiva e participativa.

4 - O 1º CICLO, A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA E A ARTICULAÇÃO

Sendo a Educação para a Cidadania, no 1º Ciclo, uma disciplina transversal, com conteúdos abertos e acessíveis em a todas as áreas do conhecimento. Sendo o 1º Ciclo marcado pela monodocência e por uma relativa flexibilidade curricular e uma liberdade de organização de trabalho por parte do docente. A conjugação destes atributos - a transversalidade, a flexibilização curricular e a liberdade organizacional - torna o 1.º Ciclo do Ensino Básico um contexto privilegiado para a articulação e o desenvolvimento efetivo da Educação para a Cidadania, permitindo a sua integração natural nas dinâmicas pedagógicas e relacionais da escola.

No contexto educacional, a articulação pode referir-se à conexão, à integração ou à coordenação entre diferentes componentes do sistema educativo, entre níveis de ensino, disciplinas, áreas curriculares, professores, alunos e comunidade em geral. Existem várias formas de articulação no ensino, cada uma desempenhando um papel crucial no desenvolvimento do currículo e na experiência educacional.

A articulação Curricular refere-se à conexão entre as várias disciplinas e áreas de conhecimento dentro do currículo escolar. Isso pode envolver a integração de temas comuns ou a colaboração entre professores para criar abordagens de ensino mais interdisciplinares.

A articulação pode ser vertical, seja envolve a coordenação entre diferentes níveis de ensino, como o pré-escolar, o ensino básico e o ensino secundário. Visa garantir uma progressão lógica e consistente no desenvolvimento das competências dos alunos ao longo da sua educação. Por outro lado a articulação horizontal refere-se à cooperação entre escolas ou instituições educacionais no mesmo nível de ensino. Isso pode incluir a partilha de recursos, troca de boas práticas, colaboração em projetos conjuntos e a criação de redes de aprendizagem.

A articulação tende sempre em buscar e em conectar o conhecimento teórico com a aplicação prática, proporcionando aos alunos oportunidades para aplicar o que aprenderam em situações do mundo real. Nesse contexto, envolve também a integração da escola com a comunidade local, o que pode incluir parcerias com organizações, o envolvimento dos pais na educação, projetos comunitários e atividades que relacionem o aprendizado escolar a questões sociais e culturais relevantes para os alunos. Além disso, a articulação abrange a colaboração entre professores, promovendo o desenvolvimento de estratégias de ensino, o

compartilhamento de recursos, a discussão de abordagens pedagógicas e a garantia de consistência no desenvolvimento curricular.

A componente tecnológica também assume um papel de destaque na articulação, promovendo a integração eficaz da tecnologia no ensino e na aprendizagem. É fundamental garantir que as ferramentas digitais sejam utilizadas de forma eficiente e relevante, contribuindo diretamente para o enriquecimento e a promoção da educação.

De forma consolidada, compreende-se que a articulação no ensino é essencial para criar uma experiência educativa mais completa e integrada, permitindo uma abordagem mais globalizante ao desenvolvimento dos alunos e promovendo um ambiente de aprendizado mais colaborativo e dinâmico.

4.1. - Articulação e a Educação para a Cidadania no 1º Ciclo

“criar uma cultura interdisciplinar na escola não passa por opô-la às disciplinas, mas por organizar as disciplinas e todos os campos curriculares de outro modo.”

Maria do Céu Roldão (1999)⁷

Para Maria do Céu Roldão é importante criar, no ensino, uma cultura de interdisciplinaridade que dinamize as disciplinas, permitindo o seu enriquecimento, mas, simultaneamente transmita a ideia de se articularem entre si.

A articulação entre níveis e ciclos de ensino deveria assumir um papel de maior relevância no contexto educativo, contudo, nem sempre lhe é conferida a devida importância. Em muitos casos, esta dinâmica é esquecida, negligenciada ou relegada para um segundo plano, surgindo apenas nos anos terminais de cada ciclo — entre a Educação Pré-Escolar e o 1.º Ciclo, o 1.º e o 2.º Ciclos, ou entre o 2.º Ciclo e o Ensino Secundário. Nestas situações, a articulação tende a funcionar sobretudo como um ritual de transição e de adaptação dos alunos a uma nova realidade escolar.

Em vários estabelecimentos de ensino e agrupamentos de escolas, a articulação reduz-se frequentemente a reuniões pontuais de transmissão de

⁷Citado em: Leite, Manuel Vítor Gonçalves (2013). *Articulação no Ensino Básico Estudo de Caso*. Universidade Católica Portuguesa Centro Regional de Braga Faculdade de Ciências Sociais, Braga, página 13.

informação entre os docentes dos anos terminais e os que irão receber as novas turmas. Nessas reuniões, partilham-se sobretudo dados relativos ao comportamento, ao rendimento académico e às expectativas de cada aluno, destacando-se os casos mais problemáticos. Em muitos agrupamentos, esta prática complementa-se com visitas dos alunos finalistas do 4.º ano às escolas de 2.º e 3.º ciclos, onde participam em atividades diversas e usufruem de uma refeição no refeitório.

Contudo, a articulação entre níveis e turmas pode, e deve, ir muito além destas práticas pontuais. Quando devidamente planeada e implementada, constitui uma oportunidade privilegiada de continuidade pedagógica, de partilha de práticas educativas e de promoção de uma cultura de cooperação entre docentes, potenciando a transição harmoniosa dos alunos e a coerência das aprendizagens ao longo de todo o percurso escolar.

Neste sentido, a articulação entre níveis e ciclos de ensino deve ser entendida não apenas como um mecanismo de transição escolar, mas sobretudo como uma estratégia educativa promotora da Educação para a Cidadania. Ao favorecer o diálogo, a cooperação e a partilha entre docentes, alunos e comunidade educativa, a articulação contribui para a construção de uma escola mais inclusiva, participativa e coerente com os valores democráticos que procura transmitir.

É verdade que a estrutura curricular do ensino enfatiza a articulação entre ciclos e faz referência à coerência e continuidade educativa, bem como à transversalidade e à diversificação de metodologias, como podemos verificar pela estrutura curricular do ensino básico que se encontra consagrada no *Decreto-lei 6/2001*, artigo 3.º o qual define princípios orientadores da organização curricular de forma a garantir continuidade e articulação entre os três ciclos do ensino básico e o ensino secundário. Este *Decreto-Lei* define a avaliação como um elemento regulador do processo de ensino e de aprendizagem, assegurando a coerência entre as práticas pedagógicas e o currículo. Valoriza a promoção de aprendizagens significativas e a formação integral dos alunos, sustentadas na articulação e contextualização dos saberes. Sublinha, ainda, a importância da integração transversal da Educação para a Cidadania em todas as áreas curriculares, reconhecendo o seu contributo para o desenvolvimento da formação cívica dos discentes. O diploma enfatiza igualmente a valorização das atividades práticas no ensino das ciências, essenciais para articular a teoria com a prática e promover aprendizagens mais concretas e significativas. Destaca, também, a necessidade de uma organização equilibrada do horário letivo

semanal, de modo a evitar a sobrecarga dos alunos e a favorecer o seu bem-estar. Reconhece a escola como agente ativo na definição de projetos curriculares adaptados ao seu contexto específico e coerentes com o Projeto Educativo (P.E.) do agrupamento. Salienda, ainda, a importância da diversificação de estratégias pedagógicas, aliadas à utilização das tecnologias de informação e comunicação, consideradas fundamentais para o desenvolvimento de competências que sustentem a aprendizagem ao longo da vida. Por fim, o *Decreto-Lei* reforça a necessidade de adotar medidas e adaptações que respondam às necessidades específicas dos alunos, condição indispensável para garantir o desenvolvimento das competências essenciais e assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória

Assim, de acordo com o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (ME, 2017), pretende-se que o aluno se afirme como um cidadão capaz de mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos para compreender a realidade e enfrentar, de forma crítica e informada, as situações e os problemas do quotidiano. O documento define um conjunto de competências essenciais que o aluno deve desenvolver ao longo do seu percurso escolar, nomeadamente: utilizar adequadamente as linguagens das diferentes áreas do saber para se expressar; comunicar de forma clara e estruturada em língua portuguesa, revelando pensamento próprio; e empregar línguas estrangeiras de modo funcional, para comunicar em situações do quotidiano e aceder à informação. Paralelamente, o aluno deve ser capaz de recorrer a metodologias personalizadas de trabalho e de aprendizagem, adequadas aos objetivos definidos; pesquisar, selecionar e organizar informação, transformando-a em conhecimento mobilizável; aplicar estratégias eficazes de resolução de problemas e de tomada de decisão; e realizar atividades com autonomia, responsabilidade e criatividade. O *Perfil* valoriza ainda a cooperação e o trabalho em equipa, incentivando a participação em tarefas e projetos comuns. Por fim, destaca a importância de uma relação harmoniosa com o corpo e com o espaço, numa perspetiva pessoal e interpessoal promotora da saúde, do bem-estar e da qualidade de vida.

Para que tudo isto suceda é necessário estruturar a vida da instituição escolar e a prática curricular e organizativa com base na concretização de lógicas de trabalho colaborativo quer no plano disciplinar, quer no plano interdisciplinar. Este labor participativo poderá ser o elo indispensável para romper uma lógica fragmentária instituída que não facilita a formação dos alunos para a sociedade do conhecimento, onde a alfabetização científica e tecnológica é uma necessidade crescente para a

compreensão da complexidade da vida real e para uma plena vivência da cidadania democrática e dos seus valores humanísticos e ambientais. A articulação não deve ser apenas vertical entre os diversos graus de ensino seja entre ciclos, ou apenas horizontal, entre pares, ela também deve ser aplicada na própria sala de aulas entre as várias áreas curriculares e não curriculares. Também é importante e necessário apostar numa articulação dinâmica e ativa não apenas centralizada nos anos de transição, mas conjuntamente entre os mais disparos graus de ensino, mesmos que sejam antagónicos. Por exemplo uma articulação entre uma turma de 1º Ciclo com uma turma de Secundário. Pode ainda defender-se a criação de um projeto comum que envolva todos os graus de ensino, promovendo a cooperação e a continuidade pedagógica entre ciclos. Neste âmbito, as bibliotecas escolares podem desempenhar um papel central, ao proporem um tema transversal que una a comunidade educativa em torno de um propósito partilhado.

No contexto da Educação para a Cidadania, a interculturalidade constitui um exemplo pertinente de tema agregador, especialmente face à crescente diversidade cultural presente nas escolas, resultante da chegada de alunos oriundos de diferentes países e de distintos contextos socioculturais. A abordagem conjunta deste tema permitiria fomentar o respeito pela diferença, a empatia e a valorização da diversidade, contribuindo para uma escola mais inclusiva e aberta ao mundo.

É amplamente reconhecido que o docente dispõe de liberdade e autonomia para construir o seu currículo e planear as suas aulas. Este não é um processo fechado ou estanque, mas sim um percurso aberto e dinâmico, que deve manter coerência com os restantes ciclos e com os diferentes anos do mesmo ciclo de ensino. O professor pode, igualmente, optar por desenvolver um currículo a partir de uma abordagem mais interna e personalizada, adaptando-o à realidade concreta da sua turma, à sua prática letiva e às experiências pessoais e humanas que enriquecem o processo educativo. Contudo, em qualquer uma destas modalidades de construção curricular, o docente deve ter sempre presente a necessidade de garantir o cumprimento das metas e das aprendizagens essenciais, assegurando o sucesso dos alunos e uma transição harmoniosa e progressiva entre os diferentes anos e ciclos de ensino. Nesta linha de pensamento, o currículo pode ser entendido como um espaço de investigação, inovação e experimentação pedagógica, em que o docente assume o papel de verdadeiro construtor do conhecimento e não apenas de mero transmissor. Assim, a articulação curricular emerge como uma responsabilidade intrínseca ao

professor titular de turma, que detém o poder de planejar, organizar e definir as competências a desenvolver, dotando os alunos dos pré-requisitos necessários à continuidade e consolidação das suas aprendizagens.

No entanto, as diretivas e a orientação para a articulação curricular podem também partir dos órgãos de gestão, que assumem o papel de definir as linhas orientadoras da sua implementação, clarificando os pressupostos, os objetivos e as competências a desenvolver através das atividades articulatórias. Estas podem incidir, por exemplo, na promoção de uma melhoria do ensino da Matemática, no incentivo à Leitura e à Escrita ou na integração de minorias e públicos escolares com necessidades específicas.

Nestas circunstâncias, o papel do docente centra-se sobretudo na execução das atividades previamente delineadas, assumindo uma função mais passiva no processo de gestão curricular e na própria avaliação do projeto. Tal situação pode limitar o seu espaço de autonomia pedagógica, reduzindo a dimensão reflexiva e criativa que caracteriza a função docente enquanto agente de transformação educativa.

Para que haja uma articulação plena, dinâmica e efetiva pressupõe-se que haja uma articulação disciplinar nas suas mais diversas formas: Multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

É necessário que todos trabalhem para o mesmo pressuposto interligando os vários conhecimentos e aplicado os mais variados métodos de trabalho. Sabemos que a realidade escolar abrange uma variedade de docente com multiplicidade de conhecimentos científicos ao nível formativo e pessoal. Encontramos docentes de Português, de Matemática, de História, de Ciências, de Inglês etc... além dos docente com monodocência caso do Pré-escolar e do 1º Ciclo.

Por isso se conseguirmos criar hábitos de articulação entre os docentes e entre os diversos graus de ensino, mas também com o próprio docente, internamente na sua sala de aulas, conseguiremos que mais facilmente os alunos atinjam as competências necessárias e uma maior flexibilização curricular será possível. Desta forma teremos um currículo mais rico, mais variável e mais dinâmico abrangendo todos os campos curriculares e não curriculares em todos os modos de ensino.

Mas a articulação pode ir mais além sair dos muros da Escola e abrir-se a Comunidade e projetar-se para outras realidades envolvendo um maior número de parceiros sejam eles públicos ou privados, culturais ou sociais, económicos ou

financeiros.... Não tenhamos medo de expor a Escola ao mundo que a rodeia, sobretudo quando pretendemos abordar em pleno a Educação para a Cidadania.

No contexto do 1º ciclo, a articulação assume um importante relevo no âmbito da Educação para a Cidadania. Como observamos anteriormente a Educação para a Cidadania é essencial para desenvolver nas crianças os valores, as atitudes e as habilidades necessários para uma participação ativa e responsável na sociedade. Para que seja possível promover este tipo de articulação/educação para a Cidadania, no 1º Ciclo, será necessário ter em conta princípios de integração de conceitos de cidadania em todas as disciplinas do currículo. Por exemplo, ao ensinar História de Portugal no 4ºano, explorar os direitos humanos e a importância da democracia; em Português, abordar temas como o respeito mútuo e a comunicação eficaz; e em Matemática, discutir conceitos de justiça e de igualdade utilizando gráficos. Será também importante desenvolver projetos que abordem questões de cidadania de forma interdisciplinar. Por exemplo, um projeto sobre meio ambiente pode envolver o Estudo do Meio (A poluição dos meios aquáticos), a Matemática (estatísticas de poluição) e a cidadania (ações para proteger o meio ambiente). Permitir e proporcionar a prática de experiências que incentivem a participação cívica e a responsabilidade social dos alunos e não só, podendo incluir visitas a locais comunitários, atividades de voluntariado e simulações de processos democráticos, como a eleição do delegado de turma. Assume também relevância a promoção do diálogo aberto e do debate construtivo sobre questões de cidadania na sala de aula incentivando os alunos a expressar suas opiniões, respeitar pontos de vista diferentes e buscar soluções para problemas coletivos (estabelecer consensos). Dedicar, no contexto escolar, tempo para ensinar e vivenciar valores como o respeito, a empatia, a cooperação, a justiça e a solidariedade, e simultaneamente, desenvolver habilidades sociais, como a comunicação eficaz, a resolução de conflitos e a tomada de decisão responsável. Estabelecer parcerias com a comunidade local para enriquecer o aprendizado em cidadania podendo envolver a participação de pais, líderes comunitários, organizações não governamentais e autoridades locais em atividades educativas. E por fim avaliar o progresso dos alunos não apenas em termos de conhecimento adquirido, mas também em relação ao desenvolvimento de atitudes e habilidades cívicas incentivando a reflexão sobre o impacto das ações individuais e coletivas na comunidade.

Em síntese, a articulação na Educação para a Cidadania no 1.º Ciclo do Ensino Básico implica uma abordagem global e integrada, que valoriza simultaneamente o

desenvolvimento cognitivo e socio-emocional das crianças, preparando-as para se tornarem cidadãos ativos, conscientes e comprometidos com o bem-estar coletivo e a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Deste modo podemos afirmar que articulação é um elemento crucial para se proceder a abordagem da Educação para a Cidadania no 1º Ciclo e para a construção de uma base sólida de conhecimentos, de valores e de habilidades cívicas nas crianças. No entanto subsistem algumas áreas-chave na articulação que devem ser consideradas aquando da sua aplicação no âmbito da Educação para a Cidadania. É importante que os princípios da cidadania sejam integrados de forma transversal nas disciplinas curriculares, em vez de serem tratados como uma disciplina isolada, isto pode ser feito através da inclusão de temas relacionados com a cidadania em diferentes áreas do conhecimento, por exemplo em História de Portugal e Geografia de Portugal no 4º ano, o Português, a Matemática, entre outras. O Projeto Político-Pedagógico (PPP)⁸ da escola deve contemplar a Educação para a Cidadania como um dos seus pilares fundamentais, isso implica a elaboração de um plano estratégico que envolva não apenas a definição de conteúdos, mas também de metodologias e práticas pedagógicas que promovam a formação de cidadania dos alunos. Os professores devem receber formação específica em Educação para a Cidadania, para que estejam preparados para abordar esses temas de forma eficaz em sala de aula, incluindo não apenas conhecimento teórico, mas também habilidades de mediação de conflitos, promoção do diálogo e desenvolvimento de valores democráticos. A escola deve buscar parcerias com organizações da comunidade, como associações de moradores, organizações não governativas e órgãos governamentais, para enriquecer o processo educativo em cidadania. Estas parcerias podem proporcionar experiências práticas aos alunos, como visitas a instituições públicas, participação em projetos sociais e atividades de voluntariado. A avaliação deve ir além da verificação de conteúdos específicos e deve também incluir a avaliação das competências cívicas dos alunos, tal pode ser feito através de observação do comportamento em situações quotidianas, análise de trabalhos e projetos relacionados à cidadania, mas também nos *feedback* construtivo sobre atitudes e valores demonstrados pelos alunos. A articulação no âmbito da Educação para a Cidadania deve promover a inclusão e o

⁸Mais usual no Brasil, mas que pode bem ser adotado para o ensino português. Um Projeto Político Pedagógico (PPP) é um conjunto de propostas educacionais (projeto) para formar cidadãos ativos na construção da sociedade (político), definindo, para isso, métodos, recursos e estratégias pedagógicas (pedagógico).

respeito à diversidade, abrangendo temas como igualdade de gênero, a diversidade étnico-racial, os direitos das pessoas com deficiência, entre outros aspetos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Essas são apenas algumas sugestões de como a articulação na Educação para a Cidadania pode ser realizada no 1º Ciclo. O importante é que haja um esforço conjunto da escola, dos professores, dos alunos e da comunidade para promover uma Educação para a Cidadania que prepare os estudantes para exercerem de forma consciente e responsável a sua plena cidadania.

4.2. - A Multidisciplinaridade, a Pluridisciplinaridade, a Interdisciplinaridade e a Transdisciplinaridade:

"Os conceitos de pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, enquanto conceitos caracterizadores de diversificadas práticas de ensino, devem ser entendidos como momentos de um mesmo contínuo: o processo progressivo de integração disciplinar (ou ensino integrado), isto é, de qualquer forma de ensino que estabeleça uma qualquer articulação entre duas ou mais disciplinas. A pluridisciplinaridade seria o Pólo Mínimo da integração disciplinar, a transdisciplinaridade o Pólo Máximo e a interdisciplinaridade o conjunto das múltiplas variações possíveis entre os dois extremos." (Leite, 2013, p. 10).

O *Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*, coordenado por Jacques Delors⁹ e publicado pela UNESCO em 1996, sublinha a necessidade de um novo tipo de educação que transcenda a mera transmissão de conhecimentos. Este modelo apoia-se em quatro pilares essenciais - *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser* - que visam promover uma formação integral do indivíduo, preparando-o para enfrentar os desafios sociais, culturais e económicos do mundo contemporâneo.

Se a meta desta nova conceção de educação é formar o aluno na sua plenitude, abrangendo todas as suas dimensões, académica, social, emocional e ética,

⁹A Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors, constituiu uma iniciativa da UNESCO destinada a refletir sobre os desafios e perspectivas do futuro da educação. O principal resultado desse trabalho foi o relatório intitulado *Educação: um tesouro a descobrir (UNESCO, 1996)*, documento de referência mundial que propõe os quatro pilares da educação como fundamentos para a formação integral do ser humano: *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser*.

então importa promover uma educação integrada, orientada para o desenvolvimento global do indivíduo e para a construção do ser humano enquanto sujeito pleno, autónomo e responsável pelos seus atos.

Neste contexto, a Educação para a Cidadania, enquanto disciplina transversal e eixo estruturante do currículo, encontra um terreno fértil para afirmar-se como via privilegiada na formação de cidadãos conscientes, participativos e comprometidos com o bem comum, promovendo, assim, uma educação "aberta do ser humano e não apenas uns dos seus componentes." (Leite, 2013 p. 9).

Esta "*Educação Aberta*" para que seja plena e integradora não se deve cingir apenas a um espaço próprio e fechado, deve preconizar uma busca para além das suas fronteiras e abrir-se "a outros campos do conhecimento, e deste modo, podem operar-se fecundas sinergias entre as disciplinas. Especialmente em matéria de pesquisa, determinados avanços do conhecimento dá-se nos pontos de interseção das diversas áreas disciplinares." (Leite, 2013 p. 9), permitindo uma formação cultural que cimmenta os alunos, os docentes e a sociedade em si ao tempo e ao espaço no qual se encontram agregadas.

Tendo em conta as novas realidades educacionais, em que as disciplinas deixaram de existir de forma isolada e autossuficiente, reconhece-se, hoje, a crescente importância da diversificação dos saberes e da partilha de conhecimentos. Nesse contexto, não surpreende que termos como multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade se tornem cada vez mais recorrentes no léxico educativo contemporâneo, refletindo uma visão mais integrada e colaborativa do processo de ensino e aprendizagem.¹⁰

¹⁰ Este assunto será amplamente abordado e desenvolvido no anexo D deste trabalho.

5 - OS MANUAIS ESCOLARES NO 1º CICLO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

A Educação para a Cidadania no 1º Ciclo é uma componente curricular fundamental para o desenvolvimento integral das crianças. Esta área curricular visa promover valores éticos, como o respeito pelos direitos humanos, pela democracia, pela igualdade de género, pela justiça social, pela sustentabilidade ambiental, entre outros, ou seja princípios essenciais para uma participação ativa e consciente dos alunos na sociedade.

Nos manuais do 1º Ciclo¹¹, a Educação para a Cidadania é integrada de diversas formas, adaptando-se à faixa etária das crianças e as metas educativas específicas de cada ano de escolaridade. Pode ser abordada através de histórias, atividades lúdicas, reflexões sobre situações do quotidiano, entre outras estratégias pedagógicas.

Alguns dos temas mais comuns abordados nos manuais do 1º Ciclo no contexto da Educação para a Cidadania incluem a promoção de valores como o respeito, a solidariedade, a honestidade, a tolerância e a responsabilidade, bem como a exploração dos direitos fundamentais das crianças, dos deveres para com os outros e para com o ambiente. Apela à sensibilização para a importância da participação cívica e democrática, para compreensão do funcionamento das instituições democráticas e para práticas de resolução pacífica de conflitos. Promovem a igualdade de género, o combate à discriminação, a valorização da diversidade cultural, étnica, religiosa e de género. Promovem ao bem estar financeiro e a consciencialização para a poupança e para a prevenção de gastos supérfluos. E por fim sensibiliza para a proteção do ambiente, para a promoção de comportamentos sustentáveis e para a reflexão sobre as consequências das ações humanas no planeta.

Estes temas são abordados de forma gradual e adaptada à maturidade e compreensão das crianças em cada ano de escolaridade do 1º Ciclo. Os manuais

¹¹Para a abordagem deste tema, foram tomados como referência diversos estudos que analisam a Educação para a Cidadania nos manuais escolares. Destacam-se, em particular, o trabalho de Matos (2019), cujo relatório de estágio se centra na relação entre a Cidadania e o Estudo do Meio, e a tese de Igreja (2004), que desenvolve uma análise aprofundada da Educação para a Cidadania nos programas e manuais escolares de História e Geografia de Portugal e de História, nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

didáticos incluem atividades práticas, propostas de debate e de reflexão, de histórias e de materiais multimédia que visam estimular o pensamento crítico e a aquisição de competências sociais e cívicas essenciais para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis.

5.1. - Forma e Exploração Temática

A Educação para a Cidadania nos manuais do 1º Ciclo do Ensino Básico é uma componente curricular que visa promover o desenvolvimento de competências sociais, emocionais e cívicas nas crianças desde tenra idade. Esta área curricular transversal está presente nos manuais escolares de diferentes disciplinas, integrando-se de forma natural no processo de ensino e aprendizagem.

Nos manuais do 1º Ciclo, a Educação para a Cidadania é abordada de forma contextualizada e adaptada às características e necessidades das crianças desta faixa etária. Os manuais frequentemente incluem histórias e narrativas que abordam questões relacionadas com valores, respeito mútuo, cooperação, entre outros temas relevantes para a formação da cidadania das crianças. Propõem-se atividades práticas que visam desenvolver competências sociais e emocionais, como a resolução de conflitos, o trabalho em equipa, a empatia e a comunicação assertiva. A utilização de recursos visuais, como imagens e ilustrações, como forma de transmitir conceitos e valores relacionados com a cidadania, permitem e facilitam a promoção da reflexão e do debate em contexto escolar. Os manuais devem sempre incluir exemplos do quotidiano que possibilitem às crianças relacionar os conteúdos abordados em sala de aula com situações reais, facilitando a compreensão e a aplicação prática dos mesmos. Os manuais também devem integrar jogos e dinâmicas pedagógicas que estimulem o pensamento crítico, a tomada de decisão e o respeito pelas regras, promovendo valores e atitudes cívicas positivas.

É importante que a Educação para a Cidadania nos manuais do 1º Ciclo seja abordada de forma gradual e sequencial, tendo em conta o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças. Dessa forma, pretende-se promover uma educação integral que contribua para a formação de cidadãos ativos, responsáveis e conscientes dos seus direitos e deveres na sociedade. No entanto esta abordagem não é linear e não está presente de forma explícita nos manuais de todas as áreas curriculares. Se no Português ou no Estudo do Meio tudo é mais fácil e objetivo, na área da Matemática a

situação altera-se tornando-se mais subjetiva e dependente da sensibilidade e da abertura do docente. Por exemplo ao falar do dinheiro o docente poderá alertar para uma boa educação financeira e articular com um texto do manual de Português ou com a importância das profissões, no Estudo do Meio, salientado que devemos ter uma profissão para receber o ordenado ao final do mês.

6 - A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR E A SUA COMUNICAÇÃO

A reorganização da rede escolar em Portugal, através da criação dos agrupamentos de escolas, representou uma transformação estrutural profunda do sistema educativo, promovendo uma maior coerência organizacional e potenciando a comunicação, a articulação e a partilha entre os diferentes agentes educativos.

Para Barroso (2022), a organização escolar pode ser observada através de vários princípios e constituída por diversos elementos fundamentais, sendo estes relacionados com a estrutura hierárquica, a distribuição de funções, os processos de decisão, as relações de poder e as formas de comunicação e coordenação existentes no seio da instituição educativa, sendo "impossível imaginar o funcionamento democrático da organização escolar e a sua adaptação à especificidade dos seus alunos e das suas comunidades de pertença, sem reconhecer às escolas, isto é aos seus atores e aos seus órgãos de governo, uma efetiva capacidade de definirem normas, regras e tomarem decisões próprias, em diferentes domínios políticos, administrativos, financeiros e pedagógicos." (Barroso, 2022, p. 58).

Barroso (2022) destaca os princípios fundamentais para uma organização escolar eficaz, incluindo racionalidade organizacional, que preconiza a definição clara de funções e a responsabilidades para otimizar recursos e promover a eficácia educacional. Quanto à centralização e à descentralização, o autor aponta a necessidade de equilíbrio, promovendo autonomia local sem comprometer a uniformidade. A participação e a democracia são enfatizadas como meios de envolver ativamente os professores, os alunos, os pais e a comunidade, fortalecendo decisões inclusivas. Além disso, a autonomia e flexibilidade permitem que as escolas se adaptem rapidamente às suas necessidades específicas, enquanto a avaliação contínua assegura a monitorização do desempenho e a implementação de melhorias.

Os elementos estruturantes da organização escolar incluem uma estrutura organizacional clara, que define papéis e hierarquias para uma gestão eficiente. A gestão pedagógica é central, envolvendo currículo, ensino e avaliação, sob a liderança de coordenadores e de professores. Um clima e uma cultura escolar positivos são essenciais para o bem-estar e o sucesso da comunidade escolar. A gestão eficiente de recursos e de infraestruturas garante a disponibilidade e o uso adequado de materiais, tecnologia e instalações. Por fim, a comunicação e relações interpessoais eficazes promovem a colaboração e o bom funcionamento entre todos os níveis da

escola. Esses princípios e elementos, integrados, formam a base para uma organização escolar que promove excelência e desenvolvimento contínuo.

Em linhas gerais, Barroso (2022) oferece uma visão abrangente e estruturada sobre a organização escolar, enfatizando a importância de uma gestão racional, participativa e flexível, que promova um ambiente educativo de qualidade.

Por seu lado, Lima e Torres (2020) afirmam que a realidade dos agrupamentos trouxe para as políticas públicas novos desafios e oportunidades, especialmente no que diz respeito à gestão e à articulação entre escolas, dentro de uma nova lógica e configuração organizacional.

Os agrupamentos de escolas foram criados com o objetivo de racionalizar recursos, articular níveis de ensino e promover uma maior eficiência administrativa e pedagógica. Esta centralização administrativa visa facilitar a gestão, mas traz consigo complexidades organizacionais que afetam diretamente a comunicação interna e a comunicação externa. Sob a ótica de Lima e Torres (2020), a centralização pode, por um lado, garantir uniformidade de procedimentos, mas, por outro, cria desafios como:

- Distância entre os diferentes estabelecimentos de ensino;
- Fragmentação da comunicação entre a direção, os professores, os pais e a comunidade educativa;
- Perda da identidade local das escolas mais pequenas dentro do agrupamento.

Estas mudanças exigem estratégias organizacionais robustas e processos de comunicação eficazes para garantir a coesão e o funcionamento harmonioso das estruturas educativas.

Num agrupamento de escolas, a comunicação torna-se uma ferramenta fundamental para articular os diversos níveis de ensino e os diferentes atores educativos. Lima e Torres (2020) enfatizam que a eficácia organizacional depende, em grande medida, de uma comunicação transparente, participativa e descentralizada, que permita uma gestão integrada facilitando o fluxo de informação entre a direção do agrupamento e os estabelecimentos de ensino, assegurando uma articulação pedagógica e administrativa eficiente. Bem como assegurar uma participação dos agentes educativos promovendo a participação ativa de professores, de alunos e dos encarregados de educação na vida escolar, garantindo que as suas perspetivas e preocupações sejam ouvidas e valorizadas. Para Lima e Torres (2020) também é importante a formação de uma identidade comum, fortalecendo uma cultura

organizacional que respeite as especificidades de cada escola, mas que construa uma visão partilhada e coesa em torno dos objetivos do agrupamento.

No âmbito dos agrupamentos, os autores destacam a existência de barreiras comunicativas que podem limitar o sucesso organizacional a existência de uma sobrecarga informativa e a burocracia; o excesso de normas, relatórios e exigências formais pode fragmentar a comunicação e dificultar a ação pedagógica. A desigualdade de acesso à informação pode funcionar também ela como um impedimento, nem todos os agentes educativos têm acesso às mesmas plataformas ou oportunidades de participação. Uma dificuldade na articulação vertical e horizontal, entre diferentes níveis de ensino (ex.: 1º ciclo e 2º ciclo) e entre escolas pode ser comprometida pela falta de canais claros e eficientes de comunicação..

Para mitigar estes desafios, é necessário implementar estratégias organizacionais e comunicativas que promovam a cooperação e a articulação dentro dos agrupamentos. As reuniões colaborativas que promovem encontros regulares entre os coordenadores de escola, direção e professores para debater questões pedagógicas e organizacionais. O uso de plataformas digitais utilizando ferramentas tecnológicas que facilitem a comunicação e partilha de informação entre os diversos atores educativos. Uma participação democrática, criando espaços de diálogo e consulta, como assembleias escolares ou conselhos pedagógicos, garantindo a participação ativa dos professores e da comunidade. Uma Comunicação externa eficaz, reforçando o envolvimento das famílias e da comunidade local através de boletins informativos, encontros abertos e atividades de integração.

Em resumo a análise de Lima e Torres (2020) revela que a organização escolar nos agrupamentos depende intrinsecamente de uma comunicação eficiente e estruturada. Para que a centralização administrativa não comprometa a identidade e a dinâmica pedagógica das escolas, é fundamental promover processos comunicativos que valorizem a participação democrática, a transparência e a cooperação entre todos os agentes educativos. Desta forma, os agrupamentos poderão transformar-se em estruturas organizacionais coesas, capazes de articular os diferentes níveis de ensino e contribuir para uma educação de qualidade. A construção de uma comunidade educativa participativa e inclusiva é essencial para responder aos desafios da atual configuração organizacional, garantindo o sucesso das políticas educativas e o desenvolvimento pleno dos alunos.

6.1. - Organização Escolar, Funcionamento e Comunicação Entre os Níveis Hierárquicos

A organização escolar e o seu pleno funcionamento dependem de uma estrutura clara e de uma comunicação eficiente entre os diferentes níveis hierárquicos. Atualmente, as teorias de administração escolar e as práticas de gestão educacional assumem um papel de grande relevância, sobretudo tendo em conta a realidade dos agrupamentos de escolas, que centralizam a sua gestão na escola-sede, onde o diretor e a sua equipa se encontram sediados. Esta configuração confere-lhes a responsabilidade de coordenar e supervisionar um território educativo diversificado, composto por estabelecimentos com contextos, recursos e dinâmicas próprias.

A organização escolar desempenha um papel fundamental no sucesso educacional, sendo composta por uma estrutura hierárquica e mecanismos de funcionalidade bem definidos. A direção do agrupamento lidera o processo, com o apoio de subdiretores e assessores, responsáveis pela gestão estratégica e representação da escola. Coordenadores de departamento asseguram a qualidade do ensino em áreas específicas, enquanto os professores implementam o currículo e avaliam os alunos. O pessoal administrativo e os assistentes operacionais apoiam a logística e a manutenção da escola.

A funcionalidade da organização escolar abrange o planeamento curricular, a gestão de recursos e a avaliação contínua de processos e resultados. A comunicação entre os níveis hierárquicos é essencial e ocorre de forma descendente (orientações da direção), ascendente (*feedback* e sugestões dos professores) e horizontal (colaboração entre pares). Ferramentas como reuniões, boletins informativos, plataformas digitais e comissões específicas são utilizadas para assegurar clareza e transparência no fluxo de informações.

Desafios como barreiras de comunicação, resistência a mudanças e sobrecarga de informação exigem estratégias eficazes, incluindo formação contínua, uso de tecnologia, cultura de *feedback* e revisão de processos. Barroso (2022) destaca que uma estrutura organizacional clara e práticas de comunicação eficientes são indispensáveis para o funcionamento das escolas, promovendo um ambiente colaborativo, saudável e orientado para a melhoria contínua.

As estruturas da organização escolar desempenham um papel crucial no funcionamento eficaz das instituições de ensino, assegurando que políticas, diretrizes e práticas pedagógicas sejam implementadas de forma eficiente e colaborativa.

A estrutura hierárquica é composta por cinco níveis principais: a direção, que lidera a instituição e define políticas estratégicas; a coordenação pedagógica, que adapta diretrizes ao contexto escolar e supervisiona currículos; os docentes, responsáveis pela implementação do currículo e avaliação dos alunos; o pessoal administrativo, que assegura a logística e a gestão diária; e o pessoal de apoio, que cuida da manutenção, segurança e suporte operacional.

O funcionamento da escola é organizado em torno de três pilares: o planeamento estratégico, liderado pela direção e articulado pelos coordenadores e docentes; a implementação de políticas educacionais, que ocorre em alinhamento com diretrizes nacionais e regionais; e a avaliação contínua, que coleta dados para ajustes e melhorias em todos os níveis.

A comunicação entre os níveis hierárquicos é fundamental e ocorre de forma descendente (orientações da direção), ascendente (*feedback* dos docentes) e horizontal (colaboração entre pares). São utilizados canais como reuniões regulares, documentos oficiais, ferramentas digitais e portais internos. Procedimentos como o planeamento estruturado de reuniões, *feedback* contínuo e monitoramento asseguram a clareza e a eficácia da comunicação.

Para a implementação de orientações, é essencial transformar decisões em tarefas específicas, monitorar o progresso e ajustar práticas conforme necessário. A transparência e o envolvimento da comunidade escolar fortalecem a colaboração e o compromisso com os objetivos da instituição. A combinação de uma estrutura hierárquica bem definida com comunicação clara e eficiente promove um ambiente escolar produtivo, colaborativo e orientado para a melhoria contínua.

Em síntese, uma comunicação eficaz numa instituição de ensino envolve uma combinação de procedimentos estruturados, formas variadas de comunicação e uma abordagem dinâmica que permite ajustes contínuos com base no *feedback* e nas necessidades emergentes. A implementação bem-sucedida de orientações depende de clareza, de participação e de um ciclo contínuo de monitoramento e de avaliação.

Tanto Barroso (2022) como Lima e Torres (2020) têm contribuído significativamente para o entendimento de como as escolas devem ser organizadas para promover um ambiente educacional eficaz e eficiente, oferecendo *insights*

valiosos sobre os procedimentos e formas de comunicação eficazes dentro das instituições de ensino, dando-nos uma visão detalhada baseada em diversos princípios e conceitos.

6.2. - Procedimentos e Formas de Comunicação

A comunicação institucional numa escola é fundamental para garantir a implementação eficaz de políticas e de uma gestão harmoniosa dos recursos e processos. As políticas e diretrizes são comunicadas no início do ano letivo ou quando há mudanças significativas, por meio de reuniões formais, circulares e documentos oficiais, sendo desdobradas em planos de ação para toda a comunidade escolar.

As reuniões regulares incluem encontros de *staff*, realizados mensalmente ou conforme necessário, e reuniões de departamento, organizadas periodicamente para discutir currículos e estratégias pedagógicas. As atas documentam decisões para acompanhamento contínuo. Na comunicação pedagógica, o planeamento do currículo é feito antes do ano letivo e ajustado periodicamente, enquanto o desempenho dos alunos é avaliado regularmente por meio de relatórios e feedback, promovendo melhorias nas práticas pedagógicas.

A comunicação administrativa envolve a gestão de recursos, com revisões contínuas e relatórios transparentes, e os procedimentos operacionais, que são atualizados conforme necessário por circulares e manuais. As formas de comunicação variam entre o formal (documentos oficiais, reuniões e relatórios), o informal (conversas casuais e mensagens rápidas) e o digital (plataformas escolares, emails e intranets), assegurando clareza, acessibilidade e agilidade.

A execução das orientações segue um ciclo estruturado. As decisões são traduzidas em tarefas específicas, monitoradas por meio de relatórios e ajustadas com base no *feedback*. A comunicação transparente com a comunidade escolar, envolvendo pais e alunos, é essencial para promover empenho e colaboração, criando um ambiente de melhoria contínua e de desenvolvimento coletivo.

De uma forma geral a comunicação eficiente dentro de uma instituição de ensino envolve procedimentos estruturados, formas variadas de comunicação e uma abordagem dinâmica que permite ajustes contínuos com base no *feedback* e nas necessidades emergentes. A implementação bem-sucedida de orientações depende de clareza, de participação e de um ciclo contínuo de monitoramento e de avaliação.

6.3. - Aplicação Prática

Para aplicar os princípios e elementos delineados anteriormente os gestores escolares devem considerar os seguintes passos práticos na organização escolar. Realizar um diagnóstico completo da situação atual da escola, identificando pontos fortes e áreas de melhoria. Desenvolver um Plano de Ação Estratégica que inclua metas gerais claras, metas específicas e ações detalhadas para melhorar a organização escolar. Investir na formação contínua dos líderes escolares e docentes para garantir a implementação eficaz das práticas organizacionais. Envolver todos as partes na tomada de decisões e na implementação de mudanças, promovendo um sentido de pertença e compromisso com a escola. Implementar um sistema contínuo de monitoramento e de avaliação para medir o progresso e ajustar as estratégias conforme o necessário.

7 - DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

A Educação para a Cidadania tem vindo a assumir um papel de crescente relevância no contexto educativo português, refletindo a necessidade de preparar os alunos para uma sociedade plural, democrática e em constante transformação. No entanto, coloca-se uma questão central: estará o 1.º Ciclo do Ensino Básico efetivamente preparado para desenvolver e promover uma Educação para a Cidadania plena, coerente e sustentada?

Enquanto no 2.º e 3.º Ciclos esta área está claramente delimitada no currículo, muitas vezes como disciplina autónoma, no Pré-Escolar e no 1.º Ciclo a Educação para a Cidadania é tratada de forma transversal, sendo da responsabilidade direta dos docentes titulares de turma. Esta liberdade, ainda que valorizada, dá origem a abordagens muito distintas, determinadas por fatores como o perfil dos docentes, a cultura organizacional dos agrupamentos e a autonomia atribuída pelas direções escolares.

Em alguns agrupamentos, as decisões relativas à cidadania são colegiais, estabelecidas em sede de Conselho de Docentes ou em Departamento de Ano; noutros, são estruturadas e impostas pela direção ou pelo Conselho Pedagógico, sendo posteriormente disseminadas entre os docentes. Há também casos em que a planificação é deixada inteiramente à discricionariedade dos docentes. Esta diversidade organizacional, fruto da autonomia das escolas e agrupamentos, origina um panorama heterogéneo e desigual na forma como a cidadania é abordada e implementada.

Por isso não admira que em alguns agrupamentos, com uma forma organizativa e uma metodologia de trabalho mais centralista, as direções, elaboram, tabelas semelhantes a seguinte, com os domínios, as competências, as atitudes e os valores a desenvolver na Educação para a Cidadania, em cada grau de ensino. Sendo à posterior enviadas a todos os docentes.

		1º Ciclo				2º Ciclo		3º Ciclo		
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º
Domínios Obrigatórios para todos os Ciclos e Níveis de Ensino	Direitos humanos	X	X	X		X			X	
	Igualdade de Género			X	X	X			X	
	Interculturalidade		X				X	X	X	
	Desenvolvimento sustentável			X			X		X	X
	Educação Ambiental	X	X		X		X	X		
	Saúde	X	X			X				X
Domínios Obrigatórios para dois Ciclos do Ensino Básico	Sexualidade			X			X	X		X
	Média				X	X		X	X	
	Instituições e Participação Democrática	X					X			X
	Literacia Financeira e Educação para o Consumo			X	X					X
	Risco	X			X			X		
	Segurança Rodoviária		X			X				
	empreendedorismo									
Domínios Opcionais	Mundo do Trabalho									
	Segurança, Defesa e Paz									
	Bem-estar Animal									
	Voluntariado									
	outro									

Tabela nº 1 - Domínios de Educação para a Cidadania por Ciclos

Tendo em conta a autonomia das escolas e dos agrupamentos não existe um padrão linear como abordar, planificar, organizar e trabalhar a Educação para a Cidadania. Apesar da legislação não ser omissa relativamente à importância que a Educação para a Cidadania tem para um desenvolvimento integral dos alunos e por a mesma abordar assuntos pertinentes de índole humanística, social, ambiental, política e económica. A mesma legislação deixa tudo em aberto no que diz respeito à forma organizativa e de implementação, da Educação para a Cidadania em contexto escolar, dando apenas orientações e sugestões de dinâmica de execução e de trabalho.

Apesar dos referenciais legais como o *Despacho n.º 19308/2008*, a *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* (ME, 2017) e o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (ME, 2017) definirem os domínios e competências essenciais para uma formação cidadã, a sua aplicação prática permanece ambígua. A legislação fornece orientações gerais, mas pouco esclarece sobre os mecanismos de implementação, avaliação e monitorização das aprendizagens em cidadania. Podemos epilogar que em Portugal "Não tem havido condições para a reflexão colegial e as iniciativas nesta área têm tido um carácter avulso; e observa-se uma grande variedade de abordagens, dependendo dos órgãos de gestão pedagógica da escola ou do perfil dos docente envolvidos. (Fórum Educação para a Cidadania, 2008)" (Pratas 2021, p. 7). Esta ausência de uniformidade compromete a consistência e profundidade com que os temas são tratados.

Pelo que foi proferido anteriormente não admira que "Um estudo relativamente recente sobre a Educação para a Cidadania Democrática nos países do sul da Europa, afirma, no entanto, que o reconhecimento da importância da Educação para a Cidadania Democrática no currículo, não assegura que esta seja efetivamente implementada. Parece haver uma grande distância entre o currículo que se pretende e aquele que é implementado na prática. Nesta área, este fosso é ainda maior do que aquele que existe noutras áreas da Educação escolar." (Pratas 2021, p. 5)

Apesar da cada vez maior exigência feitas aos professores, no âmbito da Educação para a Cidadania, sendo "suposto que o professor saiba educar para a democracia, a coesão social, a diversidade, a interculturalidade, a sustentabilidade, os direitos humanos, a igualdade...e muito mais.", (Pratas 2021, p. 6). Este esforço por parte dos docentes não é reconhecido e nem é valorizado apesar da importância que a Educação para a Cidadania assume curricularmente, "Parece haver uma grande distância entre o currículo e a prática" (Pratas 2021, p. 6).

Nem mesmo o esforço por parte do Ministério da Educação, com a publicação do *Despacho 19308/08*, que no seu artigo 10º, estabelece que ao longo do Ensino Básico devem ser desenvolvidas "competências nos seguintes domínios: a) Educação para a saúde e sexualidade b) Educação ambiental; c) Educação para o consumo; d) Educação para a sustentabilidade; e) Conhecimento do mundo do trabalho e das profissões e educação para o empreendedorismo; f) Educação para os direitos humanos; g) Educação para a igualdade de oportunidades; h) Educação para a solidariedade; i) Educação rodoviária; j) Educação para os media; k) Dimensão

européia da educação." (Pratas 2021, p.6); esperava-se com a publicação deste despacho alerta-se a classe docente, mas também as direções, para a situação da Educação para a Cidadania no meio escolar e dar-lhe-ia mais ânimo curricular. Talvez por isso mesmo Pratas (2021) alerta para a necessidade da Educação para a Cidadania ser parte integrante da formação inicial para a docência e ser um elemento a ter em conta no perfil profissional de um professor. Serrão em 2017, num artigo para *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, também se debruçou sobre a formação inicial alertando que "Esta situação revela lacunas nos conteúdos programáticos dos cursos de formação inicial de docentes, necessidades que devem fazer refletir sobre os cursos superiores que habilitam para o exercício da profissão docente. Revela necessidades de formação contínua, de modo a sensibilizar e capacitar o corpo docente e a comunidade escolar em geral para a importância da EC, bem como a necessidade de motivar os docentes para exercerem as suas funções cabalmente, necessidades de uma formação que os habilite a lidar com questões que ultrapassam o âmbito da sua formação especializada relacionada com o grupo de docência." (Serrão 2017, p.221).

Para além disso, a formação inicial e contínua dos docentes em Educação para a Cidadania apresenta-se como outro ponto crítico. Estudos como os de Serrão (2017) indicam que a grande maioria dos professores não recebeu qualquer formação específica nesta área, o que dificulta a operacionalização eficaz e intencional de práticas de cidadania nas escolas. Esta lacuna formativa é agravada pela complexidade das temáticas envolvida como democracia, direitos humanos, interculturalidade, desenvolvimento sustentável, entre outros cuja transversalidade exige competências pedagógicas especializadas e atualizadas.

No que diz respeito à formação contínua de professores, na verdade se diga, a temática da Educação para a Cidadania nem sempre é contemplada no plano de estudos do currículo de formação para Educadores de Infância e Professores do 1.º Ciclo e são raras as formações contínuas nesta área. Para Pratas (2021, pp.5-6) "É consensual que a formação do pessoal docente nesta área deveria constituir um objetivo prioritário, tanto ao nível da formação inicial como da formação contínua e especializada, mas a pesquisa feita revela que a Educação para a Cidadania ocupa um lugar secundário nas ofertas de formação de professores. Por sua vez, a formação de Professores deveria ser levada a cabo em diversos níveis: ao nível dos conteúdos curriculares, das metodologias de ensino/aprendizagem, das competências de gestão

e competências relacionais." Em 2017 Serrão alertava para a esta situação relativamente a Formação continua "No que se refere à formação na área da EC os docentes manifestam uma ausência muito significativa. Uma situação preocupante se atendermos à prescrição normativa e declarativa da EC no sistema educativo, que deve ser interdisciplinar e transversal a todos os ciclos e níveis de ensino. Os resultados levam-nos a uma reflexão sobre a formação inicial, onde 87.8 % dos docentes não obtiveram formação, e a formação contínua de docentes, onde 88.7% não obtiveram formação específica para a EC." (Serrão 2017, p.221).

As temáticas da Educação para a Cidadania vão acompanhar, permanentemente, a vida ativa dos docentes, mas sobretudo a dos alunos, ao longo do seu percurso escolar, por isso é essencial iniciar a sua abordagem o mais cedo possível, para que os alunos se sintam mais à vontade com os temas abordados e adquiram uma maior e melhor consciência da importância destes assunto para a sua qualidade de vida.

Assim, a problemática central deste estudo assenta na constatação de um desfazamento entre a intencionalidade curricular e a realidade prática da Educação para a Cidadania no 1.º Ciclo do Ensino Básico. Torna-se, portanto, essencial compreender de que forma os docentes percecionam, vivenciam e operacionalizam este domínio nas suas práticas pedagógicas, bem como identificar os fatores que favorecem ou dificultam a sua concretização efetiva.

7.1. - Estudo de Caso

Contextualização do Estudo

O estudo de caso foi realizado numa escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Santarém, situada em meio urbano e integrada num Agrupamento de Escolas. O estabelecimento possui quatro turmas de 1.º Ciclo e duas de Pré-Escolar, acolhendo uma população escolar caracterizada por alguma diversidade cultural e socioeconómica, destacando-se alunos oriundos de comunidades migrantes (paquistanesa, indiana, brasileira) e de famílias da comunidade cigana.

Participantes e Critérios de Seleção

Foram entrevistados seis Docentes da Escola: três professores titulares de turma, uma Educadora de Infância, uma Docente de apoio educativo e uma Docente

de Educação Especial. A seleção foi feita com base em critérios de diversidade funcional (diferentes papéis no processo educativo), acessibilidade e disponibilidade. Adicionalmente, foi realizada uma entrevista à coordenadora de departamento do 1.º Ciclo, com o objetivo de compreender a visão estratégica e organizacional relativa à cidadania no agrupamento.

As idades dos participantes variam entre os 43 e os 64 anos, com experiências profissionais distintas, o que permitiu recolher um leque alargado de perspetivas.

Caracterização das Práticas

De forma consensual, os Docentes identificam a Educação para a Cidadania como uma dimensão transversal e integradora do currículo, com impacto na formação pessoal e social dos alunos. Reconhecem-na como um meio para transmitir valores fundamentais tais como o respeito, a responsabilidade, a solidariedade, mas também como forma de para promover competências relacionadas com a convivência democrática e a inclusão.

Temas como Educação Ambiental, Interculturalidade, Direitos Humanos, Saúde e Sexualidade e Segurança Rodoviária são frequentemente abordados. No entanto, áreas como Literacia Financeira, Voluntariado ou Bem-Estar Animal são pouco referidas, revelando assimetrias na cobertura dos domínios propostos nos referenciais oficiais.

Verifica-se ainda uma articulação frequente com a área de Estudo do Meio, que serve muitas vezes como "veículo" para a abordagem dos conteúdos de cidadania. A articulação com o Português e, em menor escala, com as Expressões Artísticas também ocorre, sobretudo através de textos, debates e dramatizações. Relativamente à Matemática a articulação é quase nula.

Contudo, a ausência de planificação formal e estruturada é uma constante. A Educação para a Cidadania é abordada de forma pontual, frequentemente em resposta a situações emergentes na sala de aula ou à sequência de conteúdos dos manuais escolares. Não existe, por regra, uma calendarização sistemática ou uma grelha de competências a desenvolver ao longo do ano.

Instrumentos e Recursos Utilizados

Os recursos utilizados são essencialmente internos: vídeos, jogos didáticos, debates, atividades práticas e, sobretudo, os manuais escolares. Apesar da

disponibilidade de materiais oficiais na página da Direção-Geral da Educação, nenhum dos docentes referiu a sua utilização, o que evidencia uma falta de conhecimento ou de integração desses recursos nas práticas quotidianas.

As parcerias externas com a Escola Segura, Proteção Civil, Centro de Saúde, APPACDM, CRI-Ribatejo e Câmara Municipal são valorizadas, mas surgem como ações pontuais e não como parte de uma estratégia pedagógica continuada. O mesmo se verifica relativamente à articulação com a direção do agrupamento, cuja intervenção se limita, na maioria das vezes, ao envio de materiais informativos ou à resposta a situações específicas.

Integração Cultural e Gestão da Diversidade

A cidadania é também vista como um instrumento eficaz de integração e mediação de conflitos, sobretudo num contexto marcado pela diversidade cultural e social. Os Docentes destacam a sua utilidade na resolução de conflitos, no reforço de normas de convivência e na construção de um ambiente escolar mais inclusivo. Contudo, essa abordagem depende, sobretudo, da sensibilidade individual do professor, não existindo um protocolo comum ou uma estratégia institucional consolidada para lidar com essas situações.

Limitações e Impacto

É difícil, segundo os docentes, aferir o impacto da Educação para a Cidadania fora do contexto escolar. As atividades desenvolvidas como o Festival das Sopas ou a Recolha de Lixo têm forte componente simbólica e escolar, mas o seu alcance nas famílias e na comunidade não é sistematicamente monitorizado. Esta ausência de mecanismos de avaliação limita a perceção sobre a eficácia das práticas e sobre a transferência das aprendizagens para outros contextos de vida dos alunos.

Assim, a opção metodológica por um estudo de caso justifica-se pela necessidade de compreender de forma aprofundada e contextualizada a realidade de um Centro Escolar, permitindo analisar a complexidade das práticas educativas e das perceções dos atores envolvidos no processo de promoção da Educação para a Cidadania. Este tipo de abordagem proporciona uma leitura situada e interpretativa, fundamental para captar a multiplicidade de fatores que interferem na implementação desta área no 1.º Ciclo do Ensino Básico, respeitando a especificidade do contexto institucional, cultural e organizacional em que o estudo se insere.

A escolha da entrevista semiestruturada como principal técnica de recolha de dados revela-se igualmente pertinente, dado o seu potencial para recolher dados ricos, subjetivos e contextualizados sobre as experiências, motivações, dificuldades e estratégias dos docentes e de coordenadores. Esta técnica permite dar voz aos protagonistas da prática pedagógica, promovendo uma compreensão mais abrangente da forma como a Educação para a Cidadania é percebida, organizada e vivenciada no terreno. A flexibilidade da entrevista semiestruturada possibilitou também que emergissem temas inesperados ou latentes, o que enriqueceu a análise e fortaleceu a dimensão exploratória e interpretativa do trabalho.

O presente estudo distingue-se pela sua focalização numa realidade educativa concreta, num Centro Escolar com uma composição sociocultural diversificada, o que confere particular relevância à investigação no atual panorama da escola pública portuguesa. A análise das representações e práticas dos docentes permite levantar questões cruciais sobre a planificação, a articulação curricular, os recursos utilizados e os mecanismos de avaliação no domínio da cidadania, áreas ainda pouco sistematizadas no 1.º Ciclo.

Ao centrar-se neste nível de ensino, o estudo contribui para colocar a Educação para a Cidadania no centro da reflexão pedagógica, reforçando a importância da sua integração precoce e intencional no percurso formativo das crianças. Desta forma, espera-se que este trabalho possa não só fornecer pistas para a melhoria da prática educativa neste ciclo de ensino, como também inspirar futuras investigações e decisões políticas mais informadas e contextualizadas.

7.2. - Análise Interpretativa das Entrevistas com docentes: Perspetivas sobre a Educação para a Cidadania no 1.º Ciclo

A Educação para a Cidadania no 1º Ciclo de escolaridade é fundamental para a formação de indivíduos conscientes, críticos e participativos na sociedade. Este estudo analisa várias entrevistas realizadas com docentes que implementam a Educação para a Cidadania, visando compreender as práticas atuais, identificar desafios e propor melhorias. A análise objetiva examina aspetos como integração curricular, recursos, metodologias de ensino, envolvimento dos alunos, desafios enfrentados, avaliação da eficácia e colaboração entre docentes.

Esta análise interpretativa das entrevistas realizadas com docentes do 1.º Ciclo revela um elevado grau de compromisso com a promoção da Educação para a Cidadania, mas também evidencia tensões entre intenção pedagógica e condições práticas. A transversalidade da cidadania no currículo é unanimemente valorizada pelos professores, permitindo trabalhar valores e competências ao longo das várias áreas disciplinares. No entanto, esta abordagem suscita preocupações quanto à superficialidade de alguns temas, sobretudo quando o tempo letivo é limitado e a planificação curricular densa.

Em termos de políticas e orientações, os docentes demonstram conhecimento dos referenciais nacionais, nomeadamente da *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* (ME, 2017), embora expressem a necessidade de maior operacionalização a nível local. Existe uma perceção de que a autonomia curricular nem sempre é acompanhada de um apoio institucional sistemático.

No que toca aos recursos, a diversidade é apontada como uma mais-valia - jogos, vídeos, dramatizações e projetos interativos - mas a sua eficácia depende da acessibilidade e adequação às realidades dos alunos. A carência de recursos atualizados, bem como de formação em metodologias específicas de cidadania, é uma fragilidade identificada de forma transversal.

Os conteúdos abordados variam consoante os interesses dos alunos, as problemáticas emergentes e as datas comemorativas, revelando uma abordagem contextualizada, embora desigual. Já nas metodologias, observa-se uma valorização do ensino ativo, com projetos interdisciplinares e estratégias participativas, que, apesar do esforço dos docentes, nem sempre são sustentadas por formação adequada ou apoio especializado.

O envolvimento dos alunos é promovido com empenho, através de dinâmicas práticas e interativas, mas o desafio da motivação é mais acentuado nos anos mais avançados do ciclo, onde os temas são por vezes percebidos como repetitivos. Os docentes também relatam dificuldades em gerir a heterogeneidade das turmas, nomeadamente no que respeita à diversidade cultural e linguística, sendo que as estratégias de superação passam pelo reforço do apoio educativo e diferenciação pedagógica.

A avaliação da cidadania é feita com base em critérios comportamentais e indicadores do *PASEO*, mas a sistematização da avaliação a longo prazo é escassa. Os docentes manifestam interesse em compreender melhor o impacto das

aprendizagens fora do ambiente escolar, mas reconhecem limitações nos mecanismos de monitorização.

Por fim, os Docentes evidenciam a necessidade de uma formação contínua mais estruturada e de um suporte institucional robusto, sublinhando ainda o valor da colaboração entre pares, a qual, não obstante a sua relevância, tende a ocorrer de forma informal e pouco sistematizada. Estas lacunas formativas e organizacionais refletem-se nas representações e discursos dos docentes sobre a Educação para a Cidadania no 1.º Ciclo, cuja análise permite compreender não apenas os seus enquadramentos conceptuais, mas também os desafios práticos inerentes à sua concretização no contexto educativo.

Analisam-se, de seguida e com maior profundidade, as perspetivas dos docentes sobre a Educação para a Cidadania no 1.º Ciclo, procurando identificar conceções, práticas e desafios expressos nos seus discursos.

1. Integração da Educação para a Cidadania no Currículo

A maioria dos docentes entrevistados destaca a integração transversal da Educação para a Cidadania em todas as disciplinas do 1º Ciclo. Esta abordagem promove uma vivência contínua de cidadania, onde valores, direitos e deveres são incorporados no dia-a-dia escolar. A transversalidade facilita a conexão entre diferentes áreas do conhecimento, enriquecendo a formação cidadã dos alunos. No entanto, alguns docentes apontam que, devido à amplitude dos temas, há o risco de superficialidade na abordagem de determinados assuntos, o que pode comprometer a profundidade do aprendizado.

2. Políticas e Diretrizes Educacionais

Os Docentes concordam que a Educação para a Cidadania está alinhada com os suportes legislativos e orientações curriculares nacionais, como a *Estratégia Nacional para Educação para a Cidadania* do Ministério da Educação. Essa conformidade garante uma base sólida e uniforme para a implementação da Educação para a Cidadania. No entanto, alguns entrevistados mencionam a necessidade de políticas mais específicas e detalhadas a nível escolar, que permitam uma adaptação mais eficaz às particularidades de cada comunidade educativa.

3. Recursos e Materiais Didáticos

Os recursos utilizados para a Educação para a Cidadania variam entre os docentes, incluindo tabelas orientadoras, calendários, votações, recursos audiovisuais, jogos, fichas de trabalho e recursos digitais. A utilização de recursos externos, como colaborações com organizações e instituições locais, também é comum e enriquecedora. Contudo, a disponibilidade de materiais diversificados e atualizados pode ser um desafio, especialmente em escolas com menos recursos financeiros. A falta de acesso a recursos adequados pode limitar a eficácia das atividades de cidadania.

4. Conteúdos e Temas Abordados

Os temas abordados na Educação para a Cidadania incluem Direitos Humanos, Igualdade de Género, Interculturalidade, Desenvolvimento Sustentável, Educação Ambiental, Saúde, Literacia Financeira, Segurança Rodoviária e Bem-Estar Animal. A seleção dos temas geralmente é guiada pelo interesse dos alunos, situações de conflito próprio no ambiente escolar ou provocação da comunidade educativa. Essa flexibilidade permite uma abordagem personalizada e contextualizada, porém, pode resultar em disparidades na cobertura dos temas essenciais, dependendo das dinâmicas de cada turma.

5. Metodologias de Ensino

Os docentes utilizam uma variedade de metodologias para promover a cidadania, como debates, projetos, atividades práticas, construção de painéis, dramatizações e jogos didáticos. Projetos interdisciplinares, como o *Da Horta à Mesa* e o *Festival da Sopa*, demonstram a eficácia de abordagens práticas e colaborativas.

A autonomia dos docentes na escolha das metodologias é valorizada, promovendo a inovação e a criatividade. No entanto, a falta de formação específica em metodologias de ensino pode limitar a capacidade dos docentes de implementar práticas mais eficazes e diversificadas.

6. Envolvimento dos Alunos

Promover o envolvimento ativo dos alunos na Educação para a Cidadania é uma prioridade para os Docentes. Estratégias como incentivar a construção do conhecimento pelos próprios alunos, promover a participação em debates e atividades

práticas, e utilizar recursos visuais e interativos são comuns. A promoção do pensamento crítico é facilitada através da exposição de trabalhos, entrevistas gravadas e situações práticas que demandam a reflexão dos alunos. Apesar dessas estratégias, alguns docentes enfrentam dificuldades em manter o interesse dos alunos, especialmente os mais velhos, que podem perceber a Educação para a Cidadania como repetitiva ou irrelevante.

7. Desafios e Estratégias de Superação

Os principais desafios na implementação da Educação para a Cidadania incluem a integração de alunos de diferentes culturas, a manutenção da atualidade dos conteúdos, a resistência ou falta de interesse dos alunos, e a heterogeneidade das turmas. Para superar esses desafios, os Docentes adotam estratégias como a aplicação de medidas de suporte à aprendizagem, a criação de grupos de apoio para alunos com dificuldades específicas, a utilização de metodologias diversificadas e motivadoras, e a promoção de um ambiente inclusivo e respeitador. A falta de formação profissional específica e a escassez de recursos podem dificultar a superação eficaz desses desafios.

8. Avaliação da Eficácia e Impacto

A avaliação da eficácia da Educação para a Cidadania é realizada através de critérios específicos alinhados com o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória - PASEO* (ME, 2017), observação direta, avaliação de comportamentos, participação nas aulas e *feedback* de alunos e de pais. Indicadores de sucesso incluem a modificação de comportamentos, cumprimento de regras sociais, respeito pela diversidade e aplicação dos conhecimentos fora da escola. A avaliação formativa, com *feedback* contínuo, permite ajustes nas estratégias e metodologias de ensino. No entanto, a avaliação do impacto a longo prazo, especialmente fora do ambiente escolar, permanece desafiadora e frequentemente não sistematizada.

9. Impacto nos Alunos e Desenvolvimento Pessoal

As mudanças observadas nos alunos incluem maior tolerância, respeito pela diversidade, melhor gestão financeira, e comportamentos mais responsáveis e solidários. Alunos aplicam os conhecimentos adquiridos em situações quotidianas, influenciando positivamente suas interações familiares e comunitárias. No entanto, o

feedback sobre a aplicação dos conhecimentos fora da escola é limitado, indicando a necessidade de mecanismos mais eficazes para monitorar e apoiar essa transferência de aprendizagem.

10. Desenvolvimento Profissional dos Docentes

A formação contínua em Educação para a Cidadania é variada, com alguns docentes participando de formações oferecidas por instituições como o Centro de Formação da Lezíria do Tejo, enquanto outros dependem de autoaprendizagem através de literatura científica e recursos online. A maioria expressa o desejo de receber mais formação específica, especialmente em estratégias diferenciadas e projetos inovadores que possam tornar a Educação para a Cidadania mais atrativa e eficaz.

11. Colaboração e Suporte Institucional

A colaboração entre docentes é comum e ocorre através de reuniões de departamento, conversas informais e projetos interdisciplinares. A comunicação e partilha de boas práticas são facilitadas pelo ambiente colaborativo das escolas. O suporte institucional inclui orientações curriculares, materiais didáticos e acesso a plataformas educacionais. No entanto, alguns docentes apontam a necessidade de um suporte mais estruturado e contínuo, incluindo formação regular e recursos adicionais para a implementação de atividades de cidadania.

12. Perspetivas Futuras e Recomendações

Os docentes entrevistados sugerem a necessidade de um sistema educativo mais centrado no aluno, valorizando suas aptidões e proporcionando condições para o desenvolvimento pessoal. Recomendações incluem a implementação de mais projetos transversais, maior diversidade de estratégias de ensino, formação contínua específica em Educação para a Cidadania, e uma melhor integração de recursos externos e colaborações com organizações. Além disso, há uma demanda por políticas mais detalhadas e suporte institucional mais robusto para garantir a efetividade e a sustentabilidade das práticas de cidadania.

Todos os entrevistados reportaram e salientaram a transversalidade da Educação para a Cidadania em todas as áreas curriculares e não curriculares. Também foi destacado que a Educação para a cidadania contribuí para a formação

dos alunos sendo o espaço certo para se transmitir valores, direitos e deveres que moldam a formação pessoal dos alunos.

Com base nos pressupostos mencionados anteriormente, pode-se afirmar que a Educação para a Cidadania, no contexto do 1º Ciclo do Ensino Básico, não possui um momento específico para ser abordada em sala de aula. Sua abordagem está frequentemente condicionada aos conteúdos programáticos, às questões que surgem na interação com a turma ou às preferências dos docentes.

Diferentemente do 2º e 3º Ciclos, onde é uma disciplina formalmente incluída no horário escolar, no 1º Ciclo os conteúdos relacionados à Educação para a Cidadania são tratados de maneira pontual ao longo do ano letivo. Essa abordagem é geralmente guiada pelo dia a dia da sala de aula ou pela sequência dos temas apresentados nos manuais escolares, principalmente os de Estudo do Meio. Raros são os docentes que realizam um planeamento estruturado no qual a Educação para a Cidadania esteja integrada de forma consistente.

Dessa forma, não é surpreendente que a Educação para a Cidadania no 1º Ciclo seja percebida como uma disciplina sem uma linha orientadora clara em termos de tempo ou de abordagem. Os seus conteúdos acabam sendo transmitidos de maneira fragmentada e, muitas vezes, adaptados conforme a conveniência do momento, sem um planeamento contínuo e articulado de um modo "*à la carte*".

Como já foi salientado anteriormente a não existência de uma planificação diária leva que não haja por parte do grupo de docentes uma abordagem diária da Educação para a Cidadania, por isso mesmo não existe uma frequência estática e os conteúdos são tratados ao longo do ano e por diversas vezes, tendo sempre no horizonte as necessidades do grupo turma.

A análise das entrevistas revela um compromisso significativo dos docentes com a Educação para a Cidadania no 1º Ciclo, refletido na integração transversal dos conteúdos, utilização de metodologias diversificadas e promoção do envolvimento ativo dos alunos. Apesar dos esforços, desafios como a heterogeneidade das turmas, resistência dos alunos e falta de formação específica persistem, exigindo ações contínuas para aprimorar as práticas pedagógicas. A colaboração entre docentes e o suporte institucional são fundamentais para superar esses obstáculos e garantir uma formação cidadã robusta e eficaz. As perspetivas futuras indicam uma direção positiva, com a necessidade de inovação, formação contínua e maior suporte institucional para

consolidar a Educação para a Cidadania como uma componente essencial do currículo escolar.

Esta análise crítica sintetiza as perceções e práticas dos docentes entrevistados, destacando tanto os pontos fortes quanto as áreas que necessitam de melhorias na implementação da Educação para a Cidadania no 1º Ciclo. Através da identificação de desafios comuns e das estratégias adotadas para superá-los, este estudo contribui para a compreensão das dinâmicas educacionais envolvidas e oferece recomendações para fortalecer a formação cidadã nas escolas do 1º Ciclo.

7.3. - Análise Interpretativa da Entrevista com a Coordenadora de Departamento

A educação para a cidadania desempenha um papel fundamental na formação de indivíduos conscientes, críticos e participativos na sociedade. No contexto do 1º ciclo de escolaridade, esta componente educativa visa desenvolver competências que permitem aos alunos exercerem a cidadania de forma plena e responsável. A presente análise crítica examina uma entrevista realizada à coordenadora de departamento, abordando diversos aspetos estratégicos e operacionais da implementação da Educação para a Cidadania na escola/no agrupamento em questão. Através desta análise, pretende-se identificar os pontos fortes, as áreas de melhoria e as possíveis lacunas na abordagem adotada pela instituição.

A entrevista com a coordenadora de departamento evidencia uma visão estratégica clara sobre a Educação para a Cidadania enquanto eixo estruturante do currículo. A sua abordagem reflete uma perspetiva institucional que articula legislação nacional, planificação curricular e práticas escolares, revelando uma preocupação com a coerência e com a eficácia da implementação.

A valorização da cidadania como componente central da formação integral é clara, sendo a sua operacionalização assegurada, em grande medida, pela disciplina de Oferta Complementar. A coordenadora de departamento salienta a importância de um planeamento partilhado, mas estruturado, defendendo o equilíbrio entre flexibilidade pedagógica e uniformização dos domínios trabalhados.

Relativamente ao suporte aos docentes, a coordenadora de departamento destaca o acesso a formação contínua, projetos interdisciplinares como o Eco-Escolas e a colaboração entre pares como fatores facilitadores. Contudo, admite que a

formação específica em metodologias de cidadania ainda não é suficientemente consolidada e que muitos docentes dependem da autoformação.

A entrevista também evidencia um modelo de gestão descentralizado, no qual os docentes titulares têm autonomia na escolha das estratégias, sendo acompanhados em momentos de planificação conjunta. Esta autonomia é vista como potenciadora da inovação, embora exija um suporte técnico e pedagógico mais robusto.

Na dimensão dos conteúdos, verifica-se a articulação entre temas obrigatórios e opcionais, sendo incentivada a adaptação à realidade dos alunos. No entanto, a coordenadora de departamento admite que a multiplicidade de temas pode diluir a profundidade dos mesmos. O uso de metodologias ativas é incentivado, sendo exemplificado com projetos concretos que integram competências de cidadania em contextos reais de aprendizagem.

Quanto aos desafios, destaca-se a integração cultural, a necessidade de garantir a inclusão e a urgência de transformar a escola num espaço verdadeiramente equitativo. As estratégias de superação passam pela criação de grupos de apoio, nomeadamente para alunos Português Língua Não Materna (PLNM), mas a coordenadora de departamento reconhece que a sua eficácia depende da existência de recursos humanos e técnicos adequados.

A avaliação da cidadania é realizada com base em descritores específicos alinhados com o *PASEO*, e através de mecanismos de *feedback* contínuo. Ainda assim, persiste a dificuldade em avaliar o impacto prolongado das aprendizagens.

A coordenadora de departamento reforça uma visão de futuro centrada na personalização do ensino e na construção de uma escola promotora de valores, o que exige reformas estruturais, mais investimento na formação docente e políticas escolares mais adaptativas.

Analisam-se, de seguida, com maior profundidade, as perspetivas da coordenadora de departamento sobre a Educação para a Cidadania no 1.º Ciclo, procurando identificar conceções, práticas e desafios expressos nos seus discursos.

1 Visão Estratégica

1.1 Importância da Cidadania

A entrevistada enfatiza a relevância da educação para a cidadania na formação integral do indivíduo. Esta perspetiva alinha-se com a literatura que sublinha a importância de desenvolver não apenas competências académicas, mas também

valores e atitudes que promovam a convivência harmoniosa e a participação ativa na sociedade. A valorização da cidadania como pilar formativo sugere um compromisso da escola com a formação de cidadãos éticos e responsáveis.

1.2 Objetivos da Educação para a Cidadania

Os objetivos delineados pela coordenadora de departamento incluem o desenvolvimento de competências diversas em áreas como educação ambiental, interculturalidade, direitos humanos, saúde, sexualidade e segurança rodoviária. Esta abordagem multidisciplinar é positiva, pois aborda as múltiplas dimensões da cidadania contemporânea. No entanto, a ampla gama de áreas pode representar um desafio na profundidade com que cada tema é abordado, potencialmente diluindo o impacto educativo em áreas específicas.

2. Políticas e Diretrizes Educacionais

A implementação da educação para a cidadania está alinhada com os suportes legislativos e orientações curriculares nacionais, nomeadamente os *Referenciais de Educação para a Cidadania do Ministério da Educação*. Esta conformidade garante que a prática educativa esteja embasada em diretrizes reconhecidas, promovendo a uniformidade e a qualidade do ensino. Contudo, a dependência exclusiva das diretrizes nacionais pode limitar a capacidade da escola de adaptar os conteúdos às especificidades locais e às necessidades individuais dos alunos.

3. Coordenação e Suporte aos Docentes

3.1 Planeamento e Implementação

O planeamento das atividades de cidadania é realizado pelo departamento curricular, com a seleção de domínios a serem trabalhados na disciplina de Oferta Complementar. A implementação é delegada aos professores titulares de turma, que recebem acompanhamento sistemático. Este modelo descentralizado pode fomentar a autonomia docente e a criatividade na aplicação das atividades. No entanto, a eficácia deste modelo depende fortemente da qualidade e da regularidade do suporte oferecido pela coordenação.

3.2 Recursos e Formação

Os docentes têm acesso a formações patrocinadas por instituições como o Centro de Formação da Lezíria do Tejo e a uma variedade de recursos digitais. A disponibilização de recursos diversificados é um ponto positivo, pois enriquece as

práticas pedagógicas e facilita a incorporação de novas metodologias. A formação contínua em áreas como Empreendedorismo, Educação Ambiental e Literacia Financeira é particularmente relevante, refletindo uma abordagem holística da educação para a cidadania.

3.3 Colaboração entre Docentes

A promoção da colaboração entre docentes ocorre através da planificação conjunta no subdepartamento e da implementação de projetos interdisciplinares, como o programa *Eco-Escolas*. Esta prática favorece a troca de conhecimentos e a integração de diferentes perspetivas, enriquecendo a experiência educativa. Contudo, a efetividade da colaboração depende do nível de empenhamento e da comunicação eficaz entre os docentes.

4. Conteúdos e Metodologias

4.1 Temas Abordados

A inclusão de temas obrigatórios como Direitos Humanos, Igualdade de Género e Desenvolvimento Sustentável, além de temas opcionais como Sexualidade e Literacia Financeira, demonstra uma abordagem abrangente. A flexibilidade curricular permite que os docentes adaptem os conteúdos conforme as necessidades dos alunos, o que é essencial para uma educação personalizada. No entanto, a implementação prática desta flexibilidade requer um equilíbrio cuidadoso para garantir que todos os temas essenciais sejam devidamente abordados.

4.2 Metodologias de Ensino

A utilização de metodologias variadas, incluindo debates, projetos e atividades práticas, favorece um ensino dinâmico e participativo. O exemplo do projeto *Da Horta à Mesa* evidencia a aplicação bem-sucedida de práticas interdisciplinares que conectam teoria e prática. A autonomia dos docentes na escolha das metodologias é positiva, mas deve ser acompanhada de orientação e suporte contínuos para assegurar a eficácia das abordagens escolhidas.

5. Desafios e Estratégias

5.1 Principais Desafios

A integração de crianças de diferentes culturas e a promoção de valores de igualdade, democracia e justiça social constituem desafios significativos. Este contexto multicultural exige dos docentes habilidades específicas para gerir a diversidade e

promover a inclusão. A transformação social mencionada reflete a necessidade de a escola adaptar-se continuamente às mudanças sociais e demográficas.

5.2 Estratégias de Superação

As estratégias adotadas, como a atribuição de horas a professores de Apoio Educativo e a criação de grupos para aulas de PLNM, são eficazes para apoiar alunos com dificuldades e estrangeiros. Estas iniciativas demonstram um compromisso com a inclusão e a equidade educacional. No entanto, a sustentabilidade destas estratégias depende da disponibilidade contínua de recursos e do apoio institucional.

6. Avaliação da Eficácia e Impacto

A avaliação das atividades de cidadania baseia-se em *Critérios Específicos de Avaliação* alinhados com o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (ME, 2017). A definição de descritores de desempenho para cada área de competência permite uma análise detalhada do impacto educativo. A prática de avaliação formativa e a recolha de *feedback* através de reuniões de conselho de turma facilitam a melhoria contínua das práticas pedagógicas. Contudo, é crucial assegurar que os critérios de avaliação sejam claramente definidos e aplicados de forma consistente para evitar ambiguidades e garantir a objetividade na avaliação.

7. Perspetivas Futuras

A entrevistada projeta um papel cada vez mais importante da Escola na construção de práticas de cidadania, alinhado com as exigências da sociedade contemporânea. A aspiração por um sistema educativo mais centrado no aluno, valorizando as aptidões pessoais, é uma visão progressista que ressoa com as tendências atuais em educação personalizada e centrada no aluno. A implementação desta visão requer, entretanto, mudanças estruturais e pedagógicas significativas, incluindo a capacitação contínua dos docentes e a adequação dos currículos escolares.

A entrevista revela um compromisso sólido da Escola com a Educação para a Cidadania, refletido em políticas alinhadas com diretrizes nacionais, suporte contínuo aos docentes e a implementação de práticas pedagógicas diversificadas e inclusivas. As estratégias adotadas para enfrentar desafios, como a integração cultural e a promoção de valores democráticos, são pertinentes e demonstram uma abordagem proactiva. No entanto, a eficácia dessas iniciativas depende da disponibilidade de

recursos adequados, da formação contínua dos docentes e da capacidade de adaptar-se às necessidades emergentes dos alunos. A visão futura de uma educação mais centrada no aluno sugere uma direção positiva, mas exige um esforço coordenado para transformar essa aspiração em realidade prática.

Considerando o exposto, constata-se que o fortalecimento da Educação para a Cidadania no 1.º Ciclo depende de uma intervenção contínua e articulada entre os diversos agentes educativos.

7.4. - Síntese Interpretativa das Perspetivas dos Docentes e da Coordenadora de Departamento

A presente análise incide sobre a implementação da Educação para a Cidadania no 1.º Ciclo do Ensino Básico, a partir das entrevistas realizadas a docentes e à coordenadora de departamento. O estudo procura compreender de que modo esta temática é integrada nas práticas pedagógicas, analisando as perceções, conceções e estratégias mobilizadas pelos diferentes intervenientes. Por meio de uma síntese crítica e interpretativa, procedeu-se à comparação dos pontos de convergência e divergência emergentes dos discursos recolhidos, evidenciando-se os principais desafios, fragilidades e aspetos passíveis de melhoria. O objetivo central consiste em contribuir para o reforço da coerência, da qualidade e da eficácia da Educação para a Cidadania neste nível de ensino, promovendo práticas educativas mais inclusivas, consistentes e com potencial transformador.

A comparação entre as entrevistas dos docentes e da coordenadora de departamento revela convergências significativas, mas também diferenciações de enfoque e de prioridade.

Em termos de convergência, todos os intervenientes reconhecem a Educação para a Cidadania no 1.º Ciclo como um elemento estruturante da formação integral dos alunos. Verifica-se um consenso alargado quanto à necessidade de recorrer a práticas pedagógicas ativas e participativas, à relevância da transversalidade curricular e à centralidade do envolvimento efetivo dos alunos no processo de aprendizagem. A colaboração entre docentes, bem como a abertura a abordagens interdisciplinares, são igualmente identificadas como alicerces fundamentais para uma implementação consistente e significativa da Educação para a Cidadania.

Contudo, as divergências residem na operacionalização e na escala de atuação. Os docentes tendem a enfatizar as dificuldades práticas; falta de recursos, heterogeneidade das turmas, motivação dos alunos mostrando preocupação com a concretização do que está prescrito. Já a coordenadora de departamento adota uma perspectiva mais macro e normativa, centrada na estrutura organizacional e nos alinhamentos curriculares.

Do ponto de vista interpretativo, esta assimetria de visões revela a existência de um descompasso entre o plano estratégico e a execução pedagógica diária. Enquanto a coordenadora de departamento valoriza a gestão, a planificação e a coerência, os docentes sublinham a necessidade de flexibilidade adaptativa, sensível ao contexto de cada turma.

Ambas as partes identificam a formação contínua como condição crítica para o sucesso da cidadania escolar, bem como a importância de um suporte institucional claro e consistente. A avaliação, por sua vez, é vista como área frágil, carecendo de mecanismos eficazes de monitorização do impacto fora do ambiente escolar.

Neste sentido, as perceções recolhidas convergem com os resultados da análise interpretativa das entrevistas, que evidenciam que a Educação para a Cidadania no 1.º Ciclo é reconhecida como essencial, mas cuja concretização enfrenta entraves estruturais e formativos. A prática docente está marcada por esforço, de criatividade e de adaptação, mas carece de uma política de acompanhamento contínuo, de formação especializada e de recursos diversificados.

Recomenda-se, assim, o reforço do investimento na formação específica em cidadania, na criação de mecanismos de avaliação integradora, na sistematização da colaboração pedagógica e na definição de políticas escolares adaptativas que permitam uma efetiva articulação entre as intenções curriculares e as realidades do quotidiano escolar.

A análise das entrevistas realizadas aos docentes do 1.º Ciclo e à coordenadora de departamento permitiu identificar um conjunto de elementos que, em articulação, revelam as dinâmicas institucionais, as representações pedagógicas e os constrangimentos organizacionais que condicionam a implementação da Educação para a Cidadania neste nível de ensino.

Tanto os docentes como a coordenadora de departamento manifestam uma perceção claramente positiva do papel da Educação para a Cidadania, reconhecendo-a como essencial para o desenvolvimento de competências sociais, éticas e

relacionais nos alunos. Este ponto comum demonstra a existência de uma cultura pedagógica favorável à cidadania, ainda que nem sempre se traduza em práticas consistentes.

Todos os entrevistados salientam o carácter transversal e integrador da Cidadania, o que está em consonância com o *Referencial de Educação para a Cidadania* (DGE, 2017) e com os princípios do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (ME, 2017), que defendem a articulação entre saberes disciplinares e valores humanistas.

Esta leitura qualitativa dos discursos está diretamente relacionada com a opção metodológica descrita na secção 7.1, nomeadamente a escolha da entrevista semiestruturada que possibilitou captar a voz individual dos participantes, bem como identificar padrões comuns de perceção sobre a cidadania no 1.º Ciclo.

Apesar desta valorização partilhada, verifica-se uma tensão significativa entre a visão mais estruturante expressa pela coordenadora de departamento e a prática efetiva dos docentes. A coordenadora de departamento destaca a existência de linhas orientadoras gerais ao nível do Agrupamento (como a integração da cidadania no Plano de Autonomia e Flexibilidade Curricular), mas admite que a operacionalização depende, em larga medida, da iniciativa dos docentes titulares.

Por seu lado, os docentes referem que a abordagem à cidadania é, na maioria das vezes, reativa e informal, surgindo como resposta a situações pontuais ou como prolongamento de temas abordados em Estudo do Meio. Esta discrepância entre o plano organizacional e a prática pedagógica revela a ausência de instrumentos concretos de articulação, de monitorização e de formação, resultando numa cidadania curricularmente presente, mas metodologicamente frágil.

Este desfasamento é coerente com os constrangimentos metodológicos identificados na definição da problemática (capítulo 7), nomeadamente a especificidade do estudo de caso, que permitiu observar estas divergências em contexto real e de forma situada.

Um dos aspetos mais evidentes da análise comparada prende-se com a falta de homogeneidade nos procedimentos de planificação. Enquanto a coordenadora de departamento defende a necessidade de uma calendarização mais explícita e integrada dos domínios da cidadania, os docentes referem a escassez de tempo e de apoio institucional como entraves à concretização dessa planificação.

Esta ambivalência aponta para um défice de concertação horizontal, agravado pela ausência de momentos de trabalho colaborativo regular entre docentes para discutir, planear e avaliar as práticas de cidadania; uma lacuna apontada por autores como Pratas (2021) e Serrão (2017), e retomada na secção 8.2 do Capítulo 8, na qual se propõe a criação de comunidades de prática docentes e tempos formais de articulação pedagógica.

A leitura crítica dos discursos evidencia a necessidade de medidas concretas para ultrapassar os hiatos entre discurso e prática. Tais medidas são articuladas com as propostas constantes do Plano de Ação Estratégica apresentado no Capítulo 8 (secção 8.2), que se apresenta como resposta direta aos constrangimentos identificados neste estudo de caso. Estabelecer uma linha orientadora clara no Projeto Curricular de Escola, com temas, competências e metas específicas por ano de escolaridade (Eixo 1 - Integração da Educação para a Cidadania no Currículo). Criar tempos formais de articulação entre os docentes do 1.º Ciclo, promovendo planificação conjunta e partilha de boas práticas (Eixo 9 - Desenvolvimento profissional dos Docente). Desenvolver formação contínua focada na operacionalização da cidadania, com foco em metodologias participativas e avaliação formativa (Eixo 9 e Eixo 5 - Metodologia de Ensino). Implementar dispositivos de avaliação da cidadania, como rubricas, grelhas e portefólios (Eixo 8 - Avaliação da eficácia e impacto). Dinamizar projetos com envolvimento da comunidade educativa, promovendo uma cidadania vivida para além dos muros da escola (Eixo 6 - Envolvimento dos Alunos e Eixo 10 - Colaboração e Suporte Institucional).

A análise aprofundada das narrativas recolhidas junto dos docentes e da coordenadora de departamento permitiu identificar um conjunto de pontos de convergência, tensões interpretativas e domínios suscetíveis de aperfeiçoamento no âmbito da Educação para a Cidadania no 1.º Ciclo do Ensino Básico. A Tabela n.º 2 (Anexo C) sistematiza estes elementos, constituindo a base de uma leitura interpretativa que ultrapassa a mera descrição das perceções dos atores educativos, ao evidenciar dinâmicas organizacionais complexas, formas diferenciadas de apropriação das políticas educativas e processos de mediação que ilustram a micropolítica do quotidiano escolar. Esta interpretação inscreve-se nas perspetivas contemporâneas de governação educativa (Barroso, 2022), nos estudos sobre cultura organizacional e nas abordagens sociológicas à construção curricular (Lima e Torres,

2020), permitindo compreender como os discursos institucionais se transformam, ou não, em práticas pedagógicas efetivas.

A leitura crítica dos discursos evidencia, assim, a existência de hiatos persistentes entre o plano normativo e a operacionalização diária da Educação para a Cidadania. A distância entre orientações oficiais, intenções pedagógicas e práticas reais revela fragilidades estruturais que requerem medidas concretas e sustentadas. É precisamente nesta confluência que se inscreve o Plano de Ação Estratégica apresentado no Capítulo 8 (secção 8.2), pensado como resposta direta aos constrangimentos identificados ao longo deste estudo de caso. Nesse sentido, destacam-se várias medidas estruturantes.

Relativamente à integração da Educação para a Cidadania no currículo a análise evidencia um entendimento comum quanto ao carácter transversal da Educação para a Cidadania, consonante com o paradigma curricular definido no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (ME, 2017) e com o princípio da articulação horizontal e vertical do currículo destacado por Barroso (2022). Contudo, persiste uma clivagem quanto às modalidades de concretização dessa transversalidade: os coordenadora de departamento valoriza a Oferta Complementar como espaço privilegiado, enquanto os docentes defendem a sua institucionalização quotidiana e integrada. Esta tensão denota a coexistência de racionalidades distintas, uma mais pragmática e flexibilizada, outra mais estruturada e normativamente orientada, que, como assinalam Lima e Torres (2020), são características das dinâmicas organizacionais contemporâneas das escolas. Tal constatação torna premente a necessidade de um equilíbrio entre amplitude temática e profundidade conceptual, mitigando riscos de superficialidade mediante a eventual criação de espaços curriculares próprios ou reforçados.

Nas políticas e diretrizes educacionais verifica-se alinhamento relativamente à centralidade dos referenciais ministeriais, revelando que os atores educativos reconhecem o enquadramento regulatório como matriz orientadora fundamental. Todavia, emergem divergências na forma como essas diretrizes são apropriadas: a coordenadora de departamento mobiliza o Plano de Autonomia e Flexibilidade Curricular como instrumento estruturante, enquanto os docentes remetem sobretudo para orientações nacionais mais gerais. Este desencontro confirma o que Barroso (2022) designa como tensão entre a regulação central e a mediação organizacional,

evidenciando a necessidade de desenvolver políticas escolares contextualizadas, flexíveis e sustentadas por formação contínua devidamente orientada.

No domínio dos recursos e materiais didáticos a convergência observada na utilização de recursos pedagógicos diversificados confirma a adesão às orientações internacionais que privilegiam ambientes educativos inovadores e multimodais (OCDE, 2020). Contudo, as divergências centram-se na natureza dos recursos considerados prioritários: a coordenadora de departamento enfatiza o apoio de técnicos especializados, refletindo uma perspetiva eco sistémica e interprofissional, ao passo que os docentes destacam limitações financeiras e dependência de recursos externos patrocinados. Esta assimetria reforça a necessidade de um investimento sistemático na atualização de materiais e no reforço dos serviços especializados, de modo a garantir equidade e sustentabilidade das práticas desenvolvidas.

Quanto aos conteúdos e temas abordados existe consenso quanto à pertinência dos temas estruturantes da Educação para a Cidadania, Direitos Humanos, Igualdade, Interculturalidade, Sustentabilidade, alinhados com os pilares educativos definidos pela UNESCO (2015). As divergências incidem na lógica de seleção, os docentes articulam temas com Estudo do Meio e com efemérides, enquanto a coordenadora de departamento segue planificações rígidas, ancoradas nos manuais e na Oferta Complementar. Esta discrepância evidencia diferentes matrizes de racionalidade curricular, uma orientada para a contextualização e pertinência situacional; outra orientada para a sequencialidade e normatividade curricular. Assim, impõe-se promover uma maior uniformização da cobertura dos temas essenciais, assegurando coerência e continuidade pedagógica.

No que se refere às metodologias de ensino a convergência quanto ao valor de metodologias ativas, debates, projetos, dramatizações, revela uma consonância com o paradigma da aprendizagem participativa defendido pela UNESCO (2015). Todavia, as divergências emergem ao nível da formação, os docentes denunciam carência de formação específica, enquanto a coordenadora de departamento sublinha a predominância da autoaprendizagem. Esta situação indica a insuficiência de mecanismos institucionalizados de capacitação docente e reforça a necessidade de políticas consistentes de formação contínua, dotadas de carácter sistemático, rigor científico e relevância prática.

No eixo ao envolvimento dos alunos, docentes e coordenadora de departamento convergem na importância do desenvolvimento do pensamento crítico e

da participação ativa, competências estruturantes do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (ME, 2017). Porém, os docentes referem dificuldades acrescidas com alunos mais velhos, frequentemente associadas a um sentimento de repetição e desmotivação, enquanto a coordenadora de departamento identifica resistência mais generalizada. A coordenadora de departamento destaca ainda práticas de envolvimento familiar, ausentes nos discursos dos docentes, o que revela diferentes perceções sobre o papel da escola na mediação entre família e comunidade. Esta divergência sublinha a necessidade de estratégias diferenciadas que considerem as especificidades etárias, socioculturais e motivacionais dos alunos.

Relativamente aos desafios identificados são heterogeneidade, atualização permanente, diversidade cultural, correspondem às tendências internacionais identificadas pela OCDE (2020) e às exigências de contextos inclusivos. No entanto, as estratégias divergem substancialmente, os docentes valorizam o apoio educativo e o PLNM, enquanto a coordenadora de departamento destaca dramatizações e projetos de construção de livros. Esta desarticulação confirma a necessidade de políticas de formação e recursos que assegurem uma maior coerência organizacional e uma visão partilhada dos mecanismos de intervenção.

No que respeita à avaliação da eficácia e ao impacto, existe consenso quanto à complexidade de avaliar o impacto a longo prazo da Educação para a Cidadania, um desafio amplamente reconhecido pela UNESCO (2015). Enquanto os docentes se focam em indicadores comportamentais imediatos, a coordenadora de departamento enfatiza dimensões como tolerância e igualdade de género. A heterogeneidade dos critérios evidencia fragilidades na definição de parâmetros de avaliação, tornando urgente a construção de instrumentos mais robustos que permitam avaliar impactos intra e extraescolares, numa perspetiva longitudinal e multidimensional.

No domínio, que concerne, ao impacto nos alunos e ao desenvolvimento pessoal, existe convergência quanto aos impactos positivos, no respeito pela diversidade, na responsabilidade social, na gestão comportamental, confirmando o valor educativo reconhecido da cidadania. Contudo, persistem divergências quanto ao foco temático e aos indicadores privilegiados, revelando a ausência de um modelo de monitorização articulado. Torna-se, portanto, essencial desenvolver um quadro de indicadores abrangente que contemple dimensões cognitivas, sociais, éticas e comportamentais.

Quanto ao desenvolvimento profissional dos docentes, a formação contínua surge como eixo central, embora marcada por assimetrias, os docentes expressam necessidades formativas claras, enquanto a coordenadora de departamento menciona oportunidades formais já existentes. A coordenadora de departamento refere o contributo do Centro de Formação da Lezíria do Tejo, enquanto os docentes evidenciam dependência de metodologias informais. A este nível, recomenda-se o reforço de incentivos e o acesso facilitado a formação estruturada. Esta divergência espelha conceções distintas sobre o papel da formação na melhoria das práticas e confirma a urgência de políticas institucionais que promovam acesso, equidade e pertinência na formação contínua, de acordo com as recomendações da OCDE (2020).

No domínio da colaboração e suporte institucional, afirma-se uma colaboração docente que surge mencionada por ambos os grupos, embora com diferentes graus de formalização, os docentes sugerem maior estruturação, enquanto a coordenadora de departamento enfatiza práticas informais e apoio específico (ex: PLNM). Esta discrepância reflete a coexistência de culturas organizacionais divergentes no seio da mesma instituição, tal como identificado por Lima e Torres (2020). Assim, torna-se imprescindível reforçar dispositivos de colaboração formal, mecanismos de comunicação interdepartamental e parcerias externas duradouras.

Por fim, no que se refere às perspetivas futuras e recomendações, há convergência quanto à centralidade do aluno e à necessidade de diversificação metodológica. No entanto esta convergência coexiste com divergências relativamente às prioridades estratégicas. Os docentes defendem maior transversalidade e articulação curricular, enquanto a coordenadora de departamento privilegia colaborações externas e políticas flexíveis. Esta pluralidade de perspetivas ilustra a natureza complexa e multifacetada da Educação para a Cidadania, reforçando a urgência de investimentos estruturados em inovação pedagógica, desenvolvimento de políticas adaptáveis e consolidação de parcerias, em consonância com as orientações da UNESCO (2015) e da OCDE (2020).

No essencial, todos os entrevistados revelam um compromisso significativo com a Educação para a Cidadania no 1º Ciclo, refletido na integração transversal dos conteúdos, utilização de metodologias diversificadas e promoção do envolvimento ativo dos alunos. Apesar dos esforços, desafios como a heterogeneidade das turmas, resistência dos alunos e falta de formação específica persistem, exigindo ações

contínuas para aprimorar as práticas pedagógicas. A colaboração entre docentes e o suporte institucional são reconhecidos como fundamentais para superar esses obstáculos. As perspectivas futuras indicam uma direção positiva, com a necessidade de inovação, formação contínua e maior suporte institucional para consolidar a Educação para a Cidadania como uma componente essencial do currículo escolar.

Para aperfeiçoar a Educação para a Cidadania no 1.º Ciclo do Ensino Básico é essencial adotar estratégias abrangentes e sustentáveis. Primeiramente, destaca-se a necessidade de uma abordagem mais aprofundada dos temas essenciais, de modo a equilibrar amplitude e profundidade no aprendizado, garantindo que os alunos compreendam e internalizem os valores e conhecimentos fundamentais. A formação contínua e específica para os docentes é outro pilar essencial. Programas de capacitação em metodologias eficazes e diversificadas devem ser implementados, permitindo que os professores desenvolvam práticas inovadoras e adaptadas às necessidades do contexto educativo. Além disso, a disponibilidade de recursos didáticos atualizados e diversificados deve ser melhorada. Isso pode ser alcançado por meio de investimentos diretos e do fortalecimento de parcerias com organizações externas, enriquecendo as práticas pedagógicas e proporcionando experiências concretas de cidadania. Outro aspecto crucial é o desenvolvimento de mecanismos de avaliação a longo prazo, que possibilitem monitorar e avaliar como os alunos aplicam os conhecimentos de cidadania fora do ambiente escolar. Isso permitirá ajustar as estratégias educativas e reforçar o impacto a longo prazo. Para os alunos mais velhos, é necessário implementar metodologias mais atrativas e relevantes, que evitem a percepção de repetição e irrelevância, mantendo o empenho e a motivação para explorar temas de cidadania de forma significativa. Por fim, a consolidação de um suporte institucional estruturado e contínuo é imprescindível. Isso inclui formação regular, acesso a recursos adicionais e um acompanhamento constante para assegurar a eficácia das atividades de cidadania no currículo. Em conjunto, essas ações podem fortalecer significativamente a Educação para a Cidadania, preparando os alunos para uma participação ativa e responsável na sociedade.

8 - CONCLUSÃO

Este estudo centrou-se num único estabelecimento de ensino e num número reduzido de participantes, o que não permite generalizações. A abordagem qualitativa visa compreender em profundidade uma realidade concreta, mas não pretende representar a totalidade do panorama nacional.

Além disso, a ausência de observação direta de práticas e a não inclusão da perspectiva dos alunos e dos encarregados de educação constituem limitações que merecem ser colmatadas em investigações futuras.

Os dados recolhidos e analisados apontam para a necessidade de reforçar a centralidade da Educação para a Cidadania no projeto pedagógico das escolas, nomeadamente através de formação contínua e especializada dos docentes, que os capacite para desenvolver estratégias mais integradas e significativas; mediante uma planificação articulada, que permita calendarizar temas e sequências de aprendizagem ao longo do ano letivo. Com a criação de materiais e recursos específicos, adaptados às necessidades do 1.º Ciclo. Por fim, importa salientar que a articulação entre ciclos, departamentos e parceiros externos constitui um eixo fundamental para a promoção de uma cidadania participativa, alinhada com os valores democráticos e de inclusão.

Na possibilidade de uma futura investigação poderá se ter em conta a realização de estudos comparativos entre agrupamentos com diferentes orientações curriculares e organizativas. A inclusão da voz dos alunos e das famílias na análise do impacto da Educação para a Cidadania. A avaliação longitudinal dos efeitos de projetos de cidadania implementados de forma estruturada ao longo do 1.º Ciclo. E o desenvolvimento de instrumentos específicos de avaliação de competências cívicas e sociais nos primeiros anos de escolaridade.

A presente investigação culmina na elaboração de um Plano de Ação Estratégica, concebido com o objetivo de colmatar fragilidades detetadas no contexto educativo analisado, propor estratégias de melhoria e estabelecer diretrizes e metodologias específicas para uma implementação mais eficaz e significativa da Educação para a Cidadania no 1.º Ciclo do Ensino Básico.

8.1. - Plano de Ação Estratégica para a Educação

Um Plano de Ação Estratégica¹² no domínio educativo é um instrumento orientador que sistematiza ações e metas com vista à concretização de objetivos pedagógicos claros. Este tipo de plano permite otimizar práticas docentes, racionalizar o uso de recursos e assegurar a qualidade do ensino, alinhando-se aos princípios e metas definidos pela instituição educativa.

A sua função central é garantir que todos os intervenientes compreendem as metas educativas e atuam de forma colaborativa para a sua concretização. Além disso, identifica áreas de intervenção prioritária, promove a inovação, orienta a avaliação contínua das ações desenvolvidas e fomenta a participação ativa da comunidade educativa.

Garante que todos os envolvidos compreendam as metas educacionais e trabalhem de forma coordenada para alcançá-las. Identifica áreas de necessidade e oportunidades de inovação, promovendo soluções eficazes. Otimiza o uso de recursos humanos, materiais e financeiros. Oferece critérios para avaliar o progresso e o impacto das ações implementadas. Facilita a participação ativa de todos os atores da comunidade escolar (professores, alunos, famílias e o órgão de gestão).

Elaborar um Plano de Ação Estratégica no ensino envolve etapas bem definidas para garantir organização, clareza e eficácia. Primeiramente realizar um Diagnóstico Inicial analisando o contexto e identificando forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, com base na metodologia de Análise *SWOT*¹³. Essa etapa permite compreender o cenário em que a instituição (Agrupamento) está inserida e identificar os aspetos que podem influenciar o Plano de Ação Estratégica. Posteriormente identificar as necessidades mapeando as dificuldades, desafios e

¹²Em 2018 o governo publica o Despacho Normativo n.º 10-B/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 129, de 6 de julho, que implementa a conceção e implementação em cada escola dos planos de ação estratégica, no âmbito do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar. Este despacho continuou a manter-se em vigor, ainda durante o ano letivo de 2022/2023, estabelecendo as regras de organização do ano letivo nos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, previstas no Despacho Normativo n.º 10-B/2018. A escola enquanto organização deve ser capaz de resolver os problemas contínuos que possam surgir com o recurso a um planeamento estratégico e uma gestão colaborativa dos processos organizacionais, por isso mesmo continua a ser pertinente a utilização e elaboração de planos de ação estratégica, apesar da sua não obrigação legal.

¹³ A análise *SWOT* é uma ferramenta de gestão que se baseia no estudo das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças a uma situação ou empresa, produto, indústria ou até uma pessoa. Inclusive, o acrónimo *SWOT* é uma sigla para Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*).

lacunas existentes na comunidade escolar, como problemas de aprendizagem ou falta de recursos. De seguida consultar as partes interessadas na aplicação do Plano de Ação Estratégica envolvendo os professores, os alunos, as famílias e o órgão de gestão para obter diferentes perspetivas e garantir que o Plano de Ação Estratégica reflita as necessidades e expectativas de todos os envolvidos. Após a consulta definir metas. A definição das metas devem seguir a abordagem *SMART*¹⁴. Devendo ser específicas, definir claramente o que se deseja atingir. Serem mensuráveis, estabelecer critérios para avaliar o progresso. bem como alcançáveis, garantir que as metas sejam realistas dentro das condições existentes. Relevantes, conectar os objetivos às prioridades da instituição ou comunidade escolar. Temporais, determinar um prazo para alcançar os resultados esperados. Exemplo de uma meta: *Capacitar os docentes com formação contínua e específica*.

Após a definição das metas passa-se à fase do planeamento de ações. As ações devem ser descritas detalhadamente, abordando os seguintes pontos:

- O que será feito: Determinar estratégias específicas, como organização de oficinas, projetos interdisciplinares, ou capacitações para professores.
- Quem fará: Definir os responsáveis pela execução de cada ação.
- Quando será feito: Elaborar um cronograma claro e factível.
- Recursos necessários: Identificar os materiais, recursos financeiros e humanos indispensáveis para a implementação das ações.

Relativamente a implementação de Plano de Ação Estratégica cabe ao grupo de gestão mobilizar as equipas garantindo o empenhamento de todos os envolvidos, distribuindo responsabilidades conforme o planeado. Promover momentos de formação e diálogo criando oportunidades para que os participantes compreendam e se alinhem às metas e estratégias do Plano de Ação Estratégica. Ao longo da aplicação do plano existe a constante necessidade de monitorizar e de avaliar por isso mesmo deve-se estabelecer indicadores de sucesso, criando critérios para avaliar o impacto das ações implementadas. Realizar revisões periódicas, avaliando regularmente o progresso do Plano de Ação Estratégica e realizando os ajustes necessários para manter o Plano de Ação Estratégica eficaz e relevante.

¹⁴A sigla *SMART* representa *Specific* (Específico), *Measurable* (Mensurável), *Achievable* (Alcançável), *Relevant* (Relevante) e *Time-based* (Baseados no tempo). Essa abordagem visa garantir que os objetivos estabelecidos sejam específicos o suficiente para fornecer clareza daquilo que se busca alcançar.

Seguir essas etapas garante que o Plano de Ação Estratégica seja desenvolvido de maneira estruturada e direcionada, maximizando as chances de sucesso e contribuindo para o alcance dos objetivos educacionais estabelecidos.

A finalidade principal de um Plano de Ação Estratégica é melhorar os processos de ensino e aprendizagem de forma estruturada e intencional. Com Plano de Ação Estratégica, a escola ou instituição de ensino pode promover o sucesso escolar dos alunos. Garantir a equidade e inclusão. Fortalecer a comunidade escolar. E alcançar objetivos institucionais e pedagógicos de forma clara e mensurável.

Este tipo de plano não é apenas um roteiro, mas também uma ferramenta de transformação, promovendo um ensino mais eficaz e alinhado às necessidades do contexto educacional.

8.2. - Plano de Ação Estratégica para a Educação para a Cidadania no 1º Ciclo

A proposta apresentada responde diretamente às fragilidades identificadas nas entrevistas realizadas aos docentes e à coordenadora de departamento e estrutura-se em torno de 11 eixos estratégicos, cada um com metas específicas, ações concretas, responsáveis definidos, recursos necessários e indicadores de sucesso.

Este Plano destaca-se por integrar elementos essenciais que visam promover uma maior harmonização das práticas educativas e superar os desafios identificados ao longo do estudo, com o propósito de reforçar a intencionalidade pedagógica e elevar o desempenho da Educação para a Cidadania. Entre os principais eixos de ação propostos, salientam-se a integração curricular eficaz e transversal da Educação para a Cidadania. Uma atualização e diversificação dos recursos didáticos utilizados; para além da valorização de metodologias pedagógicas inovadoras e centradas no aluno. Pretende-se um maior envolvimento ativo de toda a comunidade educativa, com especial destaque para a participação dos alunos; bem como a superação dos desafios identificados, através da implementação de estratégias sustentáveis e contextualizadas. Preconiza um investimento no desenvolvimento profissional contínuo dos docentes; para além do reforço do suporte institucional e a consolidação de parcerias externas. Por fim a avaliação do impacto a longo prazo, dentro e fora do espaço escolar.

Estes eixos estratégicos resultam de uma análise crítica e fundamentada das práticas atuais, evidenciada nas entrevistas realizadas aos docentes e à coordenadora

de departamento, permitindo delinear um caminho mais claro e estruturado para a consolidação de uma Educação para a Cidadania mais eficaz, participada e transformadora.

Estas ações visam criar um ecossistema educativo mais coerente, dinâmico e orientado para uma formação cidadã efetiva, que ultrapasse os limites disciplinares e promova a vivência democrática no quotidiano escolar.

O Plano de Ação Estratégica delineado nesta dissertação visa transformar a Educação para a Cidadania num pilar efetivo da prática educativa do 1.º Ciclo, reforçando o seu caráter transversal, formativo e transformador. Para garantir a eficácia e sustentabilidade desta proposta, são recomendadas as seguintes ações prioritárias. Assegurar a formação contínua e específica dos docentes, capacitando-os para implementar práticas pedagógicas diversificadas e inovadoras. Investir em recursos didáticos atualizados, com especial atenção à inclusão digital e à diversidade cultural. Fortalecer parcerias com entidades externas, criando redes de colaboração que ampliem as oportunidades de aprendizagem cidadã. Desenvolver mecanismos eficazes de monitorização e avaliação, que permitam aferir o impacto das ações dentro e fora do ambiente escolar. Evitar a repetição e irrelevância nos conteúdos, especialmente com os alunos mais velhos, através de abordagens atrativas e contextualizadas. Consolidar o suporte institucional, com a criação de estruturas permanentes de acompanhamento e supervisão. Promover políticas educativas flexíveis, ajustadas às realidades e especificidades de cada comunidade escolar.

Por fim, recomenda-se a criação de um comité de acompanhamento, constituído por docentes, coordenadores e membros da direção, responsável por garantir a execução do plano, monitorizar os seus impactos e proceder aos ajustes necessários.

Com este plano, pretende-se consolidar uma Educação para a Cidadania que seja significativa, inovadora e transformadora, preparando os alunos para uma participação ativa, ética e responsável na sociedade.

Meta Geral:

Fortalecer a Educação para a Cidadania no 1º Ciclo do Ensino Básico, promovendo uma formação integral de cidadãos conscientes, críticos e participativos, através de:

- uma integração curricular eficaz e transversal;
- a utilização de recursos pedagógicos diversificados;
- a implementação de metodologias inovadoras e centradas no aluno;
- o envolvimento ativo dos alunos e da comunidade educativa;
- a superação dos desafios pedagógicos e institucionais;
- e o desenvolvimento profissional contínuo dos docentes.

1. Integração da Educação para a Cidadania no Currículo

Meta Específica: Garantir uma abordagem equilibrada entre amplitude e profundidade dos temas de Educação para a Cidadania, assegurando a cobertura consistente dos conteúdos essenciais.

Ações:

- Desenvolver Diretrizes Internas: Criar ou fortalecer disciplinas específicas para Educação para a Cidadania, como a disciplina de Oferta Complementar, para garantir uma abordagem sistemática.
- Formação de Equipes Curriculares: Formar grupos de trabalho multidisciplinares para planejar a integração transversal dos temas de Educação para a Cidadania nas diversas disciplinas.
- Mapeamento de Conteúdos: Elaborar um mapeamento detalhado dos conteúdos de Educação para a Cidadania a serem abordados em cada disciplina, garantindo a profundidade necessária.

Responsáveis:

- Coordenadores de Departamento
- Equipes Pedagógicas
- Direção do Agrupamento

Recursos Necessários:

- Tempo de planeamento colaborativo
- Materiais de apoio curricular

Indicadores de Sucesso:

- Elaboração e implementação de diretrizes específicas para Educação para a Cidadania
- *Feedback* positivo dos docentes sobre a integração curricular

2. Políticas e Diretrizes Educacionais

Meta Específica: Desenvolver políticas escolares detalhadas e adaptáveis que permitam a implementação eficaz da Educação para a Cidadania, alinhadas às diretrizes nacionais.

Ações:

- Revisão das Políticas Existentes: Analisar e atualizar o Plano de Autonomia e Flexibilidade Curricular para incluir orientações específicas sobre Educação para a Cidadania.
- *Workshops* de Formação e Comunicação: Organizar *workshops* para docentes sobre as políticas escolares de Educação para a Cidadania e garantir uma comunicação clara e contínua.
- Adaptabilidade das Políticas: Permitir ajustes nas políticas para atender às particularidades de cada comunidade educativa.

Responsáveis:

- Direção do Agrupamento
- Coordenadores de Departamento
- Representantes dos Docentes

Recursos Necessários:

- Material de referência das políticas
- Espaço para *workshops* e reuniões

Indicadores de Sucesso:

- Atualização das políticas escolares
- Aumento do entendimento e aplicação das políticas pelos docentes

3. Recursos e Materiais Didáticos

Meta Específica: Assegurar a disponibilidade e atualização de recursos didáticos diversificados e especializados para a Educação para a Cidadania.

Ações:

- Investimento em Recursos Didáticos: Alocar orçamento para a aquisição de materiais audiovisuais, jogos educativos, fichas de trabalho e recursos digitais atualizados.
- Parcerias com Organizações Externas: Fortalecer parcerias com instituições locais, como centros de psicologia, orientação, e organizações de apoio educacional.
- Acesso a Recursos Humanos Especializados: Incorporar técnicos especializados, como psicólogos e orientadores, para apoiar a implementação da Educação para a Cidadania.

Responsáveis:

- Direção do Agrupamento
- Coordenadores de Departamento
- Administração Escolar

Recursos Necessários:

- Orçamento para compra de materiais
- Rede de contatos com organizações externas

Indicadores de Sucesso:

- Aumento na diversidade e atualização dos recursos disponíveis
- Melhoria na qualidade das atividades de Educação para a Cidadania realizadas

4. Conteúdos e Temas Abordados

Meta Específica: Garantir a cobertura uniforme dos temas essenciais de Educação para a Cidadania, integrando-os de forma contextualizada com outros conteúdos curriculares.

Ações:

- Desenvolvimento de um Plano de Temas: Criar um cronograma anual que assegure a cobertura consistente dos temas essenciais, ajustando-se às dinâmicas de cada turma.
- Integração com Outros Conteúdos Curriculares: Promover a articulação entre Educação para a Cidadania e disciplinas como Estudos do Meio, Matemática, Português e Expressões Artísticas para enriquecer a aprendizagem contextualizada.

- Monitoramento e Avaliação da Cobertura dos Temas: Implementar mecanismos de monitoramento para assegurar que todos os temas essenciais são abordados de forma adequada.

Responsáveis:

- Coordenadores de Departamento
- Docentes de Disciplinas Integradas
- Equipe Pedagógica

Recursos Necessários:

- Materiais de apoio curricular
- Ferramentas de monitoramento e avaliação

Indicadores de Sucesso:

- Cobertura completa e equilibrada dos temas essenciais
- *Feedback* positivo dos docentes e alunos sobre a relevância dos temas abordados

5. Metodologias de Ensino

Meta Específica: Promover o uso de metodologias inovadoras e eficazes na Educação para a Cidadania, apoiando os docentes na implementação dessas práticas.

Ações:

- Programas de Formação em Metodologias Inovadoras: Oferecer formação contínua e específica em metodologias como debates, dramatizações, projetos interdisciplinares e jogos didáticos.
- Orientação e Suporte Pedagógico: Fornecer orientação contínua aos docentes sobre a aplicação das metodologias, através de supervisão e *Mentoring*.
- Incentivo à Inovação Pedagógica: Estimular a experimentação e a troca de boas práticas entre os docentes.

Responsáveis:

- Coordenadores de Departamento
- Equipe de Formação
- Direção do Agrupamento

Recursos Necessários:

- Recursos para programas de formação
- Materiais didáticos específicos para novas metodologias

Indicadores de Sucesso:

- Aumento na utilização de metodologias diversificadas
- Melhoria no empenhamento e aprendizado dos alunos

6. Envolvimento dos Alunos

Meta Específica: Promover o envolvimento ativo e o pensamento crítico dos alunos nas atividades de Educação para a Cidadania.

Ações:

- Diversificação das Estratégias de Envolvimento: Implementar uma variedade maior de estratégias, como trabalhos em grupo, entrevistas, exposições de trabalhos e atividades práticas interativas.
- Empenhamento de Alunos Mais Velhos: Desenvolver metodologias mais atrativas e relevantes para manter o interesse dos alunos mais velhos, evitando a perceção de repetição.
- Promoção do Pensamento Crítico: Utilizar situações práticas e dilemas do dia a dia para estimular a reflexão e o debate entre os alunos.

Responsáveis:

- Docentes de Educação para a Cidadania
- Coordenadores de Departamento
- Equipe Pedagógica

Recursos Necessários:

- Materiais interativos e visuais
- Espaço para atividades práticas e debates

Indicadores de Sucesso:

- Aumento na participação e interesse dos alunos nas atividades de Educação para a Cidadania
- Desenvolvimento do pensamento crítico observado nas interações dos alunos

7. Desafios e Estratégias de Superação

Meta Específica: Superar os desafios identificados na implementação da Educação para a Cidadania através de estratégias eficazes e sustentáveis.

Ações:

- Formação Profissional e Recursos: Implementar programas de formação contínua e alocar recursos adequados para suportar as estratégias de superação.
- Sustentabilidade das Estratégias: Garantir que as estratégias adotadas são sustentáveis a longo prazo, através do apoio contínuo e da disponibilidade de recursos necessários.
- Promoção de um Ambiente Inclusivo: Continuar a promover um ambiente inclusivo e respeitador, adaptando as práticas pedagógicas às necessidades da diversidade cultural e de aprendizagem.

Responsáveis:

- Direção do Agrupamento
- Coordenadores de Departamento
- Equipe Pedagógica

Recursos Necessários:

- Orçamento para formação e recursos
- Ferramentas de gestão da diversidade

Indicadores de Sucesso:

- Redução da resistência e aumento do interesse dos alunos
- Melhoria na inclusão e na equidade educacional

8. Avaliação da Eficácia e Impacto

Meta Específica: Desenvolver mecanismos eficazes para avaliar a eficácia e o impacto da Educação para a Cidadania, especialmente a longo prazo e fora do ambiente escolar.

Ações:

- Desenvolvimento de Mecanismos de Avaliação a Longo Prazo: Criar ferramentas e processos para monitorar e avaliar a aplicação dos conhecimentos de cidadania fora da escola, como pesquisas de acompanhamento e parcerias com famílias.
- Consistência na Aplicação dos Critérios de Avaliação: Assegurar que os critérios de avaliação sejam claramente definidos e aplicados de forma consistente por todos os docentes.

- Ampliação dos Indicadores de Impacto: Incorporar uma variedade maior de indicadores que capturem diferentes aspetos do impacto da Educação para a Cidadania nos alunos.

Responsáveis:

- Equipe de Avaliação
- Coordenadores de Departamento
- Direção do Agrupamento

Recursos Necessários:

- Ferramentas de avaliação e monitoramento
- Parcerias com famílias e comunidade

Indicadores de Sucesso:

- Implementação de mecanismos de avaliação a longo prazo
- Dados mais completos e consistentes sobre o impacto da Educação para a Cidadania

9. Desenvolvimento Profissional dos Docentes

Meta Específica: Capacitar os docentes através de formação contínua e específica em Educação para a Cidadania, incentivando a inovação pedagógica.

Ações:

- Implementação de Programas de Formação Contínua: Desenvolver e oferecer programas de formação contínua e específica em Educação para a Cidadania, focando em estratégias diferenciadas e projetos inovadores.
- Incentivos para Formação: Criar incentivos para que os docentes participem de formações profissionais formais e estruturadas, como certificados, reconhecimento institucional, e possíveis benefícios financeiros ou de carreira.
- Facilitação do Acesso a Recursos de Formação: Prover acesso fácil a materiais de formação online, workshops, e seminários relacionados à Educação para a Cidadania.

Responsáveis:

- Direção do Agrupamento
- Coordenadores de Departamento
- Equipe de Formação

Recursos Necessários:

- Orçamento para programas de formação
- Acesso a plataformas de formação online
- Materiais didáticos e recursos de aprendizagem

Indicadores de Sucesso:

- Aumento na participação dos docentes em programas de formação contínua
- Melhoria nas práticas pedagógicas dos docentes em Educação para a Cidadania
- Feedback positivo dos docentes sobre a relevância e aplicabilidade da formação recebida

10. Colaboração e Suporte Institucional

Meta Específica: Fortalecer a colaboração entre docentes e proporcionar um suporte institucional robusto para a implementação eficaz da Educação para a Cidadania.

Ações:

- Estabelecimento de Grupos de Trabalho Estruturados: Criar grupos de trabalho específicos para a Educação para a Cidadania que se reúnam regularmente para planejar, implementar e avaliar atividades de cidadania.
- Fortalecimento das Parcerias Externas: Ampliar as parcerias com organizações externas, como organizações não governamentais, centros de saúde, e instituições culturais, para enriquecer as práticas de Educação para a Cidadania e fornecer recursos adicionais.
- Suporte Institucional Contínuo: Assegurar que os docentes recebam suporte contínuo através de orientação pedagógica, acesso a materiais didáticos, e plataformas educacionais.

Responsáveis:

- Direção do Agrupamento
- Coordenadores de Departamento
- Representantes dos Docentes

Recursos Necessários:

- Ferramentas de comunicação e colaboração (plataformas online, salas de reunião)
- Parcerias com organizações externas
- Materiais didáticos e tecnológicos

Indicadores de Sucesso:

- Aumento na frequência e qualidade das reuniões de grupos de trabalho
- Expansão e fortalecimento das parcerias externas
- Melhoria na comunicação e partilha de boas práticas entre os docentes

11. Perspetivas Futuras e Inovação Pedagógica

Meta Específica: Promover a inovação pedagógica e garantir a sustentabilidade das práticas de Educação para a Cidadania através de políticas detalhadas e adaptáveis.

Ações:

- Investir em Inovação Pedagógica: Incentivar a experimentação de novas metodologias e estratégias de ensino que tornem a Educação para a Cidadania mais atrativa e eficaz, como Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) e metodologias ativas.
- Desenvolver Políticas Educacionais Adaptáveis: Criar políticas que possam ser ajustadas conforme as necessidades emergentes das comunidades educativas, garantindo a relevância e eficácia contínua da Educação para a Cidadania.
- Monitorar e Avaliar a Inovação: Implementar um sistema de monitoramento para avaliar a eficácia das novas metodologias e ajustar conforme necessário.

Responsáveis:

- Direção do Agrupamento
- Coordenadores de Departamento
- Equipe de Inovação Pedagógica

Recursos Necessários:

- Orçamento para iniciativas de inovação
- Acesso a recursos tecnológicos e educacionais inovadores
- Ferramentas de avaliação e monitoramento

Indicadores de Sucesso:

- Implementação bem-sucedida de novas metodologias pedagógicas
- *Feedback* positivo dos docentes e alunos sobre as inovações introduzidas
- Melhoria contínua na eficácia das práticas de Educação para a Cidadania.

De forma sucinta, o Plano de Ação Estratégica delineado acima visa abordar os aspetos identificados na síntese crítica das entrevistas com os docentes e com a coordenadora de departamento sobre a Educação para a Cidadania no 1º Ciclo. O plano centraliza-se em princípios fundamentais como a integração curricular, as políticas educacionais, os recursos didáticos, os conteúdos, as metodologias, o envolvimento dos alunos, a superação de desafios, a avaliação da eficácia, o desenvolvimento profissional dos docentes, a colaboração e suporte institucional, e a inovação pedagógica, propondo simultaneamente ações concretas para fortalecer a Educação para a Cidadania.

As recomendações aqui apresentadas procuram assegurar a continuidade, a eficácia e a sustentabilidade das ações relacionadas com a Educação para a Cidadania em contexto escolar, tendo como meta aperfeiçoar as práticas pedagógicas, promover a coerência curricular e reforçar o impacto formativo junto de alunos, docentes e restantes agentes educativos. Sendo fundamental assegurar que os temas essenciais sejam abordados de forma aprofundada, sem comprometer a abrangência e a diversidade de conteúdos necessários para uma formação cidadã completa. Paralelamente, é essencial assegurar a implementação de programas estruturados de formação contínua e específica, orientados para a capacitação docente e para a sustentabilidade de práticas pedagógicas inovadoras no âmbito da Educação para a Cidadania. É importante investir em recursos didáticos diversificados e atualizados, bem como fortalecer parcerias com organizações externas, indispensáveis para enriquecimento e dinamização das práticas pedagógicas. Deve-se ainda priorizar o desenvolvimento de mecanismos sistemáticos de acompanhamento e de avaliação, orientados para analisar de que forma os conhecimentos e valores de cidadania são aplicados pelos alunos em contextos extraescolares, de modo a reformular práticas e consolidar resultados sustentáveis ao longo do tempo. Recomenda-se o desenvolvimento de metodologias mais atrativas e pedagogicamente relevantes, capazes de evitar a perceção de repetição e irrelevância e, dessa forma, manter o interesse e o empenho dos alunos dos níveis mais avançados do 1.º Ciclo.

Importa ainda estabelecer um suporte institucional contínuo e estruturado, que inclua ações regulares de formação docente e acesso a recursos pedagógicos diversificados, condição essencial para uma implementação eficaz e sustentável das atividades de Educação para a Cidadania. De igual modo, é fundamental investir em inovação pedagógica, promovendo novas metodologias e estratégias que tornem a

Educação para a Cidadania mais atrativa, inclusiva e eficaz, reforçando o seu papel transformador na formação integral dos alunos. As políticas educacionais devem apresentar-se simultaneamente detalhadas e flexíveis, de modo a ajustarem-se às especificidades e necessidades de cada comunidade educativa, permitindo uma adaptação contextual e realista das práticas.

A integração de recursos externos e o fortalecimento de parcerias com organizações locais, nacionais e até internacionais constituem uma via privilegiada para enriquecer as oportunidades de aprendizagem e proporcionar experiências significativas de vivência cidadã. Para assegurar que todas as ações previstas sejam implementadas conforme planeado, torna-se indispensável instituir um processo sistemático de monitorização e avaliação, que permita acompanhar, medir e reajustar continuamente as estratégias adotadas. Por fim, recomenda-se a criação de um "comité" de acompanhamento, composto por coordenadores de departamento, docentes e representantes da direção, que assegure a supervisão do plano de ação, garantindo a execução eficiente, a coerência das intervenções e a possibilidade de introdução de ajustes sempre que necessário.

Com essas recomendações, busca-se consolidar uma Educação para a Cidadania que seja significativa, transformadora e capaz de preparar os alunos para a participação ativa e responsável na sociedade.

Este Plano de Ação Estratégica propõe um caminho claro e estruturado para aprimorar a Educação para a Cidadania no 1º Ciclo, alinhando-se com as necessidades identificadas nas entrevistas e visando a formação de cidadãos éticos, responsáveis e participativos.

BIBLIOGRAFIA

Alves, D. C., & Ribeiro, M. V. G. (2023). *Atividade de integração pedagógica: As controvérsias de um componente curricular no curso de pedagogia*. EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação, 10.

<https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/7077/1014>

Barroso, J. (2022). *Administração e política educacional: Um percurso de investigação*. Instituto de Educação, Universidade de Lisboa.
https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/55557/1/TIE_AdministracaoEPoliticaEducacional_EBOOK.pdf

Coiteiro, M. G. (2019). *Educar para a cidadania no 1.º ciclo do ensino básico: Uma intervenção transdisciplinar* (Relatório de Mestrado). Instituto Politécnico de Setúbal.
<http://hdl.handle.net/10400.26/30721>

Dias, A. G., & Hortas, M. J. (2020). *Educação para a cidadania em Portugal*. Revista Espaço do Currículo, (2). <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>

Direção-Geral da Educação. (2013). *Educação para a Cidadania – Linhas orientadoras*.

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/educacao_para_cidadania_linhas_orientadoras_nov2013.pdf

Ferreira, R. (2013). *Educação financeira das crianças e adolescentes*. Escolar Editora.

Igreja, M. A. A. (2004). *A educação para a cidadania nos programas e manuais escolares de História e Geografia de Portugal e História – 2.º e 3.º ciclos do ensino básico: Da reforma curricular (1989) à reorganização curricular (2001)* (Tese de Doutoramento). Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/951>

Leite, M. V. G. (2013). *Articulação no ensino básico: Estudo de caso* (Tese de Mestrado). Universidade Católica Portuguesa.

<https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13392/1/13392.pdf>

Leite, T., & Relvas, M. (2022). *Ultrapassar as fronteiras das disciplinas: Articulação disciplinar*. Escola Superior de Educação de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa.
<https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/15448>

Lima, L. C., & Torres, L. L. (2020). *Políticas, dinâmicas e perfis dos agrupamentos de escolas em Portugal*. *Análise Social*, 55(4). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/70214/1/Políticas%2c%20dinamicas%20e%20perfis%20dos%20agrupamentos%20de%20escolas%20em%20Portugal.pdf>

Matos, D. L. B. (2019). *Educar para a cidadania através do Estudo do Meio: Realidade ou mito? Uma experiência no contexto da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico* (Relatório de Estágio). Universidade dos Açores. <http://hdl.handle.net/10400.3/5653>

Menezes, A. M., Cardoso, S. C., & Silva, E. L. (2023). *A aprendizagem baseada em problemas e seu potencial mobilizador de capacidades de pensamento crítico*. *Revista Poiésis*, 17(Esp.).

<https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/view/20066>

Menezes, L., Capelo, A., Gomes, H., Abrantes, I., Ribeiro, A., Carvalho, P., Novais, A., Mendes, C., Martins, A. P., Rodrigues, D., & Gomes, C. A. (2019). *Interdisciplinaridade na formação de professores*. In A. M. Seixas (Ed.), *Atas do XIV Congresso SPCE Ciências, Culturas e Cidades* (pp. 450–459). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

<https://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/6085>

Ministério da Educação. (2004). *Organização Curricular e Programas: Ensino Básico – 1.º Ciclo* (4.ª ed.). Departamento da Educação Básica.

Ministério da Educação. (2017a). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. Direção-Geral da Educação.

Ministério da Educação. (2017b). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Direção-Geral da Educação.

Pratas, M. H. G. (2021). *A educação para a cidadania na formação de professores do ensino básico*. Primeiras Jornadas de Investigação do ISEC. <https://www.researchgate.net/publication/349029104>

Ribeiro, N., Neves, T., & Menezes, I. (2014). *Educação para a cidadania em Portugal: Contributos para analisar a sua evolução no currículo escolar português*. *Currículo sem Fronteiras*, 14(3), 12–31.

<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/78011/2/98363.pdf>

Santos, M. E. B. (Coord.). (2011). *Educação para a Cidadania: Proposta curricular para o ensino básico e secundário*. Direção-Geral da Educação. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/ed_cidadania_basico_sec_2011.pdf

pdf

Serrão, J., & Freitas, M. J. (2017). *Desafios e oportunidades da Educação para a Cidadania*. Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación, (6). <https://doi.org/10.17979/reipe.2017.0.06.2965>

Sousa, L. P. F. (2018). *Interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e multidisciplinaridade: Reflexões teóricas sobre a prática escolar* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Estadual da Paraíba. <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/17572>

Legislação

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho. (2012). *Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades nos ensinos básico e secundário*. Diário da República n.º 129/2012, Série I. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de agosto. (1989). *Aprova os planos curriculares dos ensinos básico e secundário*. Diário da República n.º 198/1989, Série I. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Decreto-Lei n.º 55/2011, de 8 de abril. (2011). *Introduz o exame de Filosofia, elimina a Área de Projeto, cria a Formação Cívica e procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2004*. Diário da República n.º 70/2011, Série I. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho. (2018). *Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens*. Diário da República n.º 129/2018, Série I. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro. (2001). *Aprova a reorganização curricular do ensino básico*. Diário da República n.º 15/2001, Série I-A. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho. (2013). *Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, que estabelece princípios orientadores da organização e gestão dos currículos e da avaliação das aprendizagens*. Diário da República n.º 131/2013, Série I. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Decreto-Lei n.º 94/2011, de 3 de agosto. (2011). *Revê a organização curricular dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, procedendo à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 6/2001*. Diário da República n.º 148/2011, Série I. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho. (2017). *Homologa o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Diário da República n.º 143/2017, Série II. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Despacho n.º 9311/2016, de 21 de julho. (2016). *Cria um Grupo de Trabalho para definir o perfil de saída dos jovens aos 18 anos de idade*. Diário da República n.º 139/2016, Série II. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Despacho normativo n.º 10-A/2015, de 19 de junho. (2015). *Organização do ano letivo*. Diário da República n.º 118/2015, Série II. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Despacho normativo n.º 10-B/2018, de 6 de julho. (2018). *Estabelece as regras da organização do ano letivo nos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e ensinos básico e secundário*. Diário da República n.º 129/2018, Série II. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro. (1986). *Lei de Bases do Sistema Educativo*. Diário da República n.º 237/1986, Série I. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Sites Institucionais

Conselho da Europa

Conselho da Europa. (2017). *Competências para uma cultura democrática: Viver juntos em igualdade em sociedades culturalmente diversas*. <https://rm.coe.int/prems-141617-prt-2508-competences-for-democratic-culture-8518-web-16x2/168098fcbf>

Conselho da Europa. (2018). *Referencial de competências para uma cultura democrática (Vol. 1)*. <https://rm.coe.int/rfcdc-por-volume-1/1680a34ab8>

Conselho da Europa. (2019). *Educação para a Cidadania Digital*. <https://rm.coe.int/16809382f9>

Conselho da Europa. (2019). *Declaração de Lisboa sobre Educação e Cidadania Global*. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/declaracao_pt.pdf

Conselho da Europa. (2016). *COMPASS: Manual para a educação para os direitos humanos com jovens*. <https://book.coe.int/en/human-rights-democratic-citizenship-and-interculturalism/8806-pdf-compass-manual-para-a-educacao-para-os-direitos-humanos-com-jovens.html>

Conselho da Europa. (2010). *Carta do Conselho da Europa sobre a educação para a cidadania democrática e a educação em direitos humanos*. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/edc_charter2_pt.pdf

Conselho da Europa. (n.d.). *Sobre nós*. <https://www.coe.int/pt/web/about-us>

Direção Geral da Educação

Direção-Geral da Educação. (2016). *Referencial – Dimensão Europeia da Educação*.
https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Dimensao_Europeia_Educacao/referencial_dimensao_europeia.pdf

Direção-Geral da Educação. (n.d.). Portal institucional. <https://www.dge.mec.pt/>

Organizações das Nações Unidas - ONU

Nações Unidas. (2015). *Transformar o nosso mundo: A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*.

<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>

Nações Unidas. (2011). *Declaração sobre educação e formação em direitos humanos*.

<https://documents.un.org/doc/undoc/ltid/g11/118/35/pdf/g1111835.pdf>

Nações Unidas. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

<https://unric.org/pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos/>

Nações Unidas. (n.d.). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*.

<https://unric.org/pt/Objetivos-de-Desenvolvimento-Sustentavel/>

Nações Unidas. (n.d.). Página institucional. <https://unric.org/pt/>

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico - OCDE

OCDE. (2024). *Education at a glance 2024*.

https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2024_c00cad36-en/full-report.html

OECD. (2020). *Education at a glance 2020: OECD indicators*.

https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2020_69096873-en.html

OCDE. (2021). *Education at a glance 2021*.

https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2021_b35a14e5-en.html

OCDE. (2018). *Education at a glance 2018*.

https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2018_eag-2018-en.html

OCDE. (n.d.). Página institucional – Portugal. <https://www.oecd.org/portugal/>

UNESCO

UNESCO. (2022). *Projeto Cidadaniar*.

<https://www.unesco.org/pt/articles/projeto-cidadaniar>

UNESCO. (2022). *Educação para a cidadania global: Manual do estudante (Unidade 1, Capítulos 1–3)*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000383602>

UNESCO. (2016). *Educação para a cidadania global: Tópicos e objetivos de aprendizagem*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244826>

UNESCO. (2015). *Educação para a cidadania global: A abordagem da UNESCO*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000371292>

UNESCO. (2015). *Educação para a cidadania global: Preparando alunos para os desafios do século XXI*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000234311>

UNESCO. (1996). *Educação: Um tesouro a descobrir*. <https://unesdoc.unesco.org/search/N-EXPLORE-b690a82e-29a6-4fe7-a828-54984c32ef7e>

UNESCO. (n.d.). Página institucional. <https://www.unesco.org/en>

UNICEF

UNICEF. (2023). *Manual para as escolas pelos direitos das crianças*. <https://escolas.unicef.pt/wp-content/uploads/2023/02/Participacao-Infantil-Manual-para-as-Escolas.pdf>

UNICEF. (2021). *Relatório anual – Educação*. <https://www.unicef.org/brazil/media/19061/file/UNI50-RA2021.pdf>

UNICEF. (2020). *Relatório anual UNICEF 2020*. <https://www.unicef.org/reports/unicef-annual-report-2020>

UNICEF. (1989/2019). *Convenção sobre os Direitos das Crianças*. <https://cidadania.dge.mec.pt/direitos-humanos/direitos-da-crianca>

UNICEF. (n.d.). Página institucional. <https://www.unicef.pt>

União Europeia

União Europeia. (2022). *Resolução do Parlamento Europeu sobre a aplicação de medidas de educação para a cidadania*. https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2022-0114_PT.html

https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2022-0114_PT.html

União Europeia – Rede Eurydice. (2017). *A educação para a cidadania nas escolas da Europa*. <https://op.europa.eu/pt/publication-detail/-/publication/6b50c5b0-d651-11e7-a506-01aa75ed71a1>

União Europeia. (n.d.). Página institucional. https://european-union.europa.eu/index_pt

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo A - Entrevistas Docentes.....	111
Entrevista nº 1.....	111
Entrevista nº 2.....	116
Entrevista nº 3.....	121
Entrevista nº 4.....	128
Entrevista nº 5.....	133
Entrevista nº 6.....	137
Anexo B - Entrevista da Coordenadora de Departamento.....	142
Anexo C - Análise Interpretativa das Convergências, Divergências e Oportunidades de Melhoria - Entrevistas.....	148
Anexo D - A Multidisciplinaridade, a Pluridisciplinaridade, a Interdisciplinaridade e a Transdisciplinaridade na Educação para a Cidadania no 1º Ciclo.....	155

Anexo A - Entrevistas Docentes

Entrevista nº 1

Entrevista sobre Educação para a Cidadania no 1º Ciclo - Docente Pré - Escolar

Objetivo Geral: Explorar a implementação, eficácia e desafios da educação para a cidadania no 1º ciclo do ensino básico, entendendo as perspetivas dos docentes e educadores.

Objetivos Específicos:

1. Compreender como os docentes integram a educação para a cidadania no currículo.
2. Identificar os conteúdos e temas mais abordados na educação para a cidadania.
3. Avaliar as metodologias utilizadas pelos docentes.
4. Explorar os desafios e as estratégias para a eficácia do ensino da cidadania.

Docente: Pré-escolar

Gênero: F

Idade:43

Conteúdos da Entrevista:

1. Introdução:

- Apresentação do entrevistador e explicação do propósito da entrevista.
- Explicação sobre a confidencialidade e anonimato das respostas.

2. Questões sobre Preparação e Planeamento:

○ Integração no Currículo:

- Como a educação para a cidadania está integrada no seu plano de ensino?
- *A educação para a faz parte integrante das OCEPE e como tal é uma área desenvolvida diariamente no decorrer do tempo letivo e não letivo. Ocorre de forma espontânea quando cumprem regras que já estão interiorizadas e são lembradas sempre que existe tal necessidade. Por outro lado, sempre que surge*

interesse quer da criança quer da educadora são abordados os temas de forma estruturada. Quando a Criança é sujeito e agente da construção do seu conhecimento está a ser-lhe dada uma vivência de cidadania, ao serem respeitados os seus direitos de cidadania, que lhe são reconhecidos pela convenção dos direitos da criança (1989).

- Existe uma política ou orientação específica da escola sobre a educação para a cidadania?

Sim existe.

- **Recursos e Materiais:**

- Que recursos e materiais didáticos utiliza para ensinar cidadania?
- *Tabelas orientadoras; calendários, votações; audiovisuais, mas essencialmente atitudes e ações pois a cidadania é algo que se vai introrsando espontaneamente.*
- Utiliza recursos externos ou colaborações com organizações?

Sim, sempre que é possível reunir condições para tal.

3. Questões sobre Conteúdos:

- **Temas Abordados:**

- Quais são os principais temas de cidadania que aborda com os seus alunos? (ex.: direitos humanos, sustentabilidade, diversidade, etc.)
- *Vida democrática, direitos humanos, a diferença, diversidade cultural.*
- Como seleciona os temas a serem tratados nas suas aulas?
Os temas surgem do interesse da criança, de uma situação desencadeadora ou de alguma provocação sentida por parte da comunidade educativa.

Atualização dos Conteúdos:

- Com que frequência atualiza os conteúdos de cidadania?
Não tenho uma frequência rígida. Tento estar sempre o mais atualizada possível.
- Como se mantém informado sobre novos temas e abordagens em educação para a cidadania?

Através de literatura científica.

4. Questões sobre Metodologias de Ensino:

○ Métodos Utilizados:

- Que métodos de ensino utiliza para promover a cidadania? (ex.: debates, projetos, atividades práticas, etc.)

Debate, Projetos, Atividades práticas, Construção de painéis, entre outros.

- Pode descrever uma atividade ou projeto de sucesso relacionado com a cidadania?

A propósito do Dia da Criança, para perceberem o porquê da comemoração de tal dia, foi feita a construção de um livro com imagens reais ilustrativas de cada direito da criança. Nesse sentido foram promovidos conversas/debates com as crianças a propósito de cada direito. Foram envolvidas as famílias e a comunidade envolvente, realizadas visitas ao exterior.

○ Envolvimento dos Alunos:

- Como promove o envolvimento ativo dos alunos nas atividades de cidadania?

O envolvimento das crianças é feito pelas próprias crianças enquanto construtoras do conhecimento. São as próprias que se envolvem e querem sempre trazer mais para partilhar com os demais e assim se sentirem parte integrante e orgulhosa da construção do saber.

- Que estratégias utiliza para incentivar a participação e o pensamento crítico dos alunos?

- *Com a exposição de trabalhos e criações. Dando a palavra a cada um e por vezes, com a realização de entrevistas gravadas a cada criança que depois são visualizadas por todos e debatidas.*

5. Questões sobre Desafios e Eficácia:

○ Desafios:

- Quais são os principais desafios que enfrenta ao ensinar cidadania?

Estar atualizada sobre determinadas temáticas, essencialmente culturais, trazidas para a escola pelas crianças.

- Como lida com a resistência ou falta de interesse dos alunos?
Procuro encontrar estratégias mais motivadoras, que vão ao encontro do interesse da criança. Se no grupo, a atividade mais motivadora é a expressão dramática, fazer uma dramatização à cerca do tema que está a ser mais difícil de cativar o interesse. E aproveitar outras estratégias para temáticas pelas quais nutrem maior interesse.

○ **Eficácia:**

- Como avalia a eficácia do ensino da cidadania no desenvolvimento dos alunos?
Pela forma como as crianças vão modificando o seu comportamento e colocando em prática novos conceitos.
- Que indicadores utiliza para medir o impacto das aulas de cidadania?
Não respondeu.

6. Questões sobre Impacto e Desenvolvimento Pessoal:

○ **Impacto nos Alunos:**

- Pode dar exemplos de mudanças observadas nos alunos devido às aulas de cidadania?
- *Cumprimento de regras sociais (esperar a vez); quando respeitam cada indivíduo como ser único e o respeitam.*
- Como os alunos aplicam os conhecimentos de cidadania fora da escola?
Quando transmitem pelo exemplo, com atitudes, e pela palavra.

○ **Desenvolvimento Profissional:**

- Que formação ou desenvolvimento profissional recebeu em educação para a cidadania?
Até à data não fiz formação profissional e creditada, nesta área.
- O que gostaria de aprender mais para melhorar a sua prática de ensino em cidadania?
Fazer formação com abordagem à criação de materiais de suporte para desenvolvimento destas temáticas.

7. Questões sobre Colaboração e Suporte:

- **Colaboração com Colegas:**
 - Trabalha em colaboração com outros docentes para planear e implementar atividades de cidadania?
 - *Sim*
 - Como é a comunicação e partilha de boas práticas entre os docentes?
 - *Surgem espontaneamente em conversas informais, e também por partilha nas reuniões de departamento.*
- **Suporte Institucional:**
 - Que tipo de suporte recebe da direção da escola ou de outras entidades para ensinar cidadania?
 - *Não respondeu.*
 - Que melhorias sugeriria para apoiar melhor os docentes na educação para a cidadania?
Envolvimento em projetos transversais de grupo e níveis de ensino, com temáticas específicas de cidadania.
 - Sabe quais são os temas que devem ser abordados na Educação para a Cidadania, segundo o Ministério da Educação?
Sim, há linhas orientadoras de educação para a cidadania na página da DGAE.
 - Já alguma vez consultou na página da Direção Geral de Educação os documentos de referência sobre a Educação para a Cidadania?
Sim, frequentemente.

8. Conclusão:

- Pergunta final aberta: Há mais alguma coisa que gostaria de acrescentar sobre a educação para a cidadania no 1º ciclo?
 - *Não tenho opinião formada por não ser o meu grupo.*
- Agradecimento pela participação e tempo dedicado à entrevista.
- Reafirmação da importância das suas respostas para o estudo.

Entrevista nº 2

Entrevista sobre Educação para a Cidadania no 1º Ciclo - Docentes 1º Ciclo

Objetivo Geral: Explorar a implementação, eficácia e desafios da educação para a cidadania no 1º ciclo do ensino básico, entendendo as perspetivas dos docentes e educadores.

Objetivos Específicos:

1. Compreender como os docentes integram a educação para a cidadania no currículo.
2. Identificar os conteúdos e temas mais abordados na educação para a cidadania.
3. Avaliar as metodologias utilizadas pelos docentes.
4. Explorar os desafios e as estratégias para a eficácia do ensino da cidadania.

Docente: 1º Ciclo - com turma 1º ano

Gênero: F

Idade: 52

Conteúdos da Entrevista:

1 . Introdução:

- Apresentação do entrevistador e explicação do propósito da entrevista.
- Explicação sobre a confidencialidade e anonimato das respostas.

2 . Questões sobre Preparação e Planeamento:

- **Integração no Currículo:**
 - Como a educação para a cidadania está integrada no seu plano de ensino?
 - *É uma disciplina transversal a todas as outras porque apela à reflexão e à ação sobre os problemas de cada um e da sociedade. Contribui para formar alunos como pessoas responsáveis, solidárias, e que conheçam os seus direitos e deveres.*
 - Existe uma política ou orientação específica da escola sobre a educação para a cidadania?

- *Sim ,transversal a todas as disciplinas, visto existir diferentes culturas na nossa escola, a educação intercultural, educação para a saúde.*
- **Recursos e Materiais:**
 - Que recursos e materiais didáticos utiliza para ensinar cidadania?
 - *A vivência da escola alargada a comunidade escolar em parceria com as famílias, dia da alimentação, dia da família, dia da criança...*
 - Utiliza recursos externos ou colaborações com organizações?
 - *Sim, a Escola Segura, APPACDM, Farmácia, Centro de Saúde.*

3. Questões sobre Conteúdos:

- **Temas Abordados:**
 - Quais são os principais temas de cidadania que aborda com os seus alunos? (ex.: direitos humanos, sustentabilidade, diversidade, etc.)
 - *Direitos humanos, valores de igualdade, educação rodoviária, educação intercultural, educação para a saúde..*
 - Como seleciona os temas a serem tratados nas suas aulas?
 - *Principalmente através dos conteúdos abordados em estudo do Meio , na comemoração de datas relevantes –e em assuntos propostos pelos alunos.*
- **Atualização dos Conteúdos:**
 - Com que frequência atualiza os conteúdos de cidadania?
 - *Sempre que se justifique.*
 - Como se mantém informado sobre novos temas e abordagens em educação para a cidadania?
 - *Através do programa.*

4. Questões sobre Metodologias de Ensino:

- **Métodos Utilizados:**
 - Que métodos de ensino utiliza para promover a cidadania? (ex.: debates, projetos, atividades práticas, etc.)
 - *Entrevistas, visitas , projetos.*

- Pode descrever uma atividade ou projeto de sucesso relacionado com a cidadania?
- *Dia da Alimentação-Festival da Sopas-, toda a comunidade educativa participou com sopas de diversas culturas.*
- **Envolvimento dos Alunos:**
 - Como promove o envolvimento ativo dos alunos nas atividades de cidadania?
 - *Promovendo debates sobre o tema.*
 - Que estratégias utiliza para incentivar a participação e o pensamento crítico dos alunos?
 - *Diálogos, debates...*

5. Questões sobre Desafios e Eficácia:

- **Desafios:**
 - Quais são os principais desafios que enfrenta ao ensinar cidadania?
 - *A integração de diferentes raças e culturas.*
 - Como lida com a resistência ou falta de interesse dos alunos?
 - *Através de vídeos e diálogo.*
- **Eficácia:**
 - Como avalia a eficácia do ensino da cidadania no desenvolvimento dos alunos?
 - *Para serem melhores seres humanos.*
 - Que indicadores utiliza para medir o impacto das aulas de cidadania?
 - *Debates e atitudes.*

6. Questões sobre Impacto e Desenvolvimento Pessoal:

- **Impacto nos Alunos:**
 - Pode dar exemplos de mudanças observadas nos alunos devido às aulas de cidadania?
 - *As atitudes relativamente a alguns assuntos do dia a dia.*
 - Como os alunos aplicam os conhecimentos de cidadania fora da escola?
 - *Muitas das vezes alertando os pais para certas situações, tais como a reciclagem por exemplo.*

○ **Desenvolvimento Profissional:**

- Que formação ou desenvolvimento profissional recebeu em educação para a cidadania?
- *Nenhuma.*
- O que gostaria de aprender mais para melhorar a sua prática de ensino em cidadania?
- *Mais formação.*

7. Questões sobre Colaboração e Suporte:

○ **Colaboração com Colegas:**

- Trabalha em colaboração com outros docentes para planear e implementar atividades de cidadania?
- *Sim, projeto de escola.*
- Como é a comunicação e partilha de boas práticas entre os docentes?
- *Boa.*

○ **Suporte Institucional:**

- Que tipo de suporte recebe da direção da escola ou de outras entidades para ensinar cidadania?
- *Material e atividades propostas por algumas entidades nomeadamente CMS.*
- Que melhorias sugeriria para apoiar melhor os docentes na educação para a cidadania?
- *Mais projetos.*
- Sabe quais são os temas que devem ser abordados na Educação para a Cidadania, segundo o Ministério da Educação?
- *Ambiente, Educação sexual, igualdade de género.*
- Já alguma vez consultou na página da Direção Geral de Educação os documentos de referência sobre a Educação para a Cidadania?
- *Sim.*

8. Conclusão:

- Pergunta final aberta: Há mais alguma coisa que gostaria de acrescentar sobre a educação para a cidadania no 1º ciclo?
 - *Não.*

- Agradecimento pela participação e tempo dedicado à entrevista.
- Reafirmação da importância das suas respostas para o estudo.

Entrevista nº 3

Entrevista sobre Educação para a Cidadania no 1º Ciclo - Docente 1º Ciclo

Objetivo Geral: Explorar a implementação, eficácia e desafios da educação para a cidadania no 1º ciclo do ensino básico, entendendo as perspetivas dos docentes e educadores.

Objetivos Específicos:

1. Compreender como os docentes integram a educação para a cidadania no currículo.
2. Identificar os conteúdos e temas mais abordados na educação para a cidadania.
3. Avaliar as metodologias utilizadas pelos docentes.
4. Explorar os desafios e as estratégias para a eficácia do ensino da cidadania.

Docente :1º Ciclo 3º/4º anos

Gênero: F

Idade: 45

Conteúdos da Entrevista:

1.Introdução: o Apresentação do entrevistador e explicação do propósito da entrevista. o Explicação sobre a confidencialidade e anonimato das respostas.

2.Questões sobre Preparação e Planeamento: o **Integração no Currículo:**

- Como a educação para a cidadania está integrada no seu plano de ensino?
- *A educação para a Cidadania está integrada, diariamente, no meu plano de ensino, de forma transversal a todas as disciplinas. Pois, temos uma grande diversidade de ritmos e níveis de aprendizagem, de nacionalidades e de culturas na nossa sala de aula.*
- Existe uma política ou orientação específica da escola sobre a educação para a cidadania?

- *Sim, existe o “Plano de Autonomia e Flexibilidade Curricular”, disponibilizado na página do agrupamento, no qual está*
- *especificado no ponto 5, a operacionalização da Educação para a Cidadania em todos os ciclos do Ensino Básico.*
- **Recursos e Materiais:**
 - Que recursos e materiais didáticos utiliza para ensinar cidadania?
 - *Utilizo os recursos humanos e materiais existentes na escola: pc, vídeos existentes na Net, quizz, jogos/atividades do desenvolvimento pessoal, manuais, fichas de trabalho, alunos, docentes e técnicos da escola/ agrupamento...*
 - Utiliza recursos externos ou colaborações com organizações?
 - *Sim, nomeadamente os técnicos do Serviço de Psicologia e Orientação do Agrupamento, as Ofertas Educativas do Município, promovidas pela Deco Jovem, pela Escola Segura, Proteção Civil e pelo CRI do Ribatejo, entre outras.*

3. Questões sobre Conteúdos: Temas Abordados:

- Quais são os principais temas de cidadania que aborda com os seus alunos? (exp: direitos humanos, sustentabilidade, diversidade, etc.)
- *Os principais temas que abordo com os meus alunos são: Direitos Humanos (Direitos e Deveres); a Igualdade de Género; a Interculturalidade (diversidade cultural e religiosa); a Educação Ambiental; a Saúde (promoção da saúde, saúde pública, alimentação, exercício físico); Literacia financeira e Educação Para o Consumo; a Segurança rodoviária e o Bem-estar Animal.*
- Como seleciona os temas a serem tratados nas suas aulas?
- *Seleciono os temas a serem tratados nas aulas, articulando-os com os restantes conteúdos que estão a ser trabalhados em sala de aula e/ou de acordo com os acontecimentos que vão ocorrendo no quotidiano.*
- **Atualização dos Conteúdos:**
 - Com que frequência atualiza os conteúdos de cidadania?

- *Não existe uma frequência estática, há conteúdos que se vão repetindo várias vezes ao longo do ano, de acordo com o que vai acontecendo no nosso dia-a-dia.*
- Como se mantém informado sobre novos temas e abordagens em educação para a cidadania?
- *Nós, os docentes, temos essa “obrigação” de nos irmos “reciclando” sempre que saem novas orientações curriculares ou existem novas formações, o que vão originando novos recursos didáticos, quer em sites oficiais do MECI ou em sites de partilha*
- *elaborados por outros.*

4 . Questões sobre Metodologias de Ensino:

- **Métodos Utilizados:**
 - Que métodos de ensino utiliza para promover a cidadania? (ex.: debates, projetos, atividades práticas, etc.)
 - *Debates, trabalhos de grupo com pesquisa de determinados temas e sua apresentação à turma.*
 - Pode descrever uma atividade ou projeto de sucesso relacionado com a cidadania?
 - *Sim, há alguns anos, à 6f, fazia sempre a Assembleia de Turma com os meus alunos, na qual eram debatidos todos os assuntos da semana e onde eram deixadas, por escrito, as tomadas de decisão e os desejos para a semana seguinte. Tudo era registado numa ata. O delegado de turma era o Presidente da reunião, o subdelegado o secretário. Na 1ª sessão eram definidos os cargos e era elaborado uma espécie de acordo/ contrato de aprendizagem com todos os alunos, onde cada um assumiria a responsabilidade dos seus atos ao longo do ano... Uma espécie de comprometimento em que cada um se estava a responsabilizar por cumprir as Regras de Funcionamento de Sala de aula/ Escola para que conseguissem adquirir as aprendizagens e obter bons resultados escolares. Não menosprezando as atitudes a ter com os pares e adultos da escola.*
- **Envolvimento dos Alunos:**

- Como promove o envolvimento ativo dos alunos nas atividades de cidadania?
- *Tentando sempre motivá-los para a importância que cada atividade vai ter no seu dia-a-dia, seja a curto ou a longo prazo, não só para eles como para todos os que estão à nossa volta.*
- Que estratégias utiliza para incentivar a participação e o pensamento crítico dos alunos?
- *Utilizo a cooperação, o trabalho a pares ou em grupo, de acordo com as dificuldades e/ou capacidades dos elementos do grupo, pois temos que respeitar a Educação Inclusiva e o recurso ao computador com a implementação do projeto de sala de aula “O PC vai à Escola”, um dia por semana, todas as semanas.*

5. Questões sobre Desafios e Eficácia:

- **Desafios:**
 - Quais são os principais desafios que enfrenta ao ensinar cidadania?
 - *Com os alunos mais velhos, o facto de dizerem que é sempre a mesma coisa e que não vêm a necessidade de estarmos a trabalhar estes temas que já conhecem.*
 - Como lida com a resistência ou falta de interesse dos alunos?
 - *Tentando alertá-los que é muito fácil na teoria, pois todos ou quase todos sabem em teoria o que se deve fazer em determinadas situações. Porém, no que toca às atitudes do dia-a-dia não é isso que vemos. Pois, o que acabamos por perceber é que sabem tudo em teoria, mas nem sempre se aplica na prática: a tolerância, o respeito pelo outro e/ou pelas diferenças.*
- **Eficácia:**
 - Como avalia a eficácia do ensino da cidadania no desenvolvimento dos alunos?
 - *Acho que é sempre bom, pois sempre fica alguma “sementinha”...*
 - Que indicadores utiliza para medir o impacto das aulas de cidadania?

- *O nível de conflitos que vai acontecendo diariamente, o mapa dos comportamentos e através da observação direta, ao nível do diálogo e conversação entre os alunos.*

6. Questões sobre Impacto e Desenvolvimento Pessoal:

- **Impacto nos Alunos:**
 - *Pode dar exemplos de mudanças observadas nos alunos devido às aulas de cidadania?*
 - *Ao nível da tolerância, na igualdade de géneros, ao nível da gestão financeira, o dinheiro que dizem guardar no mealheiro e aquele que gastam, na Literacia Financeira...*
 - *Como os alunos aplicam os conhecimentos de cidadania fora da escola?*
 - *O único feedback que me chegou pelos pais/ EE foi aquele relacionado com a gestão do dinheiro do seu mealheiro.*
- **Desenvolvimento Profissional:**
 - *Que formação ou desenvolvimento profissional recebeu em educação para a cidadania?*
 - *Sou autodidata, apenas o que vou lendo e que me faz sentido partilhar e ensinar aos meus alunos para que todos possamos contribuir para uma sociedade mais justa e equilibrada.*
 - *O que gostaria de aprender mais para melhorar a sua prática de ensino em cidadania?*
 - *Talvez fazer uma formação, onde possa aprender outro tipo de estratégias ou projetos para continuar a trabalhar estes temas de forma mais atrativa e com melhores resultados.*

7. Questões sobre Colaboração e Suporte:

- **Colaboração com Colegas:**
 - *Trabalha em colaboração com outros docentes para planear e implementar atividades de cidadania?*
 - *Sim, normalmente, trabalho sempre em colaboração e articulação com os meus colegas de subdepartamento e de Escola para implementar estas e outras atividades.*
 - *Como é a comunicação e partilha de boas práticas entre os docentes?*

- *A comunicação e a partilha entre nós, como já referi anteriormente, faz parte do nosso quotidiano.*
- **Suporte Institucional:**
 - Que tipo de suporte recebe da direção da escola ou de outras entidades para ensinar cidadania?
 - *Temos os projetos a que aderimos, a documentação existente e a plataforma da Escola Virtual, paga pelo município, a todos os alunos, no início do ano escolar.*
 - Que melhorias sugeriria para apoiar melhor os docentes na educação para a cidadania?
 - *Talvez a formação adequada ao nosso ciclo de ensino, com estratégias diferenciadas e diversificadas para motivar os alunos.*
 - Sabe quais são os temas que devem ser abordados na Educação para a Cidadania, segundo o Ministério da Educação?
 - *Sim, pelo menos, aqueles que são abordados com mais frequência no meu ciclo de ensino.*
 - Já alguma vez consultou na página da Direção Geral de Educação os documentos de referência sobre a Educação para a Cidadania?
 - *Sim, já consultei e consulto sempre que é necessário esclarecer alguma dúvida.*
 - Sabe quais são os temas que devem ser abordados na Educação para a Cidadania, segundo o Ministério da Educação?
 - *Sim, pelo menos, aqueles que são abordados com mais frequência no meu ciclo de ensino.*
 - Já alguma vez consultou na página da Direção Geral de Educação os documentos de referência sobre a Educação para a Cidadania?
 - *Sim, já consultei e consulto sempre que é necessário esclarecer alguma dúvida.*

8. Conclusão:

- Pergunta final aberta: Há mais alguma coisa que gostaria de acrescentar sobre a educação para a cidadania no 1º ciclo?

- *Sim, gostaria que não fosse só mais uma disciplina para trabalhar de forma transversal, pois com tantos temas a serem trabalhados acabamos por ficar com pouco tempo para os conseguir consolidar.*
- Agradecimento pela participação e tempo dedicado à entrevista.
- Reafirmação da importância das suas respostas para o estudo.

Entrevista nº 4

Entrevista sobre Educação para a Cidadania no 1º Ciclo - Docente 1º Ciclo

Objetivo Geral: Explorar a implementação, eficácia e desafios da educação para a cidadania no 1º ciclo do ensino básico, entendendo as perspetivas dos docentes e educadores.

Objetivos Específicos:

1. Compreender como os docentes integram a educação para a cidadania no currículo.
2. Identificar os conteúdos e temas mais abordados na educação para a cidadania.
3. Avaliar as metodologias utilizadas pelos docentes.
4. Explorar os desafios e as estratégias para a eficácia do ensino da cidadania.

Docente: 1º Ciclo - 4.º ano

Gênero: F

Idade: 46

Conteúdos da Entrevista:

1. Introdução:

- Apresentação do entrevistador e explicação do propósito da entrevista.
- Explicação sobre a confidencialidade e anonimato das respostas.

2. Questões sobre Preparação e Planeamento:

- **Integração no Currículo:**
 - Como a educação para a cidadania está integrada no seu plano de ensino?
A educação para a Cidadania constitui uma disciplina transversal a todas as outras na medida em que os valores, direitos e deveres dos cidadãos são abordados diariamente. Integra também a disciplina de Oferta Complementar.
 - Existe uma política ou orientação específica da escola sobre a educação para a cidadania?
 - *Sim.*
- **Recursos e Materiais:**

- Que recursos e materiais didáticos utiliza para ensinar cidadania?

Exposição oral /debate sobre diferentes assuntos/visualização de vídeos e filmes

- Utiliza recursos externos ou colaborações com organizações?
Sim.

3. Questões sobre Conteúdos:

○ Temas Abordados:

- Quais são os principais temas de cidadania que aborda com os seus alunos? (ex.: direitos humanos, sustentabilidade, diversidade, etc.)

Bullying /Respeito pela diferença / Tolerância

- Como seleciona os temas a serem tratados nas suas aulas?
Atendendo às necessidades dos alunos / turma.

○ Atualização dos Conteúdos:

- Com que frequência atualiza os conteúdos de cidadania?
Semanalmente.
- Como se mantém informado sobre novos temas e abordagens em educação para a cidadania?

Pesquisando na internet

4. Questões sobre Metodologias de Ensino:

○ Métodos Utilizados:

- Que métodos de ensino utiliza para promover a cidadania? (ex.: debates, projetos, atividades práticas, etc.)

Debates e realização de jogos que envolvam a partilha e participação entre pares.

- Pode descrever uma atividade ou projeto de sucesso relacionado com a cidadania?

Projeto "Prevenção dos comportamentos aditivos e dependências" - técnicos do CRI do Ribatejo.

○ Envolvimento dos Alunos:

- Como promove o envolvimento ativo dos alunos nas atividades de cidadania?

Incentivando cada um dos alunos a colaborar e a ajudar o próximo.

- Que estratégias utiliza para incentivar a participação e o pensamento crítico dos alunos?

Partilhando com os alunos situações/dilemas do dia a dia que conduzam à discussão e ao debate de ideias.

5. Questões sobre Desafios e Eficácia:

○ **Desafios:**

- Quais são os principais desafios que enfrenta ao ensinar cidadania?

Consciencializar os pais/EE para a necessidade de educar os seus educandos em conformidade com os valores de respeito pelo próximo.

- Como lida com a resistência ou falta de interesse dos alunos?

Tento aplicar estratégias que os motivem para os diferentes assuntos, tais como o jogo didático.

○ **Eficácia:**

- Como avalia a eficácia do ensino da cidadania no desenvolvimento dos alunos?

Não consigo avaliar, uma vez que essa eficácia só poderá ser observada mais tarde. A aquisição de valores e princípios só na fase adulta poderão ser observados.

- Que indicadores utiliza para medir o impacto das aulas de cidadania?

A Observação direta dos alunos e o grau de participação dos mesmos nas aulas.

6. Questões sobre Impacto e Desenvolvimento Pessoal:

○ **Impacto nos Alunos:**

- Pode dar exemplos de mudanças observadas nos alunos devido às aulas de cidadania?

Maior tolerância relativamente a situações conflituosas que poderiam desencadear agressão física.

- Como os alunos aplicam os conhecimentos de cidadania fora da escola?

Não consigo avaliar.

○ **Desenvolvimento Profissional:**

- Que formação ou desenvolvimento profissional recebeu em educação para a cidadania?

Formação enquanto disciplina obrigatória na minha formação académica.

- O que gostaria de aprender mais para melhorar a sua prática de ensino em cidadania?

Maior diversidade de estratégias em situações de conflito (gerir conflitos)

7. Questões sobre Colaboração e Suporte:

○ **Colaboração com Colegas:**

- Trabalha em colaboração com outros docentes para planear e implementar atividades de cidadania?

Não.

- Como é a comunicação e partilha de boas práticas entre os docentes?

É realizada diariamente entre pares de forma a resolver situações conflituosas atempadamente.

○ **Suporte Institucional:**

- Que tipo de suporte recebe da direção da escola ou de outras entidades para ensinar cidadania?

Sempre que necessário são-nos transmitidas orientações.

- Que melhorias sugeriria para apoiar melhor os docentes na educação para a cidadania?

Não se aplica.

- Sabe quais são os temas que devem ser abordados na Educação para a Cidadania, segundo o Ministério da Educação?

Sim.

- Já alguma vez consultou na página da Direção Geral de Educação os documentos de referência sobre a Educação para a Cidadania?

- *Sim.*

8. Conclusão:

- Pergunta final aberta: Há mais alguma coisa que gostaria de acrescentar sobre a educação para a cidadania no 1º ciclo?
- *Nada a referir.*
- Agradecimento pela participação e tempo dedicado à entrevista.
- Reafirmação da importância das suas respostas para o estudo.

Entrevista nº 5

Entrevista sobre Educação para a Cidadania no 1º Ciclo - Docente Apoio Educativo

Objetivo Geral: Explorar a implementação, eficácia e desafios da educação para a cidadania no 1º ciclo do ensino básico, entendendo as perspetivas dos docentes e educadores.

Objetivos Específicos:

1. Compreender como os docentes integram a educação para a cidadania no currículo.
2. Identificar os conteúdos e temas mais abordados na educação para a cidadania.
3. Avaliar as metodologias utilizadas pelos docentes.
4. Explorar os desafios e as estratégias para a eficácia do ensino da cidadania.

Docente: 1º Ciclo / Apoio Educativo

Gênero: F

Idade: 64

Conteúdos da Entrevista:

1. **Introdução:**
 - Apresentação do entrevistador e explicação do propósito da entrevista.
 - Explicação sobre a confidencialidade e anonimato das respostas.
2. **Questões sobre Preparação e Planeamento:**
 - **Integração no Currículo:**
 - Como a educação para a cidadania está integrada no seu plano de ensino?
 - *Através da prática pedagógica.*
 - Existe uma política ou orientação específica da escola sobre a educação para a cidadania?
 - *Sim*
 - **Recursos e Materiais:**

- Que recursos e materiais didáticos utiliza para ensinar cidadania?
- *Manuais escolares , quando interativo, diálogo , alguns jogos etc...*
- Utiliza recursos externos ou colaborações com organizações?
- *Não*

3. Questões sobre Conteúdos:

- **Temas Abordados:**
 - Quais são os principais temas de cidadania que aborda com os seus alunos? (ex.: direitos humanos, sustentabilidade, diversidade, etc.)
 - *Direitos humanos, sustentabilidade, proteção animal etc... todos os contemplados no currículo.*
 - Como seleciona os temas a serem tratados nas suas aulas?
 - *Normalmente seguindo a ordem dos manuais ou de acordo com a planificação.*
- **Atualização dos Conteúdos:**
 - Com que frequência atualiza os conteúdos de cidadania?
 - *Há temas que são abordados quase diariamente, conforme a sua pertinência.*
 - Como se mantém informado sobre novos temas e abordagens em educação para a cidadania?
 - *Pesquisando.*

4. Questões sobre Metodologias de Ensino:

- **Métodos Utilizados:**
 - Que métodos de ensino utiliza para promover a cidadania? (ex.: debates, projetos, atividades práticas, etc.)
 - *Normalmente debates, projetos e atividades práticas.*
 - Pode descrever uma atividade ou projeto de sucesso relacionado com a cidadania?
 - *Recolha de lixo na escola, por exemplo.*
- **Envolvimento dos Alunos:**
 - Como promove o envolvimento ativo dos alunos nas atividades de cidadania?

- *Dando exemplo.*
- Que estratégias utiliza para incentivar a participação e o pensamento crítico dos alunos?
- *Através de debates.*

5. Questões sobre Desafios e Eficácia:

○ **Desafios:**

- Quais são os principais desafios que enfrenta ao ensinar cidadania?
- *Envolvimento dos alunos.*
- Como lida com a resistência ou falta de interesse dos alunos?
- *Há sempre alunos com pouco interesse, então é necessário aplicar outras estratégias para lhes despertar o interesse.*

○ **Eficácia:**

- Como avalia a eficácia do ensino da cidadania no desenvolvimento dos alunos?
- *Importante para o seu desenvolvimento pessoal e social.*
- Que indicadores utiliza para medir o impacto das aulas de cidadania?
- *Depende dos temas.*

6. Questões sobre Impacto e Desenvolvimento Pessoal:

○ **Impacto nos Alunos:**

- Pode dar exemplos de mudanças observadas nos alunos devido às aulas de cidadania?
- *Mais sensibilidade aos temas abordados.*
- Como os alunos aplicam os conhecimentos de cidadania fora da escola?
- *Não tenho esse conhecimento.*

○ **Desenvolvimento Profissional:**

- Que formação ou desenvolvimento profissional recebeu em educação para a cidadania?
- *Muitas coisas são do senso comum outras através de pesquisas.*
- O que gostaria de aprender mais para melhorar a sua prática de ensino em cidadania?

- *Estamos sempre a aprender.*

7. Questões sobre Colaboração e Suporte:

○ **Colaboração com Colegas:**

- Trabalha em colaboração com outros docentes para planear e implementar atividades de cidadania?
- *Sim*
- Como é a comunicação e partilha de boas práticas entre os docentes?
- *Através de materiais e ideias partilhadas.*

○ **Suporte Institucional:**

- Que tipo de suporte recebe da direção da escola ou de outras entidades para ensinar cidadania?
- *Algumas Informações através de cartazes , sites a consultar e alguma formação.*
- Que melhorias sugeriria para apoiar melhor os docentes na educação para a cidadania?
- *Mais formação.*
- Sabe quais são os temas que devem ser abordados na Educação para a Cidadania, segundo o Ministério da Educação?
- *Os que estão no currículo.*
- Já alguma vez consultou na página da Direção Geral de Educação os documentos de referência sobre a Educação para a Cidadania?
- *Não*

8. Conclusão:

- Pergunta final aberta: Há mais alguma coisa que gostaria de acrescentar sobre a educação para a cidadania no 1º ciclo?
 - *Não*
- Agradecimento pela participação e tempo dedicado à entrevista.
- Reafirmação da importância das suas respostas para o estudo.

Entrevista nº 6

Entrevista sobre Educação para a Cidadania no 1ºCiclo - Docente Educação Especial

Objetivo Geral: Explorar a implementação, eficácia e desafios da educação para a cidadania no 1º ciclo do ensino básico, entendendo as perspetivas dos docentes e educadores.

Objetivos Específicos:

1. Compreender como os docentes integram a educação para a cidadania no currículo.
2. Identificar os conteúdos e temas mais abordados na educação para a cidadania.
3. Avaliar as metodologias utilizadas pelos docentes.
4. Explorar os desafios e as estratégias para a eficácia do ensino da cidadania.

Docente: Educação Especial

Gênero: F

Idade:48

Conteúdos da Entrevista:

1. **Introdução:**
 - Apresentação do entrevistador e explicação do propósito da entrevista.
 - Explicação sobre a confidencialidade e anonimato das respostas.
2. **Questões sobre Preparação e Planeamento:**
 - **Integração no Currículo:**
 - Como a educação para a cidadania está integrada no seu plano de ensino?
 - *Eu diria que na minha prática educativa a educação para a cidadania está contemplada nas práticas diárias, quer sejam nas atividades letivas ou não letivas.*
 - Existe uma política ou orientação específica da escola sobre a educação para a cidadania?
 - *Sim no projeto educativo do agrupamento.*

- **Recursos e Materiais:**

- Que recursos e materiais didáticos utiliza para ensinar cidadania?
- *Utilizo alguns recursos áudio, vídeos sobre a temática, jogos e conversas sempre que seja oportuno e enquadrado em situações diárias.*
- Utiliza recursos externos ou colaborações com organizações?
- *Sim, sempre que possível recursos da comunidade.*

3. **Questões sobre Conteúdos:**

- **Temas Abordados:**

- Quais são os principais temas de cidadania que aborda com os seus alunos? (ex.: direitos humanos, sustentabilidade, diversidade, etc.)
- *Tolerância, não discriminação, igualdade, interajuda,*
- Como seleciona os temas a serem tratados nas suas aulas?
- *Como sou docente de educação especial acabo por lecionar os temas quando propostos pelo docente titular e nos apoios de ADCE.*

- **Atualização dos Conteúdos:**

- Com que frequência atualiza os conteúdos de cidadania?
- *Diariamente.*
- Como se mantém informado sobre novos temas e abordagens em educação para a cidadania?
- *Através das notícias, explorar recursos educativos....*

4. **Questões sobre Metodologias de Ensino:**

- **Métodos Utilizados:**

- Que métodos de ensino utiliza para promover a cidadania? (ex.: debates, projetos, atividades práticas, etc.)
- *Jogos, conversas, etc....*
- Pode descrever uma atividade ou projeto de sucesso relacionado com a cidadania?
- *Nunca desenvolvi um projeto de início, pelo facto de não ter turma, mas sim diferentes turmas e diferentes escolas.*

- **Envolvimento dos Alunos:**

- Como promove o envolvimento ativo dos alunos nas atividades de cidadania?
- *Diariamente.*
- Que estratégias utiliza para incentivar a participação e o pensamento crítico dos alunos?
- *Situações práticas.*

5. Questões sobre Desafios e Eficácia:

○ **Desafios:**

- Quais são os principais desafios que enfrenta ao ensinar cidadania?
- *A grande heterogeneidade dos alunos, falta de acompanhamento e desorganização familiar.*
- Como lida com a resistência ou falta de interesse dos alunos?
- *Com alguma tristeza e preocupação.*

○ **Eficácia:**

- Como avalia a eficácia do ensino da cidadania no desenvolvimento dos alunos?
- *Quando se consegue implementar um projeto estruturado e sistemático, considero de extrema importância para os alunos e suas famílias.*
- Que indicadores utiliza para medir o impacto das aulas de cidadania?
- *Pelos comportamentos e avaliação empírica.*

6. Questões sobre Impacto e Desenvolvimento Pessoal:

○ **Impacto nos Alunos:**

- Pode dar exemplos de mudanças observadas nos alunos devido às aulas de cidadania?
- *Não se aplica à minha prática.*
- Como os alunos aplicam os conhecimentos de cidadania fora da escola?
- *Não se aplica à minha prática.*

○ **Desenvolvimento Profissional:**

- Que formação ou desenvolvimento profissional recebeu em educação para a cidadania?

- *O mestrado em ciências da educação em que se discutiram esta temática.*
- O que gostaria de aprender mais para melhorar a sua prática de ensino em cidadania?
- *Realizar uma ação de formação para reciclagem de conhecimentos.*

7. Questões sobre Colaboração e Suporte:

- **Colaboração com Colegas:**
 - Trabalha em colaboração com outros docentes para planear e implementar atividades de cidadania?
 - *Nunca desenvolvei.*
 - Como é a comunicação e partilha de boas práticas entre os docentes?
 - *Nem sempre se faz muito, pela falta de tempo e solicitações constantes.*
- **Suporte Institucional:**
 - Que tipo de suporte recebe da direção da escola ou de outras entidades para ensinar cidadania?
 - *Sempre que solicitado.*
 - Que melhorias sugeriria para apoiar melhor os docentes na educação para a cidadania?
 - *A realização de mais ações de formação sobre a temática.*
 - Sabe quais são os temas que devem ser abordados na Educação para a Cidadania, segundo o Ministério da Educação?
 - *Direitos Humanos. Igualdade de Género. Interculturalidade. Desenvolvimento Sustentável. Ambiente. Saúde.*
 - Já alguma vez consultou na página da Direção Geral de Educação os documentos de referência sobre a Educação para a Cidadania?
 - *Só por alto.*

8. Conclusão:

- Pergunta final aberta: Há mais alguma coisa que gostaria de acrescentar sobre a educação para a cidadania no 1º ciclo?
 - *Não.*

- Agradecimento pela participação e tempo dedicado à entrevista.
- Reafirmação da importância das suas respostas para o estudo.

Anexo B - Entrevista Coordenadora de Departamento

Entrevista sobre Educação para a Cidadania no 1º Ciclo - Coordenadora de Departamento

Objetivo Geral: Investigar a implementação, coordenação, e avaliação da educação para a cidadania no 1º ciclo do ensino básico, a partir da perspetiva da coordenadora de departamento.

Gênero: F

Idade: 64

Objetivos Específicos:

1. Compreender a visão estratégica da coordenadora sobre a educação para a cidadania.
2. Explorar os processos de coordenação e suporte oferecidos aos docentes.
3. Avaliar os conteúdos e metodologias implementadas.
4. Identificar os desafios e as estratégias de superação.
5. Obter informações sobre a avaliação da eficácia e impacto das iniciativas de cidadania.

Conteúdos da Entrevista:

1. Introdução:

- Apresentação do entrevistador e explicação do propósito da entrevista.
- Garantia de confidencialidade e anonimato das respostas.

2. Visão Estratégica:

○ **Importância da Cidadania:**

- Qual é a importância da educação para a cidadania no 1º ciclo segundo a sua visão?
- *Considero-a de relevante importância para a formação do indivíduo, enquanto cidadão.*
- Quais são os principais objetivos que a escola pretende atingir com a educação para a cidadania?
- *Os principais objetivos prendem-se com o desenvolvimento de competências diversas para o exercício da cidadania, em áreas*

tão variadas como a educação ambiental, interculturalidade, direitos humanos, saúde, sexualidade, segurança rodoviária, entre outras.

○ **Políticas e Diretrizes:**

- Existem políticas ou diretrizes específicas da escola para a implementação da cidadania? Pode descrevê-las?
- *As que existem são as que estão definidas nos suportes legislativos e nas orientações curriculares, como os Referenciais de Educação para a Cidadania, elaborados pelo Ministério da Educação.*

3. Coordenação e Suporte aos Docentes:

○ **Planeamento e Implementação:**

- Como é feito o planeamento das atividades de cidadania? Quem está envolvido?
- *Em sede de departamento curricular, foram selecionados os domínios dos três grupos que compõem a componente de Cidadania e Desenvolvimento para serem abordados e trabalhados nos diferentes anos de escolaridade do 1º Ciclo, na disciplina de Oferta Complementar. O Planeamento Anual e Bimensal da disciplina é elaborado pelo subdepartamento respetivo. A implementação fica a cargo dos titulares de turma.*
- Que tipo de suporte a coordenação oferece aos docentes para a implementação da educação para a cidadania?
- *Um acompanhamento sistemático ao longo do ano letivo.*

○ **Recursos e Formação:**

- Que recursos (materiais, financeiros, humanos) estão disponíveis para os docentes?
- *Os docentes têm acesso a formação patrocinada por diferentes instituições, nomeadamente pelo Centro de Formação da Lezíria do Tejo, no âmbito dos vários domínios e contam com uma grande diversidade de recursos digitais, entre outros.*
- Que formação contínua é oferecida aos docentes sobre educação para a cidadania?

- *Que me lembre já foram oferecidas formações nas áreas do empreendedorismo, da educação ambiental, da literacia financeira...*

- **Colaboração:**

- Como promove a colaboração entre os docentes na criação e implementação de atividades de cidadania?
- *As atividades em questão são planeadas e planificadas em sede de subdepartamento, com a colaboração e articulação entre os docentes que o compõem.*
- Existem projetos interdisciplinares que integrem a cidadania? Pode dar exemplos?
- *Sim, no âmbito da Eco Escola.*

4. Conteúdos e Metodologias:

- **Temas Abordados:**

- Quais são os principais temas de cidadania que devem ser abordados no 1º ciclo?
- *Os obrigatórios: Direitos Humanos, Igualdade de Género, Interculturalidade, Desenvolvimento Sustentável, Educação Ambiental e Saúde; dos opcionais: Sexualidade, Literacia Financeira, Segurança Rodoviária e/ou outros.*
- Há flexibilidade para os docentes escolherem os temas ou há um currículo definido?
- *Sim, há flexibilidade.*
- Sabe quais são os temas que devem ser abordados na Educação para a Cidadania, segundo o Ministério da Educação?
- *Sim, os que se encontram plasmados nos Referenciais de Educação para a Cidadania, elaborados pelo Ministério da Educação.*
- Já alguma vez consultou na página da Direção Geral de Educação os documentos de referência sobre a Educação para a Cidadania?
- *Sim.*

- **Metodologias:**

- Que metodologias de ensino são recomendadas para a educação para a cidadania? (ex.: debates, projetos, atividades práticas)
- *Todas as referidas e outras, devendo a opção de as mesmas ficar ao critério de quem desenvolve as atividades, nomeadamente os titulares de turma.*
- Pode dar exemplos de atividades ou projetos de sucesso realizados na escola?
- *Projeto “da horta à mesa” desenvolvido no âmbito do programa Eco Escolas.*

5. Desafios e Estratégias:

○ Principais Desafios:

- Quais são os principais desafios enfrentados na implementação da educação para a cidadania?
- *A transformação social, com a integração de crianças oriundas de diferentes culturas, é hoje um grande desafio para os docentes, comprometidos, como estão, em formar indivíduos com atitudes, comportamentos e valores de igualdade, de democracia e de justiça social.*
- Como a coordenação tem lidado com esses desafios?
- *A função do coordenador é criar condições para que as decisões/deliberações/propostas aprovadas nos órgãos decisivos, como é o caso do Conselho Pedagógico ou Direção, sejam aceites e implementadas pelos docentes, em contexto escolar, incentivando e respeitando, ao mesmo tempo, as opções metodológicas individuais.*

○ Estratégias de Superação:

- Que estratégias têm sido eficazes para superar os desafios na educação para a cidadania?
- *A aplicação de medidas de suporte à aprendizagem, com a atribuição de horas a professores de Apoio Educativo para apoio a alunos com dificuldades e/ou estrangeiros.*
- Pode dar exemplos de iniciativas que tiveram um impacto positivo?

- *A criação de grupos para dinamização de aulas de Português Língua Não Materna (PLNM) em alguns estabelecimentos com um número elevado de alunos estrangeiros.*

6. Avaliação da Eficácia e Impacto:

○ Indicadores de Sucesso:

- Como é avaliada a eficácia das atividades de cidadania?
- *Foram criados Critérios Específicos de Avaliação para os domínios selecionados, com base nas diferentes áreas de competência do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO).*
- Que indicadores utiliza para medir o impacto da educação para a cidadania nos alunos?
- *Para cada uma das áreas de competência foram definidos descritores de desempenho.*

○ Feedback e Melhoria:

- Como é recolhido o feedback dos docentes e alunos sobre as atividades de cidadania?
- *O professor tem ao seu dispor diferentes instrumentos de avaliação e grelhas de registo para a promoção da avaliação formativa, onde o feedback é prática usual e obrigatória. As reuniões de Conselho de Turma são um espaço privilegiado para abordagem de todos os assuntos relacionados com a aprendizagem dos alunos.*
- Que melhorias foram implementadas com base no feedback recebido?
- *Uma avaliação formativa, em que o feedback é prática corrente, proporciona sempre, um adequar de estratégias e de metodologias de ensino.*

7. Perspetivas Futuras:

○ Desenvolvimento da Educação para a Cidadania:

- Quais são as suas perspetivas para o futuro da educação para a cidadania no 1º ciclo?
- *A transformação da sociedade contemporânea exige da escola um papel cada vez mais importante na construção de práticas*

de cidadania, levando os alunos a desenvolver competências diversas para o exercício de uma futura cidadania ativa.

- *Que inovações ou mudanças gostaria de ver implementadas?*
- *Gostaria de ver um sistema educativo mais virado para o aluno, como indivíduo, em que são valorizadas as suas aptidões pessoais, proporcionando-lhe perspetivas e condições para as desenvolver.*

8. Conclusão:

- Pergunta final aberta: Há mais alguma coisa que gostaria de acrescentar sobre a educação para a cidadania no 1º ciclo?
 - *Não.*
- Agradecimento pela participação e tempo dedicado à entrevista.
- Reafirmação da importância das suas respostas para o estudo.

Anexo C - Análise Interpretativa das Convergências, Divergências e Oportunidades de Melhoria - Entrevistas

Com base na análise das entrevistas realizadas aos docentes e à coordenadora de departamento, procedeu-se à identificação de pontos de convergência e divergência relativamente à implementação da Educação para a Cidadania no 1.º Ciclo. Abaixo, apresenta-se uma tabela síntese comparativa que permite visualizar os elementos comuns, as perspetivas diferenciadas e os aspetos que requerem melhoria, com vista à construção de uma abordagem mais coerente e eficaz.

Seção	Elementos Convergentes	Elementos Divergentes	Aspetos a Melhorar
1. Integração da Educação para a Cidadania no Currículo	-Integração transversal em todas as disciplinas. -Risco de superficialidade devido à amplitude dos temas.	-Coordenadora mencionam a Oferta Complementar como canal específico, enquanto os docentes foca-se na integração diária e transversal. -Docentes sugerem personalização dos temas, coordenadora valoriza planificação estruturada e alinhamento com os manuais.	-Desenvolver equilíbrio entre amplitude e profundidade dos temas. -Considerar a criação ou fortalecimento de disciplinas específicas para sistematizar o ensino da Educação para a Cidadania.
2. Políticas e Diretrizes Educacionais	- Alinhamento com os Referenciais do Ministério da	- Coordenadora menciona o <i>Plano de Autonomia e</i>	- Implementar políticas escolares

	<p>Educação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento da necessidade de políticas específicas a nível escolar. 	<p><i>Flexibilidade Curricular</i>, enquanto os Docentes referem orientações curriculares nacionais de forma geral.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Docentes focam-se mais nas diretrizes nacionais, coordenadora inclui políticas internas da escola. 	<p>detalhadas e adaptáveis às necessidades locais.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantir formação contínua para que os docentes compreendam e apliquem as políticas de forma eficaz.
3. Recursos e Materiais Didáticos	<ul style="list-style-type: none"> - Uso de tabelas orientadoras, recursos audiovisuais, jogos, fichas de trabalho e digitais. - Colaborações externas enriquecem a prática. 	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenadora menciona técnicos de SPO, enquanto os Docentes focam-se em recursos digitais e formações patrocinadas. - Apenas Docentes destacam os desafios financeiros como um obstáculo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificar e atualizar os recursos didáticos. - Ampliar o acesso a profissionais especializados (ex.: psicólogos e outros técnicos).
4. Conteúdos e Temas Abordados	<ul style="list-style-type: none"> - Temas comuns: Direitos Humanos, Igualdade de Género, Interculturalidade, Desenvolvimento Sustentável, entre outros. - Flexibilidade na 	<ul style="list-style-type: none"> - Docentes mencionam articulação com <i>Estudo do Meio</i> e comemoração de datas, coordenadora segue os manuais e planificações 	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir cobertura uniforme dos temas essenciais. - Melhorar a integração dos temas com outros conteúdos

	<p>seleção de temas com base no interesse dos alunos e na comunidade educativa.</p>	<p>estruturadas. - Docentes indicam atualização mais frequente conforme pertinência, coordenadora não especifica frequência.</p>	<p>curriculares para enriquecer a aprendizagem.</p>
<p>5. Metodologias de Ensino</p>	<p>- Uso de metodologias variadas como debates, projetos, atividades práticas, dramatizações, entre outros. - Autonomia docente na escolha das metodologias é valorizada.</p>	<p>- Docentes mencionam projetos como <i>Da Horta à Mesa</i>, dramatizações e livros ilustrativos coordenadora destaca outras atividades. - Docentes apontam falta de formação específica em metodologias, coordenadora menciona dependência de autoaprendizagem.</p>	<p>- Oferecer formação contínua e específica em metodologias de ensino. - Proporcionar orientação e suporte contínuos aos docentes para garantir a eficácia das metodologias.</p>
<p>6. Envolvimento dos Alunos</p>	<p>- Estratégias de construção do conhecimento e promoção do pensamento crítico são comuns. - Participação ativa dos alunos em</p>	<p>- Docentes destacam desafios em manter interesse dos alunos mais velhos; coordenadora aborda resistência de forma geral.</p>	<p>- Criar metodologias mais atrativas para alunos mais velhos. - Diversificar estratégias de envolvimento</p>

	debates e atividades práticas.	- Coordenadora inclui exemplos de projetos envolvendo famílias, Docentes focam-se nas metodologias aplicadas.	para atender às diferentes necessidades dos alunos.
7. Desafios e Estratégias de Superação	<p>- Desafios comuns: heterogeneidade das turmas, manutenção de conteúdos atuais, integração de alunos de diferentes culturas.</p> <p>- Estratégias: medidas de suporte, criação de grupos de apoio, diversificação metodológica e promoção de um ambiente inclusivo.</p>	<p>- Docentes enfatizam apoio educativo e PLNM, coordenadora menciona dramatizações e construção de livros.</p> <p>- Coordenadora destaca ausência de formação profissional formal, enquanto Docentes focam na falta de formação específica.</p>	<p>- Abordar a escassez de formação específica e recursos através de políticas educacionais adequadas.</p> <p>- Garantir a sustentabilidade das estratégias adotadas com suporte contínuo.</p>
8. Avaliação da Eficácia e Impacto	<p>- Critérios baseados no PASEO, observação direta e comportamentos.</p> <p>- Reconhecimento da dificuldade em avaliar impacto a longo prazo.</p>	<p>- Docentes mencionam indicadores como modificação de comportamentos; coordenadora foca-se em tolerância e igualdade de género.</p> <p>- Abordagens</p>	<p>- Desenvolver mecanismos de avaliação eficazes para medir o impacto fora do ambiente escolar.</p> <p>- Assegurar consistência na aplicação de</p>

		diferentes para desafios na avaliação a longo prazo.	critérios de avaliação.
9. Impacto nos Alunos e Desenvolvimento Pessoal	<ul style="list-style-type: none"> - Mudanças observadas: maior tolerância, respeito pela diversidade, gestão financeira e responsabilidade social. - Influência positiva nas interações familiares e comunitárias. 	<ul style="list-style-type: none"> - Docentes mencionam <i>feedback</i> limitado dos pais, coordenadora fornece exemplos concretos de mudanças comportamentais. - Coordenadora foca-se em tolerância e Igualdade de Género, Docentes incluem Literacia Financeira e Bem-Estar Animal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar mecanismos de monitoramento mais eficazes sobre a aplicação dos conhecimentos fora da escola. - Ampliar os indicadores de impacto para capturar uma gama mais abrangente de mudanças.
10. Desenvolvimento Profissional dos Docentes	<ul style="list-style-type: none"> - Participação em formações externas e autoaprendizagem são práticas comuns. - Docentes expressam desejo por mais formação específica em 	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenadora menciona formações do Centro de Formação da Lezíria do Tejo, Docentes dependem de autoaprendizagem. - Métodos de 	<ul style="list-style-type: none"> - Facilitar acesso a formações contínuas e específicas. - Criar incentivos para participação em formações estruturadas.

	Educação para a Cidadania.	formação variam entre formais e informais.	
11. Colaboração e Suporte Institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Colaboração entre docentes por meio de reuniões e projetos interdisciplinares. - Suporte institucional através de orientações curriculares e materiais didáticos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenadora menciona suporte específico como PLNM, Docentes focam-se em materiais gerais. - Docentes sugerem colaboração mais estruturada, coordenadora destaca colaboração informal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer suporte institucional estruturado e contínuo. - Fortalecer parcerias externas para enriquecer práticas de Educação para a Cidadania.
12. Perspetivas Futuras e Recomendações	<ul style="list-style-type: none"> - Enfoque no aluno e no desenvolvimento pessoal. - Diversificação das estratégias de ensino e recomendação de projetos transversais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Docentes sugerem mais projetos transversais, coordenadora enfatiza colaborações externas. - Coordenadora fornece recomendações mais detalhadas sobre políticas adaptáveis e suporte institucional, Docentes focam-se em estratégias 	<ul style="list-style-type: none"> - Investir em inovação pedagógica para desenvolver novas estratégias. - Criar políticas detalhadas e adaptáveis. - Fortalecer integração de recursos externos e parcerias.

		pedagógicas.	
--	--	--------------	--

Tabela nº 2 - Análise comparativa das convergências, divergências e oportunidades de melhoria entre as perspectivas dos Docentes e da Coordenadora de Departamento

Anexo D - A Multidisciplinaridade, a Pluridisciplinaridade, a Interdisciplinaridade e a Transdisciplinaridade na Educação para a Cidadania no 1º Ciclo.

A formação de cidadãos críticos e participativos no 1.º Ciclo do Ensino Básico exige práticas educativas que integrem diferentes áreas do saber, superando a fragmentação curricular. Nesse contexto, as abordagens multidisciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar emergem como estratégias pedagógicas para articular conhecimentos e promover a Educação para a Cidadania.

A multidisciplinaridade caracteriza-se pela justaposição de diferentes disciplinas em torno de um mesmo tema, permitindo a sua abordagem a partir de múltiplas perspetivas, sem que, necessariamente, se verifique uma articulação efetiva entre os saberes. Embora esta abordagem possa enriquecer a compreensão dos alunos, tende a preservar a compartimentação do conhecimento, limitando a construção de uma visão integrada da aprendizagem.

A pluridisciplinaridade propõe uma colaboração entre disciplinas afins, mantendo suas identidades, mas buscando complementaridade. Essa estratégia pode facilitar a conexão entre conteúdos, promovendo uma visão mais coesa dos temas abordados.

A interdisciplinaridade vai além, buscando a integração efetiva entre disciplinas para construir novos conhecimentos e compreender fenômenos de forma holística. Essa abordagem é fundamental para a Educação para a Cidadania, pois permite que os alunos relacionem saberes e desenvolvam competências críticas e reflexivas. Como destaca Sousa (2018), a interdisciplinaridade contribui para a formação de sujeitos capazes de compreender e intervir na realidade social de maneira significativa.

A transdisciplinaridade ultrapassa as fronteiras disciplinares, integrando saberes acadêmicos e não acadêmicos, e considerando a complexidade dos problemas contemporâneos. Essa abordagem é particularmente relevante na formação cidadã, pois promove a articulação entre o conhecimento escolar e as experiências vividas pelos alunos. Coiteiro (2019) evidencia que a transdisciplinaridade no 1.º Ciclo do Ensino Básico favorece a construção de

aprendizagens significativas e contextualizadas, essenciais para o exercício da cidadania.

A adoção destas abordagens implica uma reflexão crítica e sistemática sobre as práticas pedagógicas e sobre a organização do currículo escolar. Leite e Relvas (2022) defendem que a articulação disciplinar constitui um eixo central para a superação da fragmentação do conhecimento, favorecendo uma aprendizagem mais integrada, contextualizada e significativa. Acresce que a formação inicial e contínua de professores deve contemplar o desenvolvimento de competências específicas que sustentem a implementação eficaz destas estratégias, conforme sublinhado por Menezes et al. (2019).

Em suma, a integração de abordagens multidisciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar na Educação para a Cidadania no 1.º Ciclo do Ensino Básico é essencial para formar cidadãos críticos, conscientes e participativos. A implementação dessas estratégias demanda um compromisso coletivo da comunidade educativa e uma reconfiguração das práticas pedagógicas, visando a construção de uma escola mais democrática e inclusiva.

A Multidisciplinaridade

A multidisciplinaridade refere-se à abordagem que envolve a contribuição de diferentes disciplinas ou áreas de conhecimento para lidar com um determinado problema, tema ou situação. Apresentam-se, de seguida, alguns pontos-chave que caracterizam o conceito de multidisciplinaridade:

1. Colaboração de várias disciplinas: Na multidisciplinaridade, diferentes disciplinas contribuem com suas perspetivas e metodologias para abordar um problema ou tópico específico. Cada disciplina mantém sua autonomia e aborda o problema a partir de sua própria estrutura conceitual.
2. Interação entre disciplinas: Embora as disciplinas possam contribuir para um objetivo comum, muitas vezes não há uma integração profunda entre elas. Em vez disso, cada disciplina pode abordar o problema de forma independente, e a interação entre elas pode ser limitada.
3. Objetivo de abordar complexidade: A multidisciplinaridade é frequentemente adotada quando um problema é complexo e requer uma variedade de abordagens para ser compreendido na sua totalidade. Cada disciplina oferece uma lente única para examinar diferentes aspetos do problema.

4. Respeito pela autonomia disciplinar: Na multidisciplinaridade, cada disciplina mantém sua autonomia e identidade. Não há necessidade de integrar completamente os conceitos ou teorias de disciplinas diferentes; em vez disso, o objetivo é reunir diversas perspectivas para enriquecer a compreensão do problema.

No contexto educacional, o termo multidisciplinaridade refere-se à integração de diferentes disciplinas ou áreas de conhecimento num único plano de estudos ou projeto de ensino. No 1º Ciclo, que geralmente corresponde aos primeiros anos de escolaridade (do 1º ao 4º ano), a multidisciplinaridade pode desempenhar um papel importante no desenvolvimento integral das crianças.

Nesse sentido, a multidisciplinaridade na Educação para a Cidadania pode envolver a integração de diversas áreas do conhecimento, como Ciências Sociais, História, Geografia, Ética, Valores, Literatura, Artes, entre outras, para promover uma compreensão abrangente dos direitos e responsabilidades dos cidadãos, assim como questões relacionadas à convivência em sociedade, diversidade cultural, justiça, sustentabilidade, entre outros temas relevantes.

Por exemplo, um projeto multidisciplinar de Educação para a Cidadania poderia incluir atividades que abordam questões sociais em contextos históricos, geográficos e culturais, explorando valores como respeito, tolerância e solidariedade através de atividades práticas, discussões em sala de aula, leitura de textos literários relevantes, produção artística, entre outras estratégias pedagógicas.

Ao integrar diferentes disciplinas e abordagens no ensino da cidadania, os docentes podem ajudar os alunos a desenvolver uma compreensão mais completa e crítica das questões sociais e éticas que afetam suas vidas e comunidades, preparando-os para se tornarem cidadãos ativos e conscientes numa sociedade democrática.

Em epítome, a multidisciplinaridade envolve a colaboração entre diferentes disciplinas para abordar um problema ou tópico específico, respeitando a autonomia e a contribuição única de cada disciplina para a compreensão do assunto em questão.

A pluridisciplinaridade

A pluridisciplinaridade refere-se à abordagem que envolve a contribuição de várias disciplinas diferentes para lidar com um problema ou tópico específico, mas

sem necessariamente integrá-las de forma profunda. O conceito de pluridisciplinaridade caracteriza-se pela:

1. Contribuição de múltiplas disciplinas: Na pluridisciplinaridade, várias disciplinas diferentes contribuem com suas perspectivas, teorias e métodos para abordar um problema específico.
2. Independência disciplinar: Cada disciplina mantém sua autonomia e aborda o problema a partir de sua própria estrutura conceitual. Não há necessidade de integrar completamente os conceitos ou teorias de disciplinas diferentes.
3. Coexistência de abordagens disciplinares: Na pluridisciplinaridade, as diferentes disciplinas podem coexistir lado a lado, oferecendo percepções e soluções para o problema em questão, mas sem necessariamente interagir profundamente umas com as outras.
4. Foco na diversidade de abordagens: A pluridisciplinaridade valoriza a diversidade de abordagens e perspectivas que as disciplinas diferentes podem oferecer para entender um problema específico. Isso pode enriquecer a compreensão do problema, fornecendo uma variedade de percepções.
5. Complementaridade entre disciplinas: Embora as disciplinas possam não se integrar profundamente, elas podem se complementar, oferecendo diferentes ângulos de análise e soluções para o problema em questão.

No contexto da educação, o termo pluridisciplinaridade refere-se à abordagem em que várias disciplinas são ensinadas de forma independente, mas interligadas, sem necessariamente integrar seus conteúdos de maneira direta. No que diz respeito a Educação para a Cidadania, no 1º Ciclo, a pluridisciplinaridade pode ser aplicada de várias maneiras para promover uma compreensão holística dos princípios de cidadania, de valores éticos e de responsabilidades sociais.

Por exemplo, num contexto pluridisciplinar, os conceitos de cidadania podem ser introduzidos e explorados em diferentes disciplinas, como Estudo do Meio (para entender as estruturas e funções organizativa locais, municipais e estatais), no Português (através de leituras e discussões sobre direitos humanos e responsabilidades), na Matemática (para analisar estatísticas sociais e questões económicas), entre outras áreas.

Os docentes podem planejar atividades e projetos que abordem temas relacionados com a cidadania em várias disciplinas de maneira complementar as aprendizagens:

Estudo do Meio: Estudo das instituições governamentais, sistemas políticos e processos democráticos.

Português: Leitura de textos sobre direitos humanos, produção de redações sobre questões sociais e debates sobre ética e responsabilidade.

Matemática: Análise de dados estatísticos sobre desigualdade social, elaboração de gráficos e discussões sobre distribuição de recursos.

Expressão Artística: Expressão criativa sobre temas de cidadania através de pintura, música ou teatro.

Expressão Física: Discussões sobre *fair play* desportivo, cooperação e inclusão social em desportos e em jogos.

Ao adotar uma abordagem pluridisciplinar, os docentes podem explorar os princípios da cidadania de maneira mais ampla, permitindo que os alunos compreendam como esses princípios se aplicam em diversas áreas de conhecimento e aspetos da vida quotidiana. Isso contribui para uma educação mais integrada e significativa, preparando os alunos para se tornarem cidadãos informados, ativos e responsáveis em suas comunidades.

Em suma, a pluridisciplinaridade envolve a contribuição de várias disciplinas diferentes para abordar um problema específico, sem necessariamente integrá-las de forma profunda. Cada disciplina mantém sua autonomia e oferece uma perspectiva única sobre o problema em questão.

A interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade refere-se à integração e colaboração entre diferentes disciplinas ou áreas de conhecimento para abordar um problema, tema ou questão de forma mais abrangente e profunda. Os pontos-chave sobre o conceito de interdisciplinaridade são:

1. Integração de disciplinas: Ao contrário da multidisciplinaridade, na interdisciplinaridade, as disciplinas apenas não contribuem individualmente, mas também se integram para criar uma abordagem mais globalizante e integrada do problema em questão.

2. Troca de conhecimento e métodos: Na interdisciplinaridade, há uma troca ativa de conhecimento, teorias, métodos e práticas entre diferentes disciplinas. Isso permite uma compreensão mais completa e uma abordagem mais rica do problema.
3. Sinergia entre disciplinas: A interdisciplinaridade busca aproveitar as sinergias entre as disciplinas, combinando diferentes perspectivas e expertise para alcançar uma compreensão mais profunda e uma solução mais eficaz para o problema em questão.
4. Enfoque nos pontos de interseção: A interdisciplinaridade muitas vezes concentra-se nos pontos de interseção entre as disciplinas, onde conceitos, métodos ou abordagens podem ser compartilhados, adaptados ou combinados para enfrentar desafios complexos de maneira mais eficaz.
5. Abordagem integrada e abrangente: A interdisciplinaridade busca uma compreensão global e integrada do problema, reconhecendo que muitos problemas do mundo real são multifacetados e requerem uma abordagem que vá além das fronteiras disciplinares convencionais.

No contexto educacional, a interdisciplinaridade é uma abordagem que envolve a integração de diferentes disciplinas para abordar um tema ou um problema comum, promovendo uma compreensão mais ampla e profunda por parte dos alunos. No 1º ciclo na Educação para a Cidadania, a interdisciplinaridade pode ser uma ferramenta valiosa para desenvolver nos alunos uma consciência crítica sobre questões sociais, éticas e políticas, preparando-os para se tornarem cidadãos ativos e responsáveis nas suas comunidades.

Ao adotar uma abordagem interdisciplinar na Educação para a Cidadania, os docentes podem integrar conceitos, habilidades e metodologias de diversas disciplinas, como Ciências Sociais, Português, Matemática, Ciências Naturais, Artes e Expressão Física, para explorar temas relacionados à cidadania de maneira abrangente e significativa.

Exemplo de um projeto interdisciplinar sobre direitos humanos que pode envolver:

Estudo do Meio: Estudo das leis e políticas relacionadas aos direitos humanos, explorando exemplos históricos e contemporâneos de lutas por direitos civis e sociais.

Português: Leitura e análise de textos literários, jornalísticos e documentos legais que abordam questões de justiça social e direitos humanos.

Matemática: Análise de dados estatísticos relacionados a desigualdades sociais, discriminação e acesso a serviços básicos.

Estudo do Meio: Discussão sobre questões ambientais e seus impactos na vida humana, explorando conexões entre direitos humanos e sustentabilidade.

Expressões Artísticas: Expressão criativa através de projetos artísticos que abordam temas de justiça, igualdade e diversidade.

Expressão Física: Exploração de valores como o respeito, a cooperação e a inclusão através de atividades desportivas e jogos cooperativos.

Esta abordagem permite que os alunos compreendam a complexidade das questões relacionadas com a cidadania, ao mesmo tempo em que desenvolvem habilidades de pensamento crítico, de comunicação, de colaboração e de resolução de problemas. Além disso, ao integrar diferentes disciplinas, os alunos percebem a interconexão entre diferentes aspetos da vida e do conhecimento, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo real de maneira mais informada e comprometida.

Visto desta forma a interdisciplinaridade é uma abordagem educacional que busca integrar diferentes disciplinas ou áreas do conhecimento para promover uma compreensão mais ampla e profunda de um determinado tema ou problema. Existem várias formas de interdisciplinaridade que podem ser implementadas no ensino, permitindo uma abordagem mais integral e conectada ao aprendizado:

1. **Projetos Interdisciplinares:** Desenvolvimento de projetos ou unidades de aprendizagem que envolvem a colaboração entre diversas disciplinas. Os alunos podem abordar um tema central sob múltiplas perspetivas, aplicando conhecimentos de várias áreas para resolver problemas complexos ou explorar questões interligadas.
2. **Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP):** A ABP envolve a apresentação de diversos problemas do mundo real que requerem soluções complexas. Os alunos são encorajados a utilizar conhecimentos de diferentes disciplinas para resolver os problemas, estimulando a integração de múltiplos campos de estudo.
3. **Ensino por Projetos:** Desenvolvimento de atividades de ensino onde os alunos trabalham em projetos que exigem a aplicação de conhecimentos de diferentes

disciplinas. Isso incentiva a conexão entre diferentes áreas de estudo para alcançar objetivos específicos.

4. Currículos Integrados: Desenvolvimento de currículos que quebram as barreiras tradicionais entre as disciplinas, criando conexões explícitas entre os diferentes campos do conhecimento, permitindo uma abordagem mais fluida e conectada à aprendizagem.
5. Trabalho em Equipa e Colaboração: Promoção da colaboração entre professores de diferentes áreas para criar planos de aula integrados. Os professores podem colaborar para identificar pontos de conexão entre as disciplinas e desenvolver estratégias de ensino que incorporem essas conexões.
6. Estudos de Caso: Utilização de estudos de caso ou situações do mundo real que exigem uma compreensão multidisciplinar para serem analisados e resolvidos.
7. Atividades Multidisciplinares: Implementação de atividades práticas que requerem a aplicação de conhecimentos de diversas disciplinas, como simulações, debates, investigações e projetos práticos.

A interdisciplinaridade no ensino promove uma compreensão mais ampla e contextualizada do conhecimento, incentivando os alunos a integrar diferentes perspectivas e habilidades para abordar desafios complexos. Essas abordagens também podem ajudar os alunos a desenvolver habilidades de pensamento crítico, resolução de problemas e de trabalho em equipe.

Em resumo, a interdisciplinaridade envolve a integração e colaboração entre disciplinas diferentes para abordar problemas complexos de forma mais abrangente e integrada, reconhecendo e aproveitando as sinergias entre diferentes áreas de conhecimento.

A transdisciplinaridade

A transdisciplinaridade vai além das disciplinas individuais, buscando integrar e transcender as fronteiras entre elas, a fim de abordar problemas complexos de maneira mais abrangente e abrangentes. Pontos-chave sobre o conceito de transdisciplinaridade:

1. Integração e transcendência disciplinar: A transdisciplinaridade busca integrar e transcender as fronteiras entre disciplinas individuais, reconhecendo que muitos problemas do mundo real são complexos demais para serem abordados por uma única disciplina.
2. Abordagem globalizante: A transdisciplinaridade adota uma abordagem globalizante para entender e lidar com problemas complexos, reconhecendo a interconexão entre diferentes aspetos de um problema e a necessidade de considerar múltiplas perspetivas.
3. Síntese de conhecimento: Na transdisciplinaridade, diferentes disciplinas contribuem com seu conhecimento, teorias e métodos, que são sintetizados para fornecer uma compreensão mais completa e profunda do problema em questão.
4. Interação entre disciplinas e além: Além de integrar disciplinas individuais, a transdisciplinaridade também pode envolver a interação com outras formas de conhecimento, como o conhecimento natural, filosófico ou espiritual, reconhecendo a diversidade de perspetivas sobre um problema.
5. Foco na complexidade e na incerteza: A transdisciplinaridade lida com problemas complexos e incertos, reconhecendo que a realidade é multifacetada e dinâmica. Isso requer uma abordagem flexível e adaptável que vá além das fronteiras disciplinares convencionais.
6. Exemplos de aplicação: A transdisciplinaridade pode ser observada em diversas áreas, como estudos de sustentabilidade, onde cientistas, engenheiros, economistas, filósofos e líderes comunitários podem colaborar para abordar questões complexas relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

A transdisciplinaridade no 1º ciclo e na Educação para a Cidadania envolve a integração de diferentes disciplinas e áreas de conhecimento para abordar questões relacionadas com a formação integral dos alunos como cidadãos. Isso significa que, em vez de abordar temas de cidadania de forma isolada em disciplinas específicas, como estudos sociais ou ética, a abordagem transdisciplinar busca conectar conceitos e conhecimentos de várias disciplinas, criando uma compreensão mais global e profunda dos assuntos relacionados à cidadania.

A transdisciplinaridade busca integrar e transcender as fronteiras entre disciplinas individuais, adotando uma abordagem integrada e flexível para entender e lidar com problemas complexos e incertos. Isso envolve a síntese de conhecimento, a consideração de múltiplas perspectivas e a interação com diferentes formas de conhecimento além das disciplinas convencionais.

No contexto do 1º ciclo a transdisciplinaridade na Educação para a Cidadania pode ser implementada de várias formas como:

1. Integração de temas cidadania em várias disciplinas: Por exemplo, numa aula de Estudo do Meio , os alunos podem discutir questões de sustentabilidade e responsabilidade ambiental; e numa aula de Português, podem explorar temas de justiça social através de literatura e escrita criativa; em matemática, podem examinar conceitos de equidade e igualdade.
2. Projetos interdisciplinares: Os alunos podem participar em projetos que abordam questões de cidadania que envolvem várias disciplinas. Por exemplo, um projeto sobre alimentação saudável pode envolver Estudo do Meio (a nutrição), Matemática (análise de dados nutricionais), Português (pesquisa sobre hábitos alimentares) e Expressão Física (promoção de hábitos saudáveis).
3. Aprendizagem baseada em problemas: Podem ser apresentados aos alunos diversos problemas da vida real que exigem uma abordagem multidisciplinar para resolvê-los. Por exemplo, explorar questões de *bullying* pode envolver discussões sobre ética, habilidades sociais, comunicação e psicologia.
4. Abordagem de questões locais e globais: Os alunos podem explorar questões de cidadania que são relevantes para sua própria comunidade, mas também questões mais globais. Isso ajuda a desenvolver uma compreensão do papel do indivíduo como cidadão local e global.
5. Fomentar habilidades socio emocionais: Além do conhecimento cognitivo, a transdisciplinaridade na Educação para a Cidadania também pode enfatizar o desenvolvimento de habilidades socio emocionais, como a empatia, o respeito, a cooperação e a resolução de conflitos.

A transdisciplinaridade no 1º ciclo na Educação para a Cidadania visa proporcionar uma educação mais integrada e significativa, preparando os alunos para

se tornarem cidadãos ativos, informados e éticos em uma sociedade cada vez mais complexa.